

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação

PRISCILA REZENDE MOREIRA

**EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DO PROEJA NA
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DE MINAS GERAIS**

Agência de Fomento: Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES).

Belo Horizonte
2012

PRISCILA REZENDE MOREIRA

**EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DO PROEJA NA
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Formação Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Dore Heijmans.

Belo Horizonte
2012

Moreira, Priscila Rezende.

M838e

T Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais / Priscila Rezende Moreira. - UFMG/FaE, 2012.

137 f., enc, il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora : Rosemary Dore Heijmans.

Bibliografia : f. 94-100.

CDD- 374

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Priscila Rezende Moreira

Evasão Escolar nos cursos técnicos no PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 2012.

Profa. Rosemary Dore Heijmans - UFMG

Prof. Roberto Fini - Universidade de Verona - Itália

Prof. Antônio Júlio de Menezes Neto – UFMG

Profa. Marlucy Alves Paraíso

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social
- UFMG

Belo Horizonte, 13 de julho de 2012.

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – 31270 - 901 – Brasil

*Dedico esta dissertação a todos os
estudantes da EJA.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à minha orientadora, Profa. Rosemary Dore Heijmans, que me acolheu como orientanda desde o início da minha graduação no curso de Pedagogia; sempre me incentivou nos meus estudos e dedicou muito do seu tempo à minha formação intelectual.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Antônio Júlio de Menezes Neto (UFMG) e Prof. Roberto Fini (Università di Verona), pela honra de tê-los presentes em minha banca de dissertação. Ao Prof. Antônio, por também ter sido o meu parecerista no projeto de dissertação, contribuindo com valiosas sugestões, sempre gentis. Ao Prof. Roberto, por também ter se tornado um grande amigo ao longo da realização do meu mestrado, além de dedicado professor.

À CAPES, pelo apoio institucional e financeiro a esta pesquisa.

À Equipe do Observatório da Educação, Carmem, Carine, Sílvia e Janaína. Equipe maravilhosa, sempre disposta a ajudar e preocupada com a qualidade das pesquisas sob a sua responsabilidade.

Às minhas amigas/colegas do grupo de pesquisa RIMEPES: Ana Zuleima de Castro Lüscher, Miriã Suellen Xavier, Mônica Teixeira Amorim, Paula Elizabeth Nogueira Sales, Raquel Quirino, Tatiana Lage. Esta dissertação também é resultado das suas valiosas contribuições.

Aos pesquisadores e professores dos IFETs, CEFET-MG e Escolas Técnicas envolvidos nesta pesquisa, assim também como às referidas instituições: a colaboração de vocês foi essencial para a realização desta pesquisa.

Aos alunos evadidos do PROEJA que gentilmente aceitaram contribuir com a realização deste estudo.

À SETEC/MEC que, através da cordialidade do Vitor, enviou-me o banco de dados do PROEJA.

Ao Prof. João Bosco Laudares, pela excelente coordenação da pesquisa de campo deste estudo.

Ao Prof. Fernando Fidalgo que, ao longo da minha trajetória na universidade, sempre me inspirou no que diz respeito à sua inteligência, bondade e serenidade.

Às minhas amigas/colegas do CAED e da Escola de Gestores, por todo o apoio e aprendizado, em especial: Fernanda Coutinho, Marcela Machado, Jacqueline Laranjo, Jussara Paschoalino, Inajara Salles, Nara Rocha, Rosilene Carvalho e Beatriz Falcão.

Às minhas amigas, Lilian Aparecida, Máisa Ribeiro, Priscilla Bahiense e Valéria Caniato: a alegria e amizade de vocês me fizeram vivenciar a trajetória do mestrado com muito mais leveza.

Aos meus amigos, Dirceu Inácio Haas, Herbert Glauco, Márcio Boaventura e Vitor Lino: pessoas especiais que conheci no meio acadêmico e que se tornaram amigos para a vida toda.

À Universidade Federal de Minas Gerais; ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação; e à Secretaria da Pós-Graduação: Rose, Dani, Joanice e todos os profissionais que estão sempre prontamente disponíveis a atender aos chamados dos aflitos estudantes da pós.

A todos os meus colegas da Pós, pelo companheirismo e pelas cervejas nos fins de semana.

Por fim, agradecimentos mais do que especiais para a minha linda família: aos meus pais, Bernardo e Lúcia, pelo amor, carinho e dedicação na minha formação; aos meus irmãos, Luciano e Rejane, pela confiança, incentivo e compreensão; ao meu primo Dirson Júnior (Juninho), sempre um bom ouvinte e amigo sempre presente; à minha cunhada (irmã) Juliana, pelo carinho e amizade.

“Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um
descanso na loucura.”
(João Guimarães Rosa)

MOREIRA, Priscila Rezende. **Evasão Escolar nos Cursos Técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu objetivo foi o de identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG). Esse programa, criado no país em 2005, representou um expressivo crescimento da oferta do ensino profissional na rede escolar federal para jovens e adultos. No entanto, o PROEJA enfrenta um número elevado de evasão: em 2010 a evasão dos cursos técnicos, na RFEPT de Minas Gerais, alcançou o total de 30,9% do número de alunos matriculados nesses cursos. Para atingir o objetivo proposto neste projeto, foi realizada uma pesquisa, organizada em quatro etapas. A primeira delas consistiu na revisão bibliográfica sobre evasão escolar, Educação de Jovens e Adultos e PROEJA. A segunda envolveu a análise de informações referentes aos índices de matrícula/evasão do PROEJA em Minas Gerais, obtidas junto ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC-SETEC/MEC). Já a terceira etapa constou da aplicação de questionário autoaplicável para alunos evadidos do PROEJA/Ensino Técnico da RFEPT-MG e a quarta e última etapa foi a análise das respostas a esses questionários. Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos respondentes evadidos dos cursos técnicos do PROEJA está na faixa etária entre 18 e 35 anos (74,8%), é do sexo masculino (55,7%), negra (52,8%), solteira (50,4%) e tem filhos (58%). A maioria dos evadidos não retornou aos estudos depois de decidir abandonar o curso, embora deseje concluir a formação técnica ofertada pelo PROEJA. Os respondentes abandonaram a escola em razão da influência de fatores individuais, tais como a dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho (66%), a necessidade de trabalhar (64,4%), o fato de a escola ser distante da casa e/ou do trabalho (63,6%), porque tinha dificuldades financeiras para realizar o curso (54,7%) e ainda porque faltava motivação para continuar os estudos (50,8%). No que diz respeito a fatores vinculados ao contexto da escola, um percentual superior a 30% se sentiu influenciado a evadir devido à falta de assistência financeira (47,6%), de flexibilidade nos horários para cursar as matérias (45,9%), ao excesso de matérias no curso (32,3%), à existência de professores muito exigentes (30,9%). O conjunto de fatores que contribuiu para a decisão de abandonar o PROEJA é muito diverso, relaciona-se a questões específicas da situação dos indivíduos, mas também à estrutura dos cursos para atender às peculiaridades dos sujeitos incluídos no universo chamado “educação de jovens e adultos”.

Palavras-Chave: PROEJA, Evasão Escolar, Cursos Técnicos de Nível Médio, Política Educacional.

MOREIRA, Priscila Rezende. **School Dropout within Technical Courses of the Minas Gerais Federal Vocational and Technological Education Network's PROEJA**. 2012. 137 f. Dissertation (Master's Program in Education) – College of Education, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ABSTRACT

This study was developed under the Master's program of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Minas Gerais' College of Education. Its goal was *to identify factors that influence school dropout in technical courses* of the National Program for the Integration of Professional Education and Basic Education within Youth and Adult Education (PROEJA) in the Federal Network of Professional and Technological Education of Minas Gerais (RFEPT-MG). This program, launched in the country in 2005, represented a significant growth on the supply of professional education in the federal school network for youths and adults. However, the PROEJA faces a high dropout rate: in 2010, the technical courses dropout rate, in the RFEPT of Minas Gerais, reached 30.9% of the number of students enrolled in those courses. In order to achieve the proposed goal of this project, a research was performed, having it been divided into four stages. The first of them consisted of a bibliographic review on school dropout, Youth and Adult Education, and PROEJA. The second involved an analysis of information regarding PROEJA's enrollment/dropout rates in Minas Gerais, which was obtained from the National System of Information on Professional and Technological Education (SISTEC-SETEC/MEC). The third stage was comprised of a self-administered questionnaire for dropout students of RFEPT-MG's PROEJA/Technical Education, and the fourth and last stage was the analysis of those questionnaires' answers. The results of the research show that most of the answerers, PROEJA's technical courses dropouts, are aged between 18 and 35 (74.8%), are male (55.7%), black (52.8%), single (50.4%), and have children (58%). Most of the dropouts did not return to their studies after deciding to leave the course, even though they wish to complete the technical training offered by PROEJA. The answerers have quit school due to personal reasons, such as the difficulty of managing study and work schedules (66%), the need to work (64.4%), the fact that the school is far from home and/or workplace (63.6%), because they had financial difficulties to undertake the course (54.7%), and also because they lacked motivation to keep studying (50.8%). In regards to the factors linked to the school context, a percentage above 30% has abandoned because of the lack of financial aid (47.6%) and of schedule flexibility to study the subjects (45.9%), also because of the excess of subjects within the course (32.3%) and overly demanding teachers (30.9%). The set of factors that has contributed to the decision of dropping out of PROEJA is very diverse; it relates to specific issues of each individual's situation, but also to the courses' structure for complying with the peculiarities of the subjects placed within the universe called "youth and adult education".

Keywords: PROEJA, School Dropout, Medium-Level Technical Courses, Educational Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas do PROEJA, Rede Pública- Brasil , 2010	28
Gráfico 2 - Matrículas do PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal, Brasil – 2006, 2008 e 2010	30
Gráfico 3 - Matrículas do PROEJA/Técnico, por Tipo de Oferta, Rede Federal, Brasil – 2010.....	31
Gráfico 4 - Indicadores OCDE, ISCED 3 e ISCED 5, População Adulta.....	44
Gráfico 5 - Faixa Etária	64
Gráfico 6 - Cor/Raça dos Respondentes.....	65
Gráfico 7 - Tempo de Interrupção dos Estudos.....	67
Gráfico 8 - Tempo de Realização do Curso Técnico do PROEJA.....	68
Gráfico 9 - Relação Trabalho e Curso Técnico.....	69
Gráfico 10 - Renda Mensal Individual	70
Gráfico 11 - Situação Após a Evasão.....	71
Gráfico 12 - Influência do Fator Necessidade de Trabalhar na Decisão de Abandonar	74
Gráfico 13 - Influência do Fator Dificuldade de Conciliar o Horário de Estudo e Trabalho na Decisão de Abandonar	75
Gráfico 14 - Influência do Fator Curso e Conteúdo na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA	78
Gráfico 15 - Influência de Fatores de Motivação e de Estudo/Estágio na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA.....	79
Gráfico 16 - Influência de Fatores Individuais, Familiares ou Práticas na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA.....	81
Gráfico 17 - Excesso de Matérias na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA	83
Gráfico 18 - Influência do Fator “Meus professores eram muito exigentes” na Decisão de Abandonar	84
Gráfico 19 - Influência de Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Mudanças entre os PROEJAS de 2005 e 2006	20
Quadro 2 - Classificação ISCED 97 e Sistema Educacional Brasileiro.....	42
Quadro 3 - Cursos Técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Minas Gerais, 2006 a 2010.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos e Matrículas do PROEJA, por Dependência Administrativa - Brasil – 2006, 2008 e 2010	26
Tabela 2 - Matrículas do PROEJA, por Tipo de Formação, Brasil -2006, 2008 e 2010	27
Tabela 3 - Matrículas da EJA no Ensino Médio, em Cursos Presenciais com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa, 2005 e 2006.	29
Tabela 4 - Matrículas do PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal – Minas Gerais– 2006, 2008 e 2010	33
Tabela 5 - Matrículas e Evasão no PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal - Brasil – 2006, 2008 e 2010	35
Tabela 6 - Matrículas e Evasão no PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal - Minas Gerais - 2006, 2008 e 2010	36
Tabela 7 - Número de Matrículas e Evadidos por Instituição – 2006 a 2010	52
Tabela 8 - Amostra de Evadidos por Instituição (2006 a 2010)	54
Tabela 9 - Questionários Aplicados e Faltantes	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROEJA: CONCEPÇÃO, FUNDAMENTOS E CONFIGURAÇÃO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	18
2.1	Elementos Introdutórios	18
2.2	O PROEJA – Conceção e Fundamentos	18
2.2.1	A Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação e o PROEJA	22
2.3	A Realidade do PROEJA no Brasil.....	24
2.3.1	O PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....	29
2.3.2	O PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais	32
2.4	Estatística da Evasão no PROEJA.....	33
3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONQUISTAS E DESAFIOS	37
3.1	Elementos Introdutórios	37
3.2	A Educação de Jovens e Adultos como Direito Constitucionalizado	37
3.3	A Situação da EJA no Brasil e no Mundo.....	41
3.4	A Literatura sobre a Evasão Escolar na EJA.....	45
3.4.1	A Literatura sobre a Evasão Escolar no PROEJA.....	47
4	METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	49
4.1	Elementos Introdutórios	49
4.2	Procedimentos Metodológicos	49
4.2.1	Os Dados dos Alunos Evadidos	51
4.3	A Amostra da Pesquisa.....	53
4.4	O Instrumento de Pesquisa: o Questionário	56
4.4.1	O Pré-Teste dos Questionários	57
4.4.2	Aplicação dos Questionários	58
4.5	Tratamento dos Dados.....	61
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DO PROEJA OBTIDAS A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO.....	63
5.1	Elementos Introdutórios	63
5.2	Resultados Descritivos: Perfil do Respondente	64
5.2.1	Idade	64
5.2.2	Sexo	64
5.2.3	Cor/Raça	65

5.2.4	Estado Civil	65
5.2.5	Filhos.....	66
5.3	Características sobre o Perfil da Trajetória Estudantil	66
5.3.1	Tempo de Interrupção dos Estudos – Ensino Fundamental até o Ensino Técnico do PROEJA	66
5.3.2	Tempo de Realização do Curso	67
5.3.3	Modalidade Integrado/Concomitante	68
5.3.4	Situação de Trabalho Durante a Realização do Curso Técnico do PROEJA	68
5.3.5	Saída do Curso, da Escola ou do Sistema de Ensino	71
5.3.6	Intenção de Retorno ao curso Técnico e Auto-Avaliação da Decisão de Abandonar o Curso Técnico.....	71
5.4	Motivos para o Abandono	72
5.4.1	Motivos Individuais para o Abandono	73
5.4.2	Motivos Contextuais para o Abandono	81
5.5	Considerações sobre a Descrição e a Análise dos Dados	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXO A – Manual de Questão por Questão.....	101
	ANEXO B – Manual Geral de Aplicação de Questionários.....	121
	ANEXO C – Quadro de Categorias e Subcategorias.....	134
	ANEXO D – Parecer Comitê de Ética da UFMG.....	136

INTRODUÇÃO

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, tem como objetivo identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG).

Esta dissertação origina-se de uma pesquisa mais ampla, intitulada: *Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho*, coordenada pela Profa. Dra. Rosemary Dore Heijmans. Seu objetivo é analisar os diferentes aspectos da educação técnica ofertada pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) de Minas Gerais, tais como: a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), o trabalho docente, o sucesso dos estudantes, além de três formas de saída da educação técnica – o abandono, a transição para o mundo do trabalho e a transição para o ensino superior. Tal pesquisa focaliza o ensino profissional de nível médio e tem aberto possibilidades para a realização de novas pesquisas sobre a temática.

Com base em estudos realizados a partir da pesquisa acima mencionada, apoiada e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),¹ foram iniciados os estudos para a presente investigação sobre o PROEJA.

O PROEJA representa um expressivo crescimento da oferta do Ensino Profissional na Rede Federal de Ensino para os Jovens e Adultos, oferecendo cursos que visam à formação profissional de três formas distintas: a) educação profissional técnica juntamente ao ensino médio, oferecida para jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental, mas ainda não possuem o ensino médio e desejam obter o título de técnico; b) formação inicial e continuada juntamente ao

¹ Edital n. 38/2010 do Programa Observatório da Educação Básica CAPES/INEP.

ensino médio, para jovens e adultos que já possuem o ensino fundamental, mas não possuem o ensino médio e desejam adquirir uma formação profissional mais rápida; e c) formação inicial e continuada com ensino fundamental para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental.

Apesar da importância do Programa, esse nasce da criação de um decreto (Decreto n. 5.478/2005 substituído pelo Decreto n. 5.840/2006) e não de uma política pública, amplamente discutida na sociedade, considerando as suas especificidades e dificuldades no que diz respeito ao público a que se destina.

Não obstante os aspectos positivos do PROEJA, ele enfrenta um sério problema no que diz respeito à permanência dos estudantes na escola. A quantidade de indivíduos que se evade dos cursos é muito elevada. Somente no ano de 2010, a evasão dos cursos técnicos do PROEJA na RFEPT de Minas Gerais alcançou o percentual de 30,9% do número de alunos matriculados nesses cursos². A elevada evasão escolar no PROEJA demonstra a necessidade de se estudar os fatores que contribuem para esse fenômeno, como aqueles referentes à escola, à família ou mesmo ao próprio indivíduo. A evasão escolar é um processo que tem seu início e o seu processo, muitas vezes possíveis de serem identificados, monitorados e, quando possível, evitados.

A questão central que motivou este estudo foi: Quais são os fatores que contribuem para a evasão escolar dos alunos nos cursos técnicos do PROEJA?

A partir da questão central, foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos.

OBJETIVO GERAL

- Identificar os fatores que influenciam a evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os aspectos sobre a concepção e os fundamentos do PROEJA;

² Análise realizada a partir dos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Educação (SISTEC) do Ministério de Educação (MEC), 2011.

- Analisar os decretos que o implantaram, assim como os objetivos e as metas propostas a partir do Documento Base do Programa;
- Descrever a situação atual do PROEJA, referente aos índices de matrícula, no Brasil e em Minas Gerais, recorrendo a leituras sobre o tema e dados disponibilizados através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC);
- Verificar os índices de evasão dos alunos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica correspondentes aos dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC/MEC);
- Apresentar as características da educação destinada aos jovens e adultos a partir da Constituição de 1988 até a atualidade;
- Verificar o problema da evasão escolar nessa modalidade de ensino e as pesquisas dedicadas a esse tema;
- Apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo deste estudo;
- Verificar, através dos dados obtidos pelos questionários, o perfil e a trajetória escolar dos respondentes evadidos dos cursos técnicos do PROEJA.

Para alcançar os objetivos propostos neste projeto, a pesquisa foi realizada em quatro etapas específicas. A primeira delas buscou esclarecer, através da revisão da bibliografia, a literatura sobre a evasão escolar, a Educação de Jovens e Adultos, além das pesquisas e dos documentos sobre o PROEJA. A segunda etapa foi constituída de uma análise documental dos dados estatísticos oferecidos pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), sistematizados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), que visou verificar e analisar as informações sobre os índices de matrícula/evasão na modalidade pesquisada. A realização da terceira etapa do estudo constou da aplicação de questionários autoaplicáveis para alunos evadidos do PROEJA/Ensino Técnico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.

A realização da terceira etapa contou com o auxílio de profissionais que atuam nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A

pesquisa de campo foi efetivada³ com base nos recursos técnicos, financeiros e de pessoal, propiciados pela realização da pesquisa *Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho* (CAPES/INEP),⁴ da qual a autora desta dissertação faz parte.

A quarta etapa da pesquisa se baseou na análise dos dados obtidos através das respostas aos questionários dadas pelos alunos evadidos da RFEPT de Minas Gerais. Nessa etapa, com o auxílio de um profissional da estatística e da tecnologia da informação, foram utilizados recursos de *software* para organizar, padronizar e codificar as informações advindas da aplicação dos questionários, assim como realizar os cruzamentos de variáveis, elaborar tabelas e gráficos, para auxiliar a compreensão do problema.

Embora os métodos e procedimentos sejam muito eficazes, também apresentam limitações. Desse modo, mesmo que as informações colhidas não retratem com inteira fidedignidade a realidade, a expectativa é a de que elas possam apontar elementos que contribuam para identificar os problemas e formular políticas para evitá-los.

Além deste capítulo introdutório, a apresentação dos resultados alcançados com a realização desta pesquisa foi organizada em mais quatro capítulos e conclusão.

No segundo capítulo, são discutidos alguns aspectos relativos à concepção, aos fundamentos e à configuração do PROEJA, focalizando sua implantação, assim como os objetivos e as metas que lhe foram atribuídos. Em seguida, é abordada a situação atual desse Programa, no Brasil e em Minas Gerais, tendo como fontes uma revisão bibliográfica e dados disponibilizados pela SETEC/MEC. Finalmente, são apresentadas informações sobre a evasão escolar no PROEJA, no Brasil e em Minas Gerais, o que motivou a realização do presente estudo.

³ Cada professor bolsista da Rede Federal relacionado à pesquisa *Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: organização dos IFETs, políticas para o trabalho docente, permanência/evasão de estudantes e transição para o ensino superior e para o trabalho* recebe uma bolsa mensal no valor de R\$750,00 da CAPES/INEP.

⁴ Edital n. 38/2010 - CAPES/INEP.

No terceiro capítulo, apresentam-se características da educação destinada aos jovens e adultos desde a Constituição de 1988 até a atualidade, o cenário da EJA no Brasil e no mundo, assim como a literatura sobre as dificuldades de permanência que levam à evasão escolar nessa modalidade de ensino.

No quarto capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo deste estudo, assim como a elaboração do instrumento da pesquisa (questionário), as instituições e os cursos pesquisados, o desenho amostral da pesquisa, a aplicação dos questionários, os respondentes e as indicações sobre o tratamento dos dados. O procedimento adotado para a realização deste capítulo foi a revisão bibliográfica de estudos sobre metodologias de pesquisa, principalmente quantitativas, aplicadas à pesquisa social (GIL, 1999; BABBIE, 2003; LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, entre outros).

No quinto capítulo, são apresentados, além do perfil dos respondentes, a análise e a interpretação dos resultados obtidos com a coleta de dados sobre os fatores individuais e contextuais que podem ter influenciado os respondentes a não concluir os seus cursos técnicos federais do PROEJA em Minas Gerais. A premissa seguida é a de que “eventos têm razões” e que “as coisas” não acontecem simplesmente, mas têm “determinantes antecedentes” (BABBIE, 2003, p. 63). Considerando essa linha de reflexão, o objetivo central desta pesquisa, o de identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG), foi abordado neste capítulo. O propósito foi o de compreender “motivos”, “circunstâncias” e “causas” – relativas às respostas dos alunos evadidos – sobre as suas experiências individuais, sua inserção no contexto escolar e sobre os eventos ou situações que foram determinantes para o abandono do curso técnico, ou que, agrupadas ou associadas a outras circunstâncias, exerceram influência para a evasão escolar.

Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria dos respondentes evadidos dos cursos técnicos do PROEJA está na faixa etária entre 18 e 35 anos (74,8%), é do sexo masculino (55,7%), negra (52,8%), solteira (50,4%) e tem filhos (58%). A maioria dos evadidos não retornou aos estudos depois de decidir abandonar o curso, embora deseje concluir a formação técnica ofertada pelo PROEJA. Os respondentes abandonaram a escola em razão da influência de fatores

individuais, tais como a dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho (66%), a necessidade de trabalhar (64,4%), o fato de a escola ser distante da casa e/ou trabalho (63,6%), porque tinham dificuldades financeiras para realizar o curso (54,7%) e ainda porque faltava motivação para continuar os estudos (50,8%). No que diz respeito a fatores vinculados ao contexto da escola, um percentual superior a 30% se evadiu devido à falta de assistência financeira (47,6%), à falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias (45,9%), ao excesso de matérias no curso (32,3%), à existência de professores muito exigentes (30,9%). O conjunto de fatores que contribuiu para a decisão de abandonar o PROEJA é muito diverso, relaciona-se a questões específicas da situação dos indivíduos, mas também à estrutura dos cursos para atender às peculiaridades dos sujeitos incluídos no universo chamado “educação de jovens e adultos”.

Finalmente, na conclusão, retomam-se os objetivos iniciais da pesquisa, buscando respondê-los com uma síntese do estudo realizado e dos resultados obtidos.

2 PROEJA: CONCEPÇÃO, FUNDAMENTOS E CONFIGURAÇÃO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

2.1 Elementos Introdutórios

Neste capítulo, são discutidos alguns aspectos relativos à concepção, aos fundamentos e à configuração do PROEJA, focalizando sua implantação, assim como os objetivos e as metas propostas que lhe foram atribuídos. Em seguida, a situação atual desse Programa, no Brasil e em Minas Gerais, é abordada, tendo como fontes uma revisão bibliográfica e dados disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). Finalmente, são apresentadas informações sobre a evasão escolar no PROEJA, no Brasil e em Minas Gerais, o que motivou a realização do presente estudo.

2.2 O PROEJA – Concepção e Fundamentos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é instituída a partir de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),⁵ como uma modalidade educacional,⁶ integrante da Educação Básica. É destinada ao atendimento de alunos que não tiveram, na idade própria,⁷ acesso ao ensino fundamental ou médio ou possibilidade de continuar os estudos nesses níveis de ensino. Desde então, o termo “educação de jovens e adultos” substituiu a modalidade de ensino conhecida como “ensino supletivo”⁸.

Nove anos depois, em 2005, o Governo Federal instituiu o “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA), por meio do qual passam a ser ofertados cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA (Decreto n. 5.478, de 24/06/2005). Contudo, já no ano seguinte, esse Programa é extinto, sendo criado

⁵ Especificamente nos capítulos 37 e 38 do capítulo II e Seção V da LDB.

⁶ “O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata-se, pois, de um modo de existir com característica própria [...]” (BRASIL, 2000, p. 26).

⁷ “A expressão idade própria, além de seu caráter descritivo, serve também como referência para a organização dos sistemas de ensino, para as etapas e as prioridades postas em lei [...]” (BRASIL, 2000, p.4).

⁸ O termo “ensino supletivo” foi estipulado pela LDB de 1971.

outro, o “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA) (Decreto n. 5.840, de 13/07/2006), mantendo-se a sigla PROEJA (BRASIL, 2007d).

De acordo com documento da Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação (BRASIL, 2007d), a extinção do “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” e sua substituição pelo “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA) foi promovida tendo em vista atender reivindicações de profissionais da educação da Rede Federal de Ensino, de estudiosos do assunto e de gestores educacionais. Esses setores da educação solicitaram ampliar a abrangência dos vínculos entre a EJA e a educação profissional, que diz respeito à oferta de cursos, bem como os locais onde seriam oferecidos.

Assim, essas experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas (BRASIL, 2007d, p. 12).

Dessa maneira, o “novo” Programa é instituído pelo Governo Federal com o propósito de ofertar o ensino profissional (formação inicial e continuada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio) com a educação geral (no nível fundamental e médio) para alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nos cursos e programas de educação profissional do Brasil. Com o novo Programa, criado em 2006, foi incluído o ensino fundamental e foram ampliadas as instituições que poderiam propor o PROEJA. Assim, além da Rede Federal de Ensino, os sistemas de ensino municipais e estaduais e as entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao Sistema S também poderiam oferecer aquele Programa, nas seguintes circunstâncias:

a) “Educação profissional técnica com o ensino médio”, oferecidos para jovens e adultos que já concluíram o ensino fundamental, que ainda não possuem o ensino médio e desejam obter o título de técnico. A articulação com o Ensino

Médio na modalidade EJA pode ser desenvolvida de duas formas:⁹ modalidade integrada¹⁰ e a modalidade concomitante.¹¹ Em ambos os casos, além do atendimento às exigências da formação técnica, seria preciso garantir, segundo o governo, a sedimentação das bases de formação geral requeridas para o exercício da cidadania, o acesso às atividades produtivas, a continuidade dos estudos e o desenvolvimento pessoal articulada ao ensino médio;

b) Formação inicial e continuada com o ensino médio, para jovens e adultos que já possuem o ensino fundamental, não possuem o ensino médio e desejam adquirir uma formação profissional mais rápida;

c) Formação inicial e continuada com ensino fundamental para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental. O objetivo, de acordo com o governo, seria o de qualificar trabalhadores e assegurar a elevação do seu nível de escolaridade, juntamente com a formação orientada ao exercício das profissões técnicas (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d).

Para visualizar melhor as principais mudanças entre o “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (2005) e sua substituição pelo “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (2006), mostra-se o quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais Mudanças entre os PROEJAS de 2005 e 2006

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2005)	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2006)
Instituições habilitadas: instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	Instituições habilitadas: instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; instituições públicas de ensino estaduais e municipais; entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao Sistema S.
Abrangência: Cursos e programas de Educação profissional integrados ao ensino médio.	Abrangência: Cursos e programas de educação profissional articulados à educação básica.
Forma de oferta: Integrada.	Forma de oferta: Integrada e Concomitante.

⁹ Ambas as modalidades eram previstas no Decreto n. 5.154/04.

¹⁰ Modalidade Integrada: ensino técnico e ensino médio são cursados no mesmo curso e na mesma escola, com matrícula única.

¹¹ Modalidade Concomitante: ensino técnico e ensino médio são cursados ao mesmo tempo, mas em escolas diferentes, com matrículas distintas.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2005)	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2006)
Carga horária: Máxima, 1.600 horas para cursos de formação inicial e continuada. Máxima, 2.400 horas para nível médio.	Carga horária: Mínima, 1.400 horas para cursos de formação inicial e continuada. Mínima, de 2.400 horas para nível médio.

Fonte: BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, elaboração própria.

Em relação às áreas profissionais¹² escolhidas para a estruturação dos cursos, o “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (2006) estabelece que: “[...] serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural” (BRASIL, 2006, Decreto 5.840, art. 5º, parágrafo único).

No que diz respeito à abrangência da oferta de cursos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), é estabelecido pelo “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (2006) que:

[...] a rede de instituições federais de educação profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas (BRASIL, 2006, Decreto 5.840, art. 1, § 5º).

O Governo Federal fixou o ano de 2007 como o ano limite para que todas as instituições federais de educação profissional implantassem o “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA). Para isso, as instituições federais precisaram, já em 2006, ofertar o mínimo de 10% do total de vagas de ingressos para as matrículas no PROEJA, tomando como referência a quantidade de matrículas existentes no ensino técnico regular correspondentes ao ano anterior. Nesse sentido, foi necessário ampliar a oferta de vagas para o

¹² Resolução CNE/CEB n. 04/99, art. 5º: “A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais [...] que incluem as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação.” A partir do Parecer CNE/CEB n. 11/2008, a organização da oferta da educação profissional técnica de nível médio passa a ser estruturado através de “Eixos Tecnológicos”.

ano de 2007 e incluí-la no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).¹³ Além disso, o governo determinou que todos os cursos e programas do PROEJA deveriam ser ofertados a partir da construção prévia de um projeto pedagógico integrado único e que as instituições fossem responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas (BRASIL, 2006, Decreto 5.840).

2.2.1 A Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação e o PROEJA

A Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação (BRASIL, MEC/SETEC) elaborou o Documento Base do PROEJA, em 2007, cuja justificativa era a de facilitar o entendimento, assim como justificar a importância do “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”. A apresentação e a discussão da minuta desse documento foram realizadas por profissionais que atuavam na Educação Profissional, no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e no Fórum Nacional dos Gestores Estaduais de Educação Profissional.

O documento da Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d) para o PROEJA destaca as razões que teriam contribuído para o quadro de exclusão da população menos favorecida de ter acesso à educação básica de qualidade, sobretudo no que diz respeito ao ensino médio. Para a referida Secretaria, o acesso à educação no Brasil e o tipo de educação oferecida estão relacionados à origem socioeconômica das pessoas, pois os indivíduos das classes média alta e alta têm acesso a uma educação mais “refinada”, baseada nas ciências e nas artes, de caráter privado e com alto custo mensal, inacessível aos filhos da classe trabalhadora. Em relação ao ensino médio oferecido pela EJA, a Secretaria critica o tipo de oferta educacional desvinculada de uma formação integral, sem o propósito de superar a dualidade entre cultura geral e cultura técnica. De acordo com o documento da Secretaria de Educação Técnica do

¹³ O PDI consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deve contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, das metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura.

Ministério da Educação, aquela dualidade é um traço presente na educação brasileira, sendo fruto da separação entre a educação oferecida aos filhos da elite e aquela proporcionada aos filhos dos trabalhadores (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 25-26). Quanto à oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, é ressaltado que:

[...] as limitações do Estado, no que se refere à garantia do direito de todos os cidadãos ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, cabe discutir o modo como se forja uma política nessa área, vislumbrando-se para ela outros sentidos, pelo fato de se pretender que seja mais ampla do que um programa, não a reduzindo a uma situação temporária, persistente em função das limitações do próprio Estado brasileiro para cumprir o seu dever. O exercício da modalidade EJA no âmbito do nível médio de ensino é ainda incipiente, e sobremaneira na *Rede Federal, local privilegiado para o oferecimento da modalidade EJA integrada à educação profissional* (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 33-34, grifo nosso).

O documento encaminhado pela Secretaria de Educação Técnica do Ministério da Educação para o PROEJA sugere que o governo se preocupa com a escolarização dos indivíduos que frequentam a EJA, principalmente em relação ao direito à “elevação da escolaridade com profissionalização”. Além disso, propõe que essa modalidade de ensino seja prioritariamente oferecida na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT).

Para Machado (2006, p. 37-38), o contexto de surgimento do PROEJA é o da busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade dos estudos em nível superior para os indivíduos que tiveram, em algum momento de sua vida, seja ele breve ou longo, a escolaridade interrompida, o que, por si só, limita as chances de melhor inserção na vida social do sujeito e a sua inserção no mundo do trabalho. Por isso, o documento elaborado pela SETEC/MEC (2007) evidencia ser:

[...] fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica [...] também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 33).

O discurso do governo para instituir o PROEJA, o qual foi pensado, formulado e reformulado, tem como fundamento “reparar” a falta de oportunidades que levaram milhares de brasileiros a não continuar os seus estudos, assim como

abrir mais possibilidades para eles no sentido de reingressar no sistema educacional e, desse modo, ampliar sua qualificação para se inserir no mundo do trabalho.

2.3 A Realidade do PROEJA no Brasil

Embora o Governo Federal, com o MEC/SETEC, apresente um discurso recheado de retórica baseada no igualitarismo e na democracia, as medidas para a educação de jovens e adultos são tomadas de modo autoritário, com a emissão de dois decretos. Tanto a criação do PROEJA como sua subsequente modificação são feitas por decreto. Em 2005, logo após a instituição do PROEJA, o Governo Federal “convidou” os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas Federais, a Universidade Federal do Paraná, o Colégio Pedro II e as escolas vinculadas às universidades a modificar suas instalações físicas e a capacitar seus professores, gestores e técnicos administrativos¹⁴ para ofertar a nova modalidade de curso ainda desconhecida nos cursos técnicos federais.

O PROEJA é proposto num contexto de reorganização da educação profissional no Brasil, quando são restabelecidas diretrizes para integrar¹⁵ a formação profissional e formação geral, que tinham sido obrigatoriamente separadas¹⁶ no governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, em nome de um “compromisso com a sociedade”, uma medida autoritária do governo Lula substituiu outra medida autoritária do governo Fernando Henrique Cardoso.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como um compromisso assumido com a sociedade na proposta de governo, foi revogada a legislação autoritária que regulamentava o ensino médio (Decreto n. 2.208/97), por um novo decreto (Decreto n. 5.154/04), que determinou que a educação profissional fosse desenvolvida por meio de cursos e programas referentes à: 1) formação inicial e continuada dos trabalhadores; 2) Educação Profissional Técnica e de nível médio; 3) Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação. Dessa forma,

¹⁴ Em relação à capacitação de profissionais para atuarem com o PROEJA, em 2006 foi realizada a primeira edição do curso de pós-graduação *Lato Sensu* – PROEJA, visando à capacitação de cerca de 1400 educadores, gestores e técnicos administrativos. O objetivo central da proposta de especialização é a de promover a capacitação e produção de conhecimentos para que os profissionais envolvidos com o PROEJA reflitam e exercitem a integração da educação profissional com a EJA.

¹⁵ Decreto n. 5.154/04.

¹⁶ Decreto n. 2.208/97.

as escolas passaram a oferecer a educação profissional integrada ao ensino médio, no mesmo turno e com a mesma infraestrutura (MOREIRA, 2009, p. 15).

Como parte do processo de mudanças do governo Lula, é proposto um conjunto de programas destinados a estimular a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, como é o caso, além do PROEJA, do Programa Brasil Profissionalizado e do Programa Ensino Médio Inovador.¹⁷ Juntamente com esses programas (que se encontram em andamento), o Governo Federal também instituiu, como uma ação prioritária para a educação profissional no Brasil, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)¹⁸, através do Decreto n. 6.095 (BRASIL, 2007a) e da Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008b).

Assim como outros programas vinculados à política de expansão do ensino técnico, o PROEJA passa a ser oferecido, em nível nacional, pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), a saber: no CEFET-MG, no CEFET-RJ, na Universidade Federal do Paraná, nas escolas técnicas vinculadas às universidades e nos IFETs.

A partir de 2006, o Governo Federal estabelece a implantação de cursos e programas regulares em toda a RFEPT e programas facultativos no Sistema S e nas Redes Estadual e Municipal de ensino. A partir de então, o PROEJA passa a ser oferecido também na modalidade concomitante e no nível fundamental de ensino¹⁹.

Tomando-se como referência dados do PROEJA no Brasil, no que diz respeito ao número de estabelecimentos, matrículas por modalidade de ensino, tipo de formação (inicial, continuada, técnica), essa modalidade de curso apresenta a seguinte configuração nos anos de 2006, 2008 e 2010 (TABELA 1):

¹⁷ Lançado em setembro de 2009, o Programa Ensino Médio Inovador “converge para o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de projetos que visem o aprimoramento de propostas curriculares para o ensino médio” (BRASIL, MEC, 2009, p. 3).

¹⁸ A “nova institucionalidade”, então proposta a partir do Decreto n. 6.095 e da Lei n. 11.892, encontra-se atualmente em processo de implementação e são ainda poucas as pesquisas existentes sobre essa política.

¹⁹ Ver Decreto n. 5.840/06.

Tabela 1 - Estabelecimentos e Matrículas do PROEJA, por Dependência Administrativa – Brasil – 2006, 2008 e 2010

Estabelecimentos e Matrículas, por Dependência Administrativa, PROEJA – Brasil						
Ano	Sistema S		Privada		Pública	
	Estabelecimentos	Matrículas	Estabelecimentos	Matrículas	Estabelecimentos	Matrículas
2006	-	-	-	-	25	462
2008	-	-	-	-	97	3.014
2010	1	26	5	172	214	21.006

Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes aos sistemas de ensino: Federal, Estadual e Privado.

Em 2006, no Brasil, havia apenas 25 instituições que ofertavam o PROEJA, todas na Rede Pública de Ensino (TAB. 1). Já em 2010, esse Programa passou a ser oferecido por 220 escolas (01 do Sistema S, 05 da Rede Privada e 214 da Rede Pública), o que corresponde a um crescimento de 780% entre 2006 e 2010. O número de matrículas, por sua vez, que em 2006 era de 462 matrículas, todas na Rede Pública, subiu para 21.204 matrículas (26 do Sistema S, 172 da Rede Privada e 21.006 da Rede Pública) em 2010, representando um aumento de aproximadamente 4.489,6% entre 2006 e 2010.

O crescimento exorbitante, tanto do número de escolas que passaram a oferecer o PROEJA quanto do número de matrículas nessa modalidade de ensino, se deve à ampliação da abrangência desse Programa, realizada pelo Governo Federal.²⁰ Além disso, desde 2006, “no sentido de contribuir para a implantação de novos cursos e melhoria das condições de oferta dos que já se encontram em andamento”, a SETEC tem desenvolvido uma rede de ações para o PROEJA (BRASIL, 2008f), a saber:

- Convênios com estados para incentivar a implantação de cursos técnicos PROEJA;
- Especialização *Lato Sensu* PROEJA – Cursos de 360 horas;
- Elaboração de documentos referenciais para o PROEJA (Documentos-Base publicados: PROEJA Técnico/Ensino Médio, PROEJA Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental e PROEJA Indígena/Educação Profissional Integrada à Educação Escolar Indígena);
- Chamada Pública da Formação PROEJA entre escolas federais e estados;

²⁰ Decreto n. 5.840/06.

- Edital PROEJA CAPES/SETEC – Financiamento de projetos de pós-graduação *Strictu Sensu*;
- Assistência ao Estudante PROEJA (R\$100,00 por estudante);
- Diálogos PROEJA – Encontros microrregionais para troca de experiências PROEJA.

As ações do governo para o PROEJA, no que diz respeito aos investimentos financeiros às escolas, à formação dos profissionais, ao auxílio financeiro para os alunos e aos encontros regionais para a troca de experiências entre os sujeitos envolvidos no Programa, abrangem cursos na Formação Inicial, na Formação Continuada e no Ensino Técnico. Nesses cursos, as matrículas se distribuem conforme é demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Matrículas do PROEJA, por Tipo de Formação, Brasil - 2006, 2008 e 2010

Matrículas, por Tipo de Formação, PROEJA – Brasil						
Ano	Formação Inicial e Continuada			Técnico		
	Sistema S	Privada	Pública	Sistema S	Privada	Pública
2006	-	-	-	-	-	449
2008	-	-	305	-	-	2.709
2010	-	-	8.133	26	172	12.873

Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes aos sistemas de ensino: Federal, Estadual e Privado.

No Ensino Técnico, especificamente no ano de 2010, as matrículas correspondem a uma maior abrangência no total de matrículas do PROEJA. Enquanto a Formação Inicial e Formação Continuada representam juntas um total de 8.133 matrículas (38,4%), todas na Rede Pública, o Ensino Técnico representa um total de 13.071 matrículas (61,6%), 26 no Sistema S, 172 na Rede Privada e 12.873 na Rede Pública. Em relação tanto aos cursos ofertados no Sistema S, como àqueles ofertados pela Rede Privada, no ano de 2010, todas as matrículas foram destinados ao Ensino Técnico.

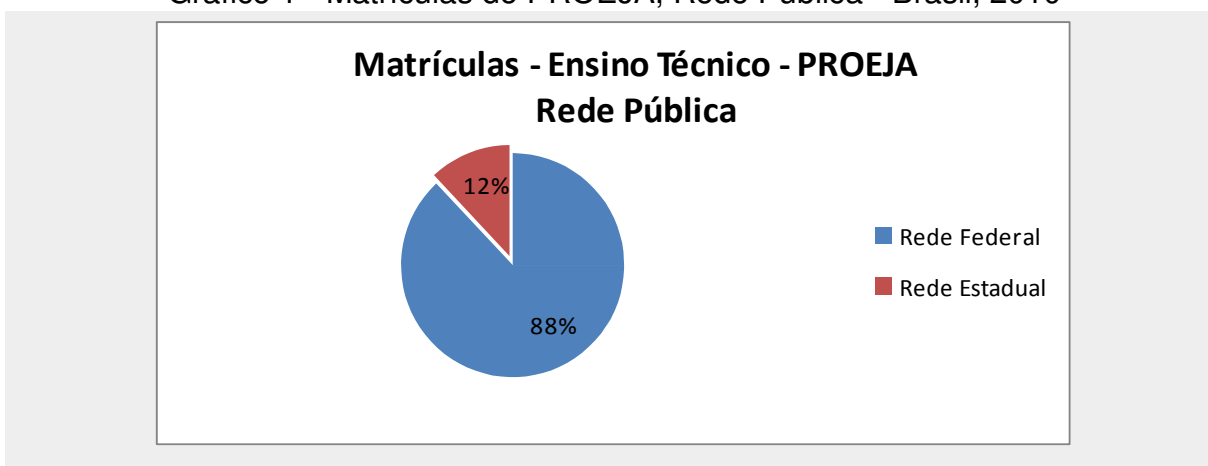
No que diz respeito ao crescimento de matrículas naqueles três tipos de ensino, os cursos de Formação Inicial e Formação Continuada tiveram juntos, entre 2008 e 2010, um crescimento de 2.566%. O Ensino Técnico, por sua vez, entre 2006 e 2010, apresentou um crescimento ainda maior, de 2.811%.

A mudança na concepção do PROEJA, a partir de 2006 - quando cursos e programas de educação profissional começaram a abranger o ensino fundamental

- foi o marco para o início e a amplitude da oferta de matrículas para a Formação Inicial e Formação Continuada no âmbito do referido Programa.

Em relação ao conjunto, das 12.873 matrículas do PROEJA no ano de 2010 correspondentes ao Ensino Técnico na Rede Pública (TAB. 2), a Rede Federal teve 11.369 matrículas, representando 88% do total de matrículas do ensino técnico na rede pública, enquanto a Rede Estadual contou com 1.504 matrículas, representando 12% do total de matrículas na rede pública (GRAF. 1).

Gráfico 1 - Matrículas do PROEJA, Rede Pública - Brasil, 2010



Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui o Ensino Técnico. Dados referentes aos sistemas de ensino: Federal, Estadual e Privado.

Um grande número de matrículas do Ensino Técnico do PROEJA da Rede Pública se verifica na Rede Federal (GRAF. 1). Isso se deve ao fato de que essa rede foi concebida pelo governo²¹ como o local privilegiado para o oferecimento da modalidade EJA, no âmbito do nível médio de ensino, integrada à educação profissional. (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p.33-34). Entre 2008 e 2010, o número de matrículas do PROEJA na Rede Federal cresceu de forma bastante considerável, tendo em vista que as instituições da RFEPT passam a se expandir desde 2008. Nesse sentido, o elevado número de matrículas do

²¹ De acordo com o Decreto n. 5.840/06, a Rede Federal deverá incorporar em sua oferta regular o público jovem e adulto:

“Art. 2 As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1º As instituições referidas no *caput* disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino” (BRASIL, 2006).

PROEJA no Ensino Técnico na Rede Federal de Ensino requer a análise mais criteriosa da organização dessa modalidade de ensino em âmbito federal.

2.3.1 O PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Como visto, a SETEC elaborou o Documento Base do PROEJA destacando o interesse do Governo Federal em elevar a escolarização dos indivíduos da EJA, associando-a à qualificação profissional e privilegiando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Na opinião de Rummert (2007), um dos fatores positivos do PROEJA foi o deslocamento das vagas já existentes nas instituições federais para o atendimento do jovem e adulto no ensino médio. A autora acrescenta, em relação ao financiamento e investimento para o atendimento da EJA, que tal Programa representou um avanço importante para a educação no Brasil ao criar mais um espaço de atendimento nessa modalidade de ensino: a sua integração à formação técnica.

Com a criação do PROEJA, as matrículas da EJA no ensino médio tiveram um aumento bastante considerável na Rede Federal de Ensino. A explicação para isso, de acordo com a SETEC/MEC, se deve ao fato de o Governo Federal, ao verificar o baixo número de alunos da EJA na Rede Federal de Ensino, por meio de decreto, **impor** que as instituições federais ofertassem o PROEJA.

Nos anos em que foram tomadas medidas autoritárias para impor a integração da EJA ao ensino técnico (2005 e 2006), em nível médio, e sua implantação na Rede Pública Federal, verifica-se um baixo número de matrículas na Rede Federal, como pode ser observado na Tabela 3, organizada com base no número de matrículas da EJA por Dependência Administrativa:

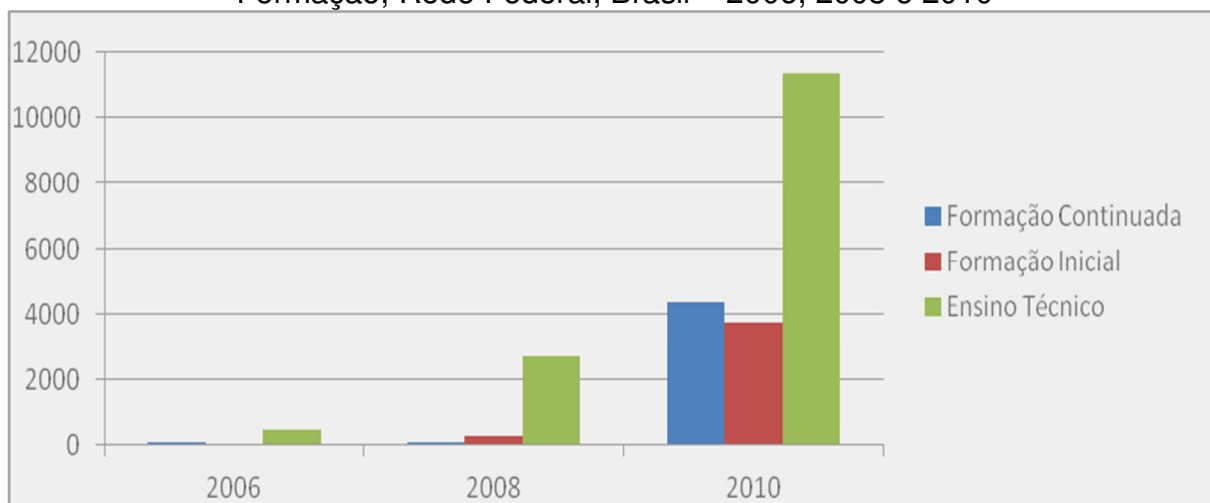
Tabela 3 - Matrículas da EJA no Ensino Médio, em Cursos Presenciais com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa, 2005 e 2006. **Brasil**

Matrículas da EJA no Ensino Médio em Cursos Presenciais					
Dependência Administrativa					
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2005	1.223.859	429	1.029.795	43.470	150.165
2006	1.345.165	814	1.172.870	45.754	125.727

Fonte: BRASIL/MEC/INEP/Censo Escolar - 2005 e 2006, elaboração própria.

Nos anos 2005 e 2006, a Rede Federal apresentou um número insignificante de matrículas na EJA, se comparado às demais redes de ensino. Apesar de um crescimento de quase 90% nas matrículas de 2005 para 2006 na Rede Federal De Ensino (época da instituição do PROEJA), quando se compara esse dado com a oferta das outras esferas administrativas, o número de matrículas nessa modalidade de ensino ainda é baixo. Esse cenário pode ter levado o Governo Federal a impor a obrigatoriedade da oferta da EJA na RFEPT e adotar o PROEJA. O resultado é que, a partir de 2006, ocorre um grande crescimento do número de matrículas do PROEJA na Rede Federal de Ensino, em todos os três tipos de ensino: Formação Inicial, Formação Continuada e Ensino Técnico. O crescimento das matrículas do PROEJA nos três tipos de formação, nos anos de 2006, 2008 e 2010, é ainda maior, como é demonstrado no GRAF. 2:

Gráfico 2 - Matrículas do PROEJA por Tipo de Formação, Rede Federal, Brasil – 2006, 2008 e 2010



Fonte: MEC/SETEC- SISTEC, elaboração própria.

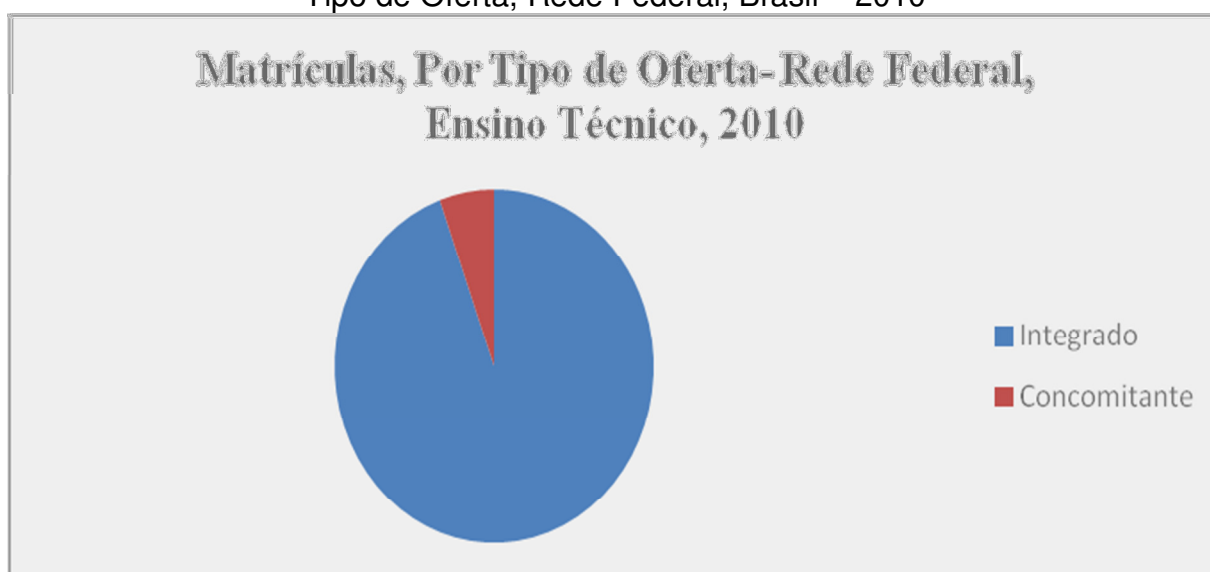
* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes ao Sistema de Ensino Federal.

O Ensino Técnico é o tipo de formação mais ofertado pelo PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (GRAF. 2). No ano de 2010, as matrículas do Ensino Técnico corresponderam a **58,3%** do total de matrículas no PROEJA²².

²² Sobre os tipos de formação previstos para serem ofertados pelas instituições da RFEPT, a LDB assume como característica da educação profissional técnica o contexto da “preparação para o

No que diz respeito ao número de matrículas do Ensino Técnico na RFEPT, a partir de 2006 o governo estabeleceu que o PROEJA oferecesse vagas apenas nas formas “concomitante” e “integrada”.²³ Em relação às matrículas do PROEJA/Técnico, o tipo de ensino mais ofertado por esse Programa na RFEPT, no ano de 2010, é a forma integrada, que alcança o índice de **94,5%** (GRAF. 3).

Gráfico 3 - Matrículas do PROEJA/Técnico por Tipo de Oferta, Rede Federal, Brasil – 2010



Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui somente os cursos técnicos. Dados referentes ao Sistema de Ensino Federal.

O ensino médio integrado ao ensino técnico,²⁴ modelo oferecido somente a quem já concluiu o ensino fundamental (contando com matrícula única na mesma instituição de ensino em que o aluno faz o ensino médio), é a tendência seguida pela atual organização do Ensino Profissional no Brasil, para “romper” com a dualidade entre formação geral e formação profissional. Sendo o PROEJA uma política instituída por decreto e iniciada logo após a política de integração do ensino médio ao técnico, também instituída por decreto, pode-se dizer que ambas supõem romper a “alienação” da classe trabalhadora, ainda que autoritariamente. “O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da

exercício de profissões técnicas” (Art. 36), isto é, a habilitação profissional no ensino médio, seja ela ao mesmo tempo ou em continuidade à formação geral do educando.

²³ Embora o governo estabeleça que a oferta do ensino médio seja estruturada nas formas Concomitante, Integrada e Subsequente (Art. 4º, § 1º do Decreto n. 5.154/04), em relação ao PROEJA o governo estipula a sua oferta no Ensino Técnico apenas nas formas Concomitante e Integrada (BRASIL, 2006).

²⁴ Decreto n. 5.154/04.

educação profissional à educação básica, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva trabalhadora e não alienante [...]” (BRASIL, MEC/SETEC, 2008, p.1).

No entanto, de acordo com Frigotto *et al.* (2005), a nova legislação para a qual eles contribuíram para criar (Decreto n. 5.154/04) ainda estabelece, internamente ao currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro para o trabalho técnico.

O fortalecimento do PROEJA como política governamental não depende apenas das ações legais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de medidas autoritárias, mas também por meio de iniciativas de cada estado e de cada instituição. Veremos o caso do PROEJA na Rede Federal de Ensino em Minas Gerais.

2.3.2 O PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG) é constituída pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), do Norte de Minas (IFET Norte), do Sudeste de Minas (IFET Sudeste), do Triângulo Mineiro (IFET Triângulo); e pelas escolas técnicas vinculadas às universidades, como o *Campus Florestal* (CEDAF), vinculado à Universidade Federal de Viçosa (UFV); o Centro de Formação Especial em Saúde (CEFORES), vinculado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); o Colégio Técnico (COLTEC), vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais; e a Escola Técnica de Saúde (ESTES), vinculada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Dessas instituições, até 2011, apenas o COLTEC não ofertava o PROEJA e sim o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PEMJA), por meio do qual são oferecidas anualmente 50 vagas para o ensino médio com qualificação profissional para o público maior de 17 anos.

O número de matrículas do PROEJA na RFEPT em Minas Gerais é apresentado a seguir:

Tabela 4 - Matrículas do PROEJA, por Tipo de Formação,
Rede Federal – Minas Gerais – 2006, 2008 e 2010

Matrículas, por Tipo de Formação, Rede Federal – Minas Gerais			
Ano	Formação Continuada	Formação Inicial	Técnico
	Matrículas	Matrículas	Matrículas
2006	-	-	115
2008	-	-	338
2010	1.150	215	761

Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes ao Sistema de Ensino Federal.

Ao contrário dos dados encontrados para o Brasil, de acordo com os quais o maior número de matrículas na RFEPT se encontra no Ensino Técnico, em Minas Gerais o maior número de matrículas do PROEJA na RFEPT está na Formação Continuada, representando o percentual de **54,1%** (TAB. 4). No entanto, do mesmo modo como ocorre no cenário brasileiro, em Minas Gerais o crescimento das matrículas do Ensino Técnico no PROEJA na RFEPT é bastante expressivo, representando um aumento de **561,7%** entre os anos de 2006 a 2010.

Apesar de os números de matrículas no PROEJA, tanto no Brasil como em Minas Gerais, terem tido um crescimento expressivo entre 2006 e 2010, a permanência do aluno na escola é condição fundamental para termos a dimensão da realidade desse tipo de ensino. Para discutir esse aspecto, a seguir serão apresentados dados sobre a evasão escolar no PROEJA, correspondentes ao mesmo período de análise dos dados de matrícula (2006, 2008, 2010), na RFEPT do Brasil e de Minas Gerais.

2.4 Estatística da Evasão no PROEJA

O MEC, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realiza anualmente o Censo Escolar²⁵ de toda a educação básica e profissional. No entanto, os dados relacionados à situação e ao desempenho escolar (aprovação, reprovação, abandono, transferência, entre outros) dos estudantes dos cursos técnicos não são campo de preenchimento obrigatório no Censo Escolar e nem são devidamente sistematizados pela equipe do INEP.

²⁵ O Censo Escolar é realizado anualmente pelo MEC desde 1932. Informações sobre o Censo Escolar podem ser encontradas no portal INEP/MEC: <www.inep.gov.br>, onde se encontram os formulários dos Censos e sinopses estatísticas com resultados derivados dos censos.

Como superação da falta de dados sobre o ensino técnico, foi criado, em 2009, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).²⁶ O cadastramento no SISTEC pelas escolas que ofertam o ensino técnico,²⁷ com dados referentes à escola, seus cursos e correspondentes alunos matriculados e concluintes, foi fixado pelo governo como condição para garantir a validade nacional dos diplomas expedidos e registrados pelas instituições de educação profissional de nível médio.

Art. 2º O cadastramento, no SISTEC, de dados das escolas, de seus cursos técnicos de nível médio e correspondentes alunos matriculados e concluintes é uma das condições essenciais para garantir a validade nacional dos diplomas expedidos e registrados na própria instituição de Educação Profissional e Tecnológica [...] (BRASIL, 2009b).

As informações requeridas pelo SISTEC às instituições,²⁸ além de contribuir para a organização das informações dos cursos técnicos de todo o Brasil, sistematizam os dados referentes à situação e ao desempenho escolar dos alunos, incluindo os dados sobre a evasão escolar.

Com a organização e disponibilização dos dados sobre o ensino técnico realizado pelo SISTEC, verificaremos a seguir (TAB.5) a situação da evasão escolar no PROEJA, no Brasil e em Minas Gerais.

²⁶ Resolução n. 3, de 30 de setembro de 2009, substituindo o Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT).

²⁷ Sobre os dados referentes aos cursos de formação inicial e continuada, o SISTEC apresenta as informações sobre os cursos e alunos desse tipo de ensino quando as respectivas instituições ofertam também o ensino técnico de nível médio (BRASIL, MEC/SETEC, 2011).

²⁸ A partir do ano de 2009 retroagindo até 2006.

Tabela 5 - Matrículas e Evasão²⁹ no PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal – Brasil – 2006, 2008 e 2010

Matrícula e Evasão, por Tipo de Formação, Rede Federal – Brasil									
Ano	Formação Continuada			Formação Inicial			Técnico		
	Matrículas	Evasão	% Evasão	Matrículas	Evasão	% Evasão	Matrículas	Evasão	% Evasão
2006	12	9	75%	-	-	-	449	194	43,2%
2008	66	11	16,7%	239	41	17,2%	2.704	679	25,1%
2010	4.383	946	21,6%	3.750	532	14,2%	11.369	2.055	18,1%

Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes ao Sistema de Ensino Federal.

Em relação às informações presentes na tabela 5, verificamos que as taxas de evasão nos três tipos de formação ofertados pelo PROEJA, quando comparados proporcionalmente ao número de matrículas, diminuíram consideravelmente no Brasil entre os anos de 2006 e 2010. Especificamente no ensino técnico, a evasão que, em 2006 era de 43,2%, em 2010 passa a ser de 18,1%.

Também na RFEPT de Minas Gerais, durante os anos de 2006 a 2010, as taxas de evasão também diminuíram consideravelmente (TAB. 6). No entanto, a evasão nos cursos técnicos, nos anos 2006, 2008 e 2010, mostra índices bem maiores quando comparados aos do Brasil.

Em 2010, a porcentagem de evadidos nos cursos técnicos do PROEJA, na Rede Federal de Minas Gerais, ultrapassava 30% (TAB. 6). Trata-se de um valor muito superior ao índice de evasão apresentado pelo Brasil no mesmo ano (18,1%).

²⁹ O conceito de “evasão” aqui utilizado diz respeito aos dados do MEC/SETEC-SISTEC sobre os alunos que desligaram do curso com justificativa (desligado) e dos alunos que atingiram o número máximo de faltas, normalmente 25% e que não deram satisfação para a escola (evadido).

Tabela 6 - Matrículas e Evasão no PROEJA, por Tipo de Formação, Rede Federal - Minas Gerais - 2006, 2008 e 2010

Matrícula e Abandono, por Tipo de Formação, Rede Federal – Minas Gerais									
Ano	Formação Continuada			Formação Inicial			Técnico		
	Matrículas	Evasão	% Evasão	Matrículas	Evasão	% Evasão	Matrículas	Evasão	% Evasão
2006	-	-	-	-	-	-	115	81	70,4%
2008	-	-	-	-	-	-	338	132	39,8%
2010	1.150	250	21,7%	215	96	44,6%	761	235	30,9%

Fonte: MEC/SETEC-SISTEC, elaboração própria.

* Inclui os cursos: Formação Continuada, Formação Inicial e Técnico. Dados referentes ao Sistema de Ensino Federal.

Os altos índices de evasão escolar dos cursos técnicos do PROEJA, principalmente em Minas Gerais, demonstram a necessidade de averiguarmos as políticas voltadas para a EJA no que diz respeito à democratização da escola pública para esse público. Assim, no capítulo a seguir, apresentar-se-ão as iniciativas da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de 1988 e os desafios enfrentados por essa modalidade de ensino, incluindo o problema da evasão escolar.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONQUISTAS E DESAFIOS

3.1 Elementos Introdutórios

Neste capítulo, apresentam-se, em linhas gerais, características da educação destinada aos jovens e adultos no Brasil desde a Constituição de 1988, momento em que a EJA passa a ser regulamentada como um direito de todos e dever do Estado, até os anos 2000, marcados pelos surgimentos de programas governamentais em busca da melhora da qualidade e permanência dos alunos na modalidade EJA. Apresentam-se também, neste capítulo, as pesquisas sobre evasão escolar nessa modalidade de ensino.

3.2 A Educação de Jovens e Adultos como Direito Constitucionalizado

Após cerca de 20 anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985), a década de 80 do século XX foi marcada pela mobilização e organização de diversos setores da sociedade civil interessados em participar ativamente dos processos de construção da democracia, conduzindo, em 1988, à convocação do Congresso Nacional Constituinte (PIRES, 2002). No mesmo período, no campo acadêmico, pesquisadores e educadores da educação de adultos passaram a realizar um conjunto de atividades e pesquisas que resultaram nos conhecimentos educacionais para subsidiar as experiências nos sistemas públicos, “ampliando o leque de atores sociais preocupados com a temática” (HADDAD, 2009, p. 356).

A Constituição Federal do Brasil (1988) representou um grande avanço na área educacional, estabelecendo a igualdade de acesso de todos à educação como um bem social. Seu objetivo é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205).

Na nova Carta Constitucional, o ensino fundamental é definido como obrigatório e gratuito, inclusive para as pessoas que não tiveram acesso à escolarização em idade própria (art. 208 da Constituição Federal). O dever do Estado com a educação passa a ser efetivado mediante a garantia de: “I – Ensino

fundamental, obrigatório e gratuito, *inclusive para os que a ele não tiveram acesso a idade própria* (BRASIL, 1988, art. 208, Capítulo I, grifo nosso).

Apenas em 1988, com a Constituição, o ensino fundamental passa a ser garantido pela primeira vez no país como direito³⁰ e dever do Estado, incluindo os jovens e adultos. Trata-se de um direito público subjetivo,³¹ assegurado a quem deseje se valer dele.

[...] o titular de um direito público subjetivo tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata do mesmo quando negado. Em caso de inobservância deste direito, por omissão do órgão incumbido ou pessoa que o represente, qualquer criança, adolescente, jovem ou adulto que não tenha entrado no ensino fundamental pode exigí-lo e o juiz deve deferir imediatamente, obrigando as autoridades constituídas a cumpri-lo sem mais demora. O direito público subjetivo não depende de regulamentação para sua plena efetividade. O não cumprimento ou omissão por parte das autoridades incumbidas implica em responsabilidade da autoridade competente (BRASIL, 1988, art. 208, § 2º *apud* BRASIL, 2000).

O direito à educação fundamental dos adultos, portanto, passa a ser, com a Constituição Federal de 1988, um direito de cidadania e um dever do Estado, que deve assegurar a sua obrigatoriedade e gratuidade. Os movimentos sociais que animaram a elaboração da carta constitucional conquistaram um novo patamar na política do Estado com relação à educação de adultos. A partir de então, o Estado passa a assumir a responsabilidade em garantir o direito dos adultos ao ensino fundamental (BRASIL, 2000, p. 29-30).

Com o direito à educação garantido constitucionalmente, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, foi marcada pela forte participação da sociedade civil que, entre outras reivindicações, lutou por melhores garantias legais para a educação de adultos.

A partir de 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passa a ser reconhecida como uma “modalidade da educação básica” nas etapas do nível fundamental e médio, usufruindo de uma especificidade própria que, como tal, deveria receber um tratamento diferenciado. Até então, a forma legalmente existente de oferta do ensino fundamental e médio para jovens e adultos era a estabelecida pela LDB de 1971, na qual o “ensino supletivo” tinha como finalidade suprir a

³⁰ “Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação” (BRASIL, 2000, p. 22).

³¹ “Direito público subjetivo é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação” (BRASIL, 2000, p. 22).

escolarização regular para aqueles que não a tivessem seguido na idade adequada (BRASIL, 1971, art. 24).

Para efetivar o dever do estado com a educação escolar pública e garantir “padrões mínimos de qualidade de ensino”, as variedades e quantidade mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, para cada aluno, passaram a ser previstas por lei (BRASIL, 1996, inciso IX, art. 4º). A garantia de “qualidade em educação” começa, então, a suscitar muitos debates na sociedade, pois a definição desse conceito é considerada “uma tarefa indispensável para que esta possa ser operacionalizada através de variáveis passíveis de avaliação e garantida por meio de programas e políticas públicas” (ALVES; PASSADOR, 2011).

No sentido de garantir a melhoria e a qualidade na educação, foi elaborado pelo governo e sancionado pelo Congresso em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE),³² a ser realizado nos anos de 2001 a 2010. Nesse plano, foram estabelecidas 26 metas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre as quais: 1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) *dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio* (DI PIERRO, 2010, p. 944, grifo nosso).

Durante a década de vigência do PNE (2001 a 2010), proliferaram iniciativas para a EJA geridas em diferentes instâncias e secretarias do Governo Federal, tais como: o Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC/MEC); o Programa Nacional de

³² Lei n. 10.172.

Educação na Reforma Agrária (PNRA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o Exame Nacional de Certificação de Competências (ENCC), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (DI PIERRO, 2010, p. 946).

Não obstante a quantidade de programas voltados para a EJA, as quatro metas acima apresentadas não foram alcançadas durante vigência do PNE. As taxas de analfabetismo mantiveram a tendência histórica de recuo bastante lento, de 12,4%, em 2001, para 10% em 2008; a oferta de oportunidades de estudo para a metade das pessoas que tinham menos de quatro anos de escolaridade não atingiu 10% do contingente de 15 milhões esperado; a garantia de que toda a população que concluiu as séries iniciais tivesse oportunidades de concluir o ensino fundamental correspondeu a aproximadamente 12,5% das 16 milhões de pessoas que seria necessário; *a proposta de ampliar a capacidade de atendimento para jovens e adultos nos cursos de nível médio se deu com um crescimento de apenas 25%* (DI PIERRO, 2010, grifo nosso).

Assim, com o fracasso das metas estipuladas pelo PNE, em 2010 foi realizada a construção de um novo plano plurianual de educação na ocasião da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Nessa conferência participaram tanto sindicalistas, movimentos e organizações sociais que reivindicavam mais recursos, quanto representantes dos governos. No “novo” PNE, previsto para os anos de 2011 a 2020, a educação é concebida como uma atividade que se desenvolve para além do âmbito escolar, permeando continuamente as diversas práticas sociais ao longo da vida dos indivíduos. Além disso, a alfabetização de jovens e adultos é considerada como prioridade nacional. Outro aspecto de destaque se refere à articulação entre a formação geral e a formação profissional, que deve ser concretizada por meio da ampliação dos cursos gratuitos (DI PIERRO, 2010).

Como um direito público, a educação deveria atender satisfatoriamente à demanda da população no que diz respeito “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205). Apesar desse direito estar garantido constitucionalmente, a criação de programas educacionais demonstra a ausência de políticas públicas, com planejamento governamental, que possam ter continuidade sem precisarem ser renovadas a cada nova eleição e novo mandato político.

A Carta Constitucional de 1988 representou uma conquista decisiva da sociedade civil no campo da educação, mas o país ainda se encontra em uma situação educacional muito desfavorável, inclusive na EJA, principalmente quando comparada à realidade dos países desenvolvidos.

3.3 A Situação da EJA no Brasil e no Mundo

Como consequência de uma composição de leis em âmbito federal, iniciada após a Constituição de 1988, que permite definir a organização e o funcionamento da educação de jovens e adultos, foi possível ao Brasil se tornar signatário de diversos documentos internacionais (declarações, convênios, acordos e convenções) em prol do direito à educação para todos em âmbito mundial. Entre eles, a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Hamburgo (1997), documentos em que a EJA é tratada como um direito à educação permanente (*lifelong learning*) para todos (PAIVA, 2003).

O conceito de “educação permanente”³³ diz respeito à ideia do educar-se permanentemente, profissionalizar, adaptar às mudanças no mundo. Exigência fundamental para a sobrevivência no capitalismo. Especialmente nos países onde os níveis básicos de ensino já são universalizados e há a queda do crescimento populacional, começam a se multiplicar as instituições destinadas a oferecer possibilidades de ocupação para a população adulta. As mudanças na economia estão tão aceleradas que é difícil que uma mesma pessoa exerça a mesma função durante toda a vida, sendo necessário se educar permanentemente. “As mudanças se aceleraram de tal modo que se tornou difícil a uma mesma pessoa exercer uma mesma profissão ao longo de toda a vida. [...] Estamos, portanto, diante de um renascimento da educação permanente” (PAIVA, 2003, p. 411).

Ainda para Paiva (2003), não basta ter conhecimento para as novas demandas da sociedade, mas interesse e criatividade. Não é apenas qualificar para o trabalho, mas sim se preparar para os desafios presentes na sociedade, inclusive para as novas tecnologias,

³³ O conceito de educação permanente foi utilizado pela primeira vez por Henri Hartung nos anos 1960. Já no Brasil, o perito da Unesco, Pierre Furter, publicou diversos volumes sobre o tema (PAIVA, 2003).

[...] não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face as suas inúmeras conseqüências na vida social e pessoal (PAIVA, 2003, p. 411).

No caso do Brasil, é necessário resolver duas condições no âmbito da educação de adultos: 1. a educação fundamental e média àqueles que não tiveram o acesso e a permanência na idade própria, como uma atuação “reparadora” e, 2. ao mesmo tempo, a oferta da educação permanente, como forma de “atualização” de conhecimentos e aprendizagem durante toda a vida. “A EJA é educação permanente, embora enfrente os desafios de uma situação sócio-educacional arcaica no que diz respeito ao acesso próprio, universal e adequado às crianças em idade escolar” (BRASIL, 2000, p. 66).

Para termos a dimensão da realidade da EJA no Brasil comparado ao cenário global, podemos destacar as informações apresentadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, dentre outras atuações em comitês, promove a divulgação de dados sobre a situação da educação de todos os países membros, inclusive os referentes à educação de jovens e adultos, no qual o Brasil participa como país observador³⁴.

Para realizar estudos sobre a educação dos países membros e convidados, a OCDE utiliza a Classificação Internacional Padronizada de Educação de 1997 (ISCED97) que define sete níveis educacionais no que diz respeito à escolaridade. Essa classificação possibilita comparações da educação brasileira com a de outros países com base numa padronização mundial, apresentada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Classificação ISCED 97 e Sistema Educacional Brasileiro

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 0 (<i>Pré-primary level of education</i>) Educação pré-primária	Creche e pré-escola (a partir de 3 anos de idade)
ISCED 1 (<i>Primary level of education</i>) Educação primária	Ensino fundamental de 1ª a 4ª série, de 1º a 5º ano ou equivalente
ISCED 2 (<i>Lower secondary level of education</i>) 1º nível da Educação Secundária	Ensino fundamental de 5ª a 8ª série, de 6º a 9º ano ou equivalente
ISCED 3 (<i>Upper secondary level of education</i>) 2º nível da educação secundária	Ensino médio

³⁴ A participação como membro observador de um comitê é possível, em alguns casos, sem que haja a necessidade de ser membro da OCDE como um todo.

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 4 (<i>Post-secondary non-tertiary</i>) Pós-secundário não terciário	(Não se aplica ao Brasil)
ISCED 5 (<i>First stage of tertiary education</i>) Primeiro estágio da educação terciária	Educação terciária tipo B (Educação Superior em Tecnologia)
	Educação terciária tipo A (demais cursos de graduação – excluindo-se os cursos sequenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> – mestrado e mestrado profissional)
ISCED 6 (<i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i>) – <i>doctoral and post-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado	Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>): doutorado

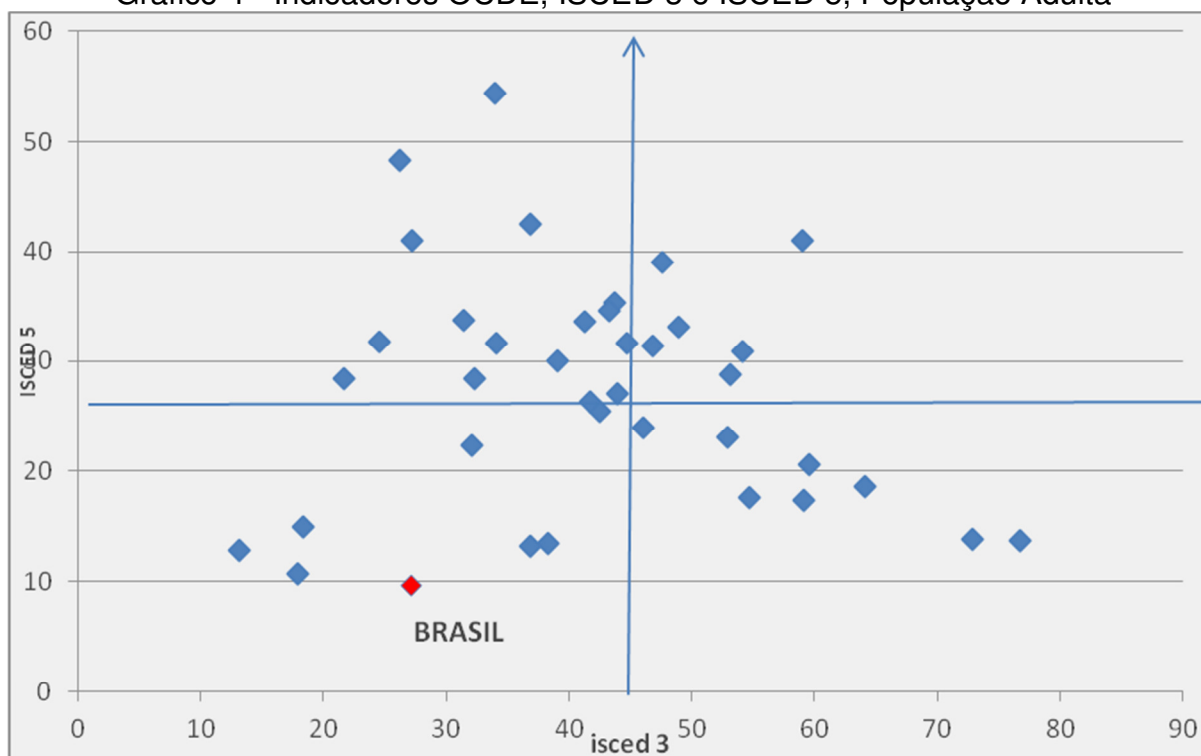
Fonte: *Education at Glance 2011* – Indicadores da OCDE –, elaboração própria.

No que diz respeito à situação dos jovens e adultos, entre 25 e 64 anos (recorte de faixa etária realizado pela OCDE), as informações referentes ao ensino médio (ISCED 3) e ensino superior (ISCED 5) são de extrema importância de serem analisadas, pois essas etapas de ensino estão relacionadas à melhora na inserção e qualificação do cidadão no mundo do trabalho. Em comparação com todos os demais países participantes da OCDE³⁵ (membros e observadores), o Brasil apresenta a menor taxa percentual de pessoas com aquelas duas etapas de ensino concluídas³⁶ (GRAF. 4).

³⁵ Países membros da OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suíça, Suécia, Turquia, Estados Unidos, Inglaterra. Países observadores: Brasil, Chile, Estônia, Israel, Rússia, Eslovênia.

³⁶ O ensino médio, bem como o acesso ao mesmo, está praticamente universalizado nos países da OCDE. Quase 90% dos jovens concluem o ensino fundamental e mais de 90% destes ingressam em algum tipo de ensino médio. Ao chegar ao ensino médio, os jovens já frequentaram a escola durante oito ou nove anos. Entre 60% e 85% dos jovens de cada coorte concluem o ensino médio nos diferentes países desse grupo (OLIVEIRA, 2010).

Gráfico 4 - Indicadores OCDE, ISCED 3 e ISCED 5, População Adulta



Fonte: *Education at a Glance 2009: OECD Indicators* - OECD © 2009. Elaboração própria.

A média dos brasileiros, entre 25 e 64 anos, que concluiu o ensino de nível médio é muito baixa, menos de 30% da população total nessa faixa etária (GRAF. 4). Levando-se em conta essa situação, as políticas públicas em prol da democratização do ensino médio, inclusive para a EJA, são extremamente importantes.

Em relação ao Ensino Superior, em 2007, apenas cerca de 10% da população brasileira, entre 25 e 64 anos, o havia concluído. A explicação para esse baixo número se deve, entre outros motivos, ao fato de que a conclusão do ensino médio (que também é baixo) ser requisito para o acesso ao ensino superior.

A ideia de que a educação se realiza ao longo da vida (*long life learning*) está em consonância não somente com a exigência de universalização do acesso ao ensino médio, como também da formação profissional que capacite jovens e adultos para o mundo do trabalho, aprimorando-os e capacitando-os para lidar com as mudanças no cenário local e global da economia.

Para Paiva (2003, p. 418), nos países onde os problemas educacionais básicos não foram resolvidos, como é o caso do Brasil, a garantia de uma posição relativamente favorável na comunidade política e no mercado mundial

depende da oferta de uma qualificação à população adulta que possa ser imediatamente utilizada.

O problema da evasão escolar na EJA é um forte indicativo dos problemas e das dificuldades existentes nos cursos destinados a esse público que, em algum momento da vida, foi privado do seu direito à educação. “Trata-se, portanto, não apenas de democratizar o acesso ao conhecimento, mas de elevar a qualidade do ensino para que tal acesso desemboque em conhecimento efetivo, passível de utilização prática” (PAIVA, 2003, p. 424).

A evasão escolar que ocorre nos cursos da EJA, principalmente os que estão condicionados a programas governamentais, manifesta sérios problemas no que se refere à busca de sua qualidade. Em um país como o Brasil, em que ainda são necessários muitos avanços educacionais para se chegar ao patamar da qualidade de ensino dos países desenvolvidos, os problemas relacionados à não permanência na escola podem gerar desconfiança sobre os programas governamentais vigentes, incluindo o PROEJA.

O fato de existir tantos programas que promovem a EJA, em distintas secretarias governamentais, criados por meio de decretos, é uma tentativa de reverter anos de descaso com a educação de adultos com metas praticamente impossíveis de serem concretizadas em um curto espaço de tempo. O PROEJA é um dos programas do Governo Federal que visa atender ao público da EJA e que, desde o seu início, teve marcada a imposição do seu funcionamento na Rede Federal de Ensino. A concepção de uma educação democrática na qual todos os setores da sociedade estão presentes é calada quando uma forma autoritária de educação impõe, por meio de decreto, programas educacionais. O estudo atento das influências do abandono escolar nesse tipo de ensino pode revelar questões importantes a serem analisadas para os futuros debates educacionais.

3.4 A Literatura sobre a Evasão Escolar na EJA

Em 2009, o IBGE publicou o estudo *Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional*, com dados sobre o perfil da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional no país, realizado em 2007, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De acordo com a

referida pesquisa, o principal motivo para o abandono do curso, para a maioria dos entrevistados da EJA, foi a incompatibilidade do horário das aulas com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%), seguido pela falta de interesse em fazer o curso (15,6%) (IBGE, 2009).

Em relação à qualidade do ensino na EJA e à permanência dos alunos, o estudo mostrou que ocorre um alto índice de evasão escolar. Em torno de 8 milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso (IBGE, 2009), demonstrando mais uma marca da exclusão na vida desses sujeitos.

Para Machado e Moreira (2008), a evasão escolar se refere justamente aos fatores que levam o estudante a não permanecer nos estudos. É, portanto, uma questão relacionada à democratização da escola no país. Também pode ser vista como uma questão de exclusão, o que é mais um elemento para evidenciar a importância da investigação de um tema muito atual, desenvolvendo estudos sobre indicadores dos processos de evasão escolar, de modo a propor medidas preventivas que contribuam para a permanência do aluno na escola e para a sua formação. Com isso, os índices de qualificação dos jovens e adultos para o trabalho podem ser elevados, o que, certamente, contribuirá para maximizar os investimentos governamentais na educação técnica na modalidade EJA.

De acordo com Lüscher e Dore (2011), na literatura nacional e internacional, a evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas, entre as quais se destacam: a saída do aluno da instituição; a saída do aluno do sistema de ensino; a não conclusão de um determinado nível de ensino; o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória.

Ainda segundo as autoras, além da diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão, o que torna o exame do problema bastante complexo, existe também a necessidade de se investigar as causas para encontrar soluções para tal fenômeno. Mas esse é um problema de difícil solução porque, de forma parecida “[...] a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive” (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 151).

Uma dimensão importante no estudo sobre a evasão escolar refere-se à perspectiva adotada no exame do problema: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino, considerando que esses fatores não podem ser pensados separadamente. No caso de o estudante não seguir um percurso escolar no tempo legalmente estabelecido, o sistema precisará adotar estruturas alternativas que permitam o seu retorno (LÜSCHER; DORE, 2011).

A complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. No caso brasileiro, à questão da evasão na EJA acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens e adultos a essa modalidade de ensino, tendo em vista a não conclusão dos estudos na idade própria (LÜSCHER; DORE, 2011).

De acordo com o INEP, em 2009, cerca de 3 milhões de jovens de 15 a 17 anos (30% da faixa etária) estavam fora da escola média.³⁷ Além disso, entre 2001 e 2009, as matrículas nesse nível de ensino não chegaram a crescer de forma significativa. Também em 2009, 42% dos estudantes que concluíram o ensino fundamental (09 primeiras séries) não prosseguiram os estudos (INEP, 2009 *apud* LÜSCHER; DORE, 2011).

Com base nos dados acima mencionados, pode-se concluir que, no Brasil, as possibilidades de acesso à EJA e especificamente ao PROEJA são limitadas tanto pela política educacional quanto por fatores relacionados ao desempenho escolar dos estudantes, na educação básica. Para os que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico resta, ainda, o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola.

3.4.1 A Literatura sobre a Evasão Escolar no PROEJA

Sobre a evasão escolar no PROEJA, são poucos os estudos na literatura³⁸ que visam compreender as causas e os motivos que a acarretam. Entre eles destaca-se a dissertação de Marconatto (2009) que trata sobre as causas da

³⁷ Isso não significa que esses jovens estivessem fora da escola; parte deles encontra-se ainda no ensino fundamental.

³⁸ Foi realizada a busca no portal da CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>), mas não foi encontrado nenhum artigo, nenhuma tese ou dissertação com as palavras-chave “abandono PROEJA” e “Evasão PROEJA”. Através de *site* de busca *on-line*, foi possível encontrar apenas dois trabalhos com essa temática.

evasão escolar dos alunos no Curso Técnico Agrícola do PROEJA da Escola Agrotécnica Federal do Rio Grande do Sul/SC (EAF/RS). Nesse estudo de caso, que consistiu na aplicação de questionários para 11 evadidos, o autor identifica dois fatores importantes para a evasão: 1) motivos econômicos, necessidade de trabalhar para o sustento e/ou para a família; 2) horário para realizar o curso, sendo o trabalho prioridade.

Outro estudo que trata das possíveis causas da evasão escolar no PROEJA é o de Azevedo e Lima (2011). O artigo, que investiga “A evasão escolar do PROEJA do CEFET-MT”, mostra o número elevado de evasão nos curso técnicos dessa instituição de ensino (49%) e, em seguida, apresenta os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com dois alunos evadidos. Nessas duas entrevistas, aparecem os seguintes motivos para a evasão: 1) falta de interesse; 2) trabalho; 3) trabalho doméstico; 3) falta de “cultura” familiar.

Nas duas pesquisas acima mencionadas, os fatores individuais aparecem como fatores predominantes para a evasão escolar. No entanto, ao se considerar as pesquisas sobre a evasão escolar na EJA, verifica-se que, para além dos fatores individuais, a identificação e a análise dos fatores intraescolares (contextuais) que intervêm nos processos de evasão no PROEJA são dimensões que não podem ser desconsideradas na implantação e avaliação das políticas públicas nesta modalidade de ensino.

A pesquisa de campo desta dissertação considerou a importância de se verificar tanto os motivos individuais quanto os motivos contextuais que influenciam a evasão escolar. Com esse objetivo, foi realizado um questionário que aborda diferentes fatores fundamentais a serem analisados levando-se em conta as pesquisas sobre o tema.

No próximo capítulo, apresenta-se a organização da metodologia para o trabalho de campo desta pesquisa, que teve como principal objetivo identificar fatores, motivos e causas que influenciaram a evasão escolar dos alunos nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG), o “local privilegiado para o oferecimento da modalidade EJA integrada à educação profissional” (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 33-34).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

4.1 Elementos Introdutórios

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo³⁹ deste estudo, assim como a realização do instrumento da pesquisa (questionário), as instituições e os cursos pesquisados, o desenho amostral da pesquisa, a aplicação dos questionários, os respondentes e as indicações sobre o tratamento dos dados.

Para isso, foram consultados pesquisadores que desenvolvem estudos sobre metodologias de pesquisa, principalmente quantitativas aplicadas à pesquisa social, tais como Gil (1999), Babbie (2003), Lankshear e Knobel (2008), entre outros.

4.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa empírica⁴⁰ tomou como referência para a coleta de dados os alunos evadidos dos cursos técnicos do PROEJA da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT- MG), entre os anos de 2006 a 2010.⁴¹ O objetivo foi o de identificar e descrever, a partir de uma análise quantitativa (questionário), fatores, causas e motivos associados ao problema da evasão dos alunos.

Nessa pesquisa, foram estabelecidos dois critérios para que o aluno fosse considerado “evadido”: 1) a frequência de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) no curso, a partir do ano/módulo/semestre de entrada, conforme a legislação sobre a

³⁹ A pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, o tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados (CARNEVALLI; MIGUEL, S/D).

⁴⁰ A investigação empírica do tipo quantitativo-descritiva tem o objetivo de conferir hipóteses, delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais (LAKATOS; MARCONI, 1996). É uma pesquisa quantitativa que usa técnicas de coleta de dados, que podem ser entrevistas, questionários, formulários, etc.

⁴¹ O recorte do período de análise tem como ponto de partida (2006) o primeiro ano da oferta dos cursos do PROEJA para o ensino técnico (Decreto 5.478/05) e, como término, o último ano possível de análise, em 2011, na ocasião da coleta de dados sobre o número de evadidos junto às instituições da RFEPT-MG.

matéria⁴² e 2) o abandono do curso sem a obtenção do diploma de técnico, devido à não conclusão de alguma(s) etapa(s) obrigatória(s) do mesmo (como disciplinas, realização de estágio, relatório de estágio, etc.).

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários aos evadidos de 8 (oito) Instituições Técnicas Federais de Educação Profissional do Estado de Minas Gerais que ofertavam o PROEJA/Ensino Técnico entre os anos 2006 e 2010. São elas: 1) Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG);⁴³ 2) Instituto Federal do Norte de Minas (IFET Norte);⁴⁴ 3) Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFET Sudeste);⁴⁵ 4) Instituto Federal Minas Gerais (IFMG);⁴⁶ 5) Instituto Federal Sul de Minas Gerais (IFET Sul);⁴⁷ 6) Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFET Triângulo);⁴⁸ 7) Centro de Educação Profissional (CEFORES/UFTM); 8) CEDAF/UFV. De toda a RFEPT de Minas Gerais, apenas duas instituições não foram contempladas por esta pesquisa, a saber: a Escola Técnica de Saúde (ESTES/UFU), por não ter ofertado turma do PROEJA até o ano de 2010⁴⁹ e o Colégio Técnico da UFMG (COLTEC/UFMG), que ofertava outro programa de curso profissional de nível médio, nos anos contemplados pela pesquisa⁵⁰.

Nas instituições supracitadas, todos os cursos ofertados através do PROEJA/Ensino Técnico, durante os anos de 2006 a 2010, foram contemplados para a amostra da pesquisa, totalizando o número de 16 cursos técnicos,⁵¹ como pode ser verificado no Quadro 3.

⁴² Trata-se da LDB 9.394/96: “VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação”.

⁴³ *Campi*: Belo Horizonte, Varginha, Timóteo, Araxá.

⁴⁴ *Campi*: Salinas, Januária, Araçuaí.

⁴⁵ *Campi*: Barbacena, Rio Pomba.

⁴⁶ *Campi*: Oliveira, Ouro Preto, Bambuí.

⁴⁷ *Campi*: Muzambinho, Inconfidentes, Machado.

⁴⁸ *Campi*: Uberaba, Uberlândia.

⁴⁹ Em 2011, a Escola Técnica de Saúde (ESTES/UFU) iniciou o curso de Técnico em Meio Ambiente na modalidade PROEJA.

⁵⁰ Projeto de Ensino Médio para Jovens e Adultos (PEMJA).

⁵¹ Esses cursos representam 8 dos 12 Eixos Tecnológicos estabelecidos pelo MEC, a saber: 1) Ambiente, Saúde e Segurança; 2) Controle e Processos Industriais; 3) Gestão e Negócios; 4) Informação e Comunicação; 5) Infraestrutura; 6) Produção Alimentícia; 7) Produção Industrial; 8) Recursos Naturais.

Quadro 3 - Cursos Técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Minas Gerais, 2006 a 2010

CURSOS PROEJA/TÉCNICO (RFEPT-MG)	INSTITUIÇÕES OFERTANTES
Açúcar e Álcool	IFMG (<i>Campi Bambuí</i>)
Agente Comunitário de Saúde	IFET Norte (<i>Campi Araçuaí e Januária</i>) IFET Sudeste (<i>Campi Rio Pomba</i>)
Agroindústria	IFET Triângulo (<i>Campi Uberaba</i>)
Agropecuária	CEDAF
Alimentos	IFET Sul (<i>Campi Muzambinho e Machado</i>)
Automotiva	IFMG (<i>Campi Bambuí</i>)
Comércio	IFMG (<i>Campi Oliveira</i>)
Cuidador de Idosos	IFET Sudeste (<i>Campi Barbacena</i>)
Edificações	CEFET (<i>Campi Belo Horizonte, Araxá e Timóteo</i>) IFET Sul (<i>Campi Muzambinho</i>)
Farmácia	CEFORES
Geologia	IFMG (<i>Campi Ouro Preto</i>)
Gestão Administrativa	IFET Sul (<i>Campi Inconfidentes</i>)
Informática	IFET Norte (<i>Campi Januária</i>) IFET Sul (<i>Campi Machado</i>)
Manutenção e Suporte em Informática	IFET Norte (<i>Campi Salinas</i>)
Mecânica	CEFET (<i>Campi Belo Horizonte</i>)
Segurança Alimentar na Manipulação de Alimentos	IFET Triângulo (<i>Campi Uberlândia</i>)

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Os cursos ofertados por cada Instituição durante os anos 2006 a 2010 foram: IFMG (Açúcar e Álcool, Automotiva, Comércio, Geologia); IFET Norte (Agente Comunitário de Saúde, Informática, Manutenção e Suporte em Informática); CEFET (Mecânica, Edificações); IFET Sudeste (Agente Comunitário de Saúde, Cuidador de Idosos); IFET Triângulo (Agroindústria, Segurança Alimentar na Segurança de Alimentos); CEDAF (Agropecuária); CEFORES (Farmácia); IFET Sul (Alimentos, Edificações, Gestão Administrativa). Verificou-se que alguns cursos são ofertados em mais de uma Instituição. São eles: Agente Comunitário de Saúde, Edificações, Informática, Alimentos (QUADRO 3).

4.2.1 Os Dados dos Alunos Evadidos

Para identificar os alunos evadidos entre os anos de 2006 e 2010, foi solicitada às Instituições pesquisadas⁵² uma planilha com os seguintes dados: nome da Instituição e cidade; número da matrícula; nome completo do aluno; data de nascimento; nome do curso; ano de entrada; semestre de entrada; ano de evasão;

⁵² Para a execução de uma pesquisa com essa abrangência, foi solicitado das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais, selecionada como universo da presente pesquisa, o seu envolvimento e comprometimento por escrito.

modalidade do curso; turno(s) – manhã, tarde ou noite; etapa(s) do curso não concluída(s) – disciplina(s), estágio, relatório de estágio, seminário ou outra; telefone residencial; telefone celular; telefone comercial; *E-mail*; nome da mãe e endereço completo⁵³.

Também foi solicitado às instituições da amostra enviar para a UFMG o número de matrículas de cada ano dos cursos investigados, com a finalidade de verificar a proporção entre o número de alunos evadidos e o número de matrículas. Assim, a partir do recebimento dos dados do número de alunos matriculados e evadidos do PROEJA,⁵⁴ por cada Instituição, foi possível dimensionar o universo⁵⁵ dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 7 - Número de Matrículas e Evadidos por Instituição – 2006 a 2010

INSTITUIÇÃO	CIDADE	TOTAL DE MATRÍCULAS	TOTAL DE EVADIDOS
CEDAF-UFV	Florestal	49	11
Subtotal CEDAF-UFV		49	11
CEFET-MG	Araxá	194	34
CEFET-MG	Belo Horizonte	706	52
CEFET-MG	Timóteo	200	6
CEFET-MG	Varginha	Dados não enviados	11
Subtotal CEFET-MG		1.100	103
CEFORES-UFTM	Uberaba	114	16
Subtotal CEFORES-UFTM		114	16
IFET Norte	Araçuaí	80	30
IFET Norte	Januária	255	95
IFET Norte	Salinas	29	13
Subtotal IFET Norte		364	138
IFET Sudeste	Barbacena	126	11
IFET Sudeste	Juiz de Fora	57	1
IFET Sudeste	Rio Pomba	75	16
Subtotal IFET Sudeste		258	28
IFET Sul	Inconfidentes	194	51
IFET Sul	Machado	84	38
IFET Sul	Muzambinho	232	142
Subtotal IFET Sul		510	231

⁵³ Os dados dos alunos são confidenciais, garantidos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento exigido pelo Comitê de Ética da UFMG.

⁵⁴ Foram encontradas dificuldades na coleta de dados para a identificação dos evadidos nas instituições, tendo em vista que as escolas pesquisadas, em geral, não possuem um banco de dados organizado de maneira sistemática, o que resultou em meses de trabalho nos arquivos das escolas (RELATÓRIO PARCIAL OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

⁵⁵ O “universo” da pesquisa é compreendido como “agregação teórica e hipotética de todos os elementos definidos num survey” (BABBIE, 2003, p.121-123).

INSTITUIÇÃO	CIDADE	TOTAL DE MATRÍCULAS	TOTAL DE EVADIDOS
IFET Triângulo	Uberaba	50	19
IFET Triângulo	Uberlândia	Dados não enviados	4
Subtotal IFET Triângulo		50	23
IFMG	Bambuí	461	20
IFMG	Oliveira	Dados não enviados	11
IFMG	Ouro Preto	126	12
Subtotal IFMG		587	43
TOTAL GERAL		3.032	593

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Com base no número total de alunos evadidos em cada instituição e tendo obtido quase todos os dados relativos ao total de matrículas, foi possível realizar o cálculo da amostra probabilística dos participantes (sujeitos) que seriam os respondentes do questionário. O objetivo de realizar a amostra foi o de “selecionar de tal modo um conjunto de elementos da população que as descrições estatísticas feitas a partir dessa amostra fossem compatíveis com a população da qual foi extraída” (BARBACOVİ, 2011, p. 57).

O método de amostragem é o processo de seleção de uma parte da população. O objetivo importante da amostragem nos estudos quantitativos é incluir representações equivalentes das características importantes encontradas nessa população geral. [...] Os participantes selecionados devem, em todos os aspectos importantes, assemelham-se àqueles que não foram selecionados (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p.128).

A amostra aleatória somente é possível ser realizada quando se conhecem os elementos fundamentais sobre a população estudada (nome, endereço, telefones, etc.), definindo assim um número para cada sujeito, para que eles possam ser selecionados e listados em uma tabela de números aleatórios.

4.3 A Amostra da Pesquisa

Entre os vários métodos de amostragem⁵⁶ aplicáveis em pesquisas quantitativas, foi utilizado neste estudo o da “Amostragem Aleatória Simples”, no

⁵⁶ Entre os diversos métodos de amostragem, encontram-se: Amostragem Aleatória, Amostragem Aleatória Estratificada, Amostragem Intencional, Amostragem de Conveniência.

qual “cada membro de uma população tem a mesma chance ou probabilidade de ser selecionado” (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p. 129). No caso específico desta pesquisa, foi possível estabelecer uma amostra de evadidos de cada escola investigada através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Para a amostragem aleatória real, os pesquisadores começam listando cada membro da população. Depois, devem utilizar uma tabela de dígitos aleatórios ou um pacote de software de estatística, para então selecionar uma amostra aleatória desta lista abrangente. [...] (O *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS – é uma escolha de *software* que ajuda a gerar amostras aleatórias) (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p. 129).

Assim, nesta pesquisa, assim como na maioria dos levantamentos, não foram abrangidos como respondentes todos os sujeitos do universo pesquisado. Por isso, é fundamental que seja selecionado, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa⁵⁷ com o objetivo de projetar para a sua totalidade.

Nessa direção, Babbie (2003, p. 113) indica que métodos tipicamente de *survey*⁵⁸ “são usados para estudar um segmento ou parcela – uma amostra – de uma população, para fazer estimativas sobre a natureza da população total da qual a amostra foi selecionada”. Vejamos a seguir a amostra de evadidos dos cursos técnicos do PROEJA por instituição:

Tabela 8 - Amostra de Evadidos por Instituição (2006 a 2010)

INSTITUIÇÃO	CIDADE	AMOSTRA
CEDAF-UFV	Florestal	4
Subtotal CEDAF-UFV		4
CEFET-MG	Araxá	12
CEFET-MG	Belo Horizonte	20
CEFET-MG	Timóteo	4
CEFET-MG	Varginha	5
Subtotal CEFET-MG		41
CEFORES-UFTM	Uberaba	6

⁵⁷ “Na pesquisa social são utilizados diversos tipos de amostragem, que podem ser classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não probabilística. Os tipos do primeiro grupo são rigorosamente científicos [...]. Os do segundo grupo não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador” (GIL, 1999, p.101).

⁵⁸ Também conhecido como “levantamentos”. “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (GIL, 1999, p. 70).

INSTITUIÇÃO	CIDADE	AMOSTRA
Subtotal CEFORES-UFTM		6
IFET Norte	Araçuaí	11
IFET Norte	Januária	31
IFET Norte	Salinas	4
Subtotal IFET Norte		46
IFET Sudeste	Barbacena	5
IFET Sudeste	Juiz de Fora	-
IFET Sudeste	Rio Pomba	5
Subtotal IFET Sudeste		10
IFET Sul	Inconfidentes	28
IFET Sul	Machado	16
IFET Sul	Muzambinho	58
Subtotal IFET Sul		102
IFET Triângulo	Uberaba	7
IFET Triângulo	Uberlândia	3
Subtotal IFET Triângulo		10
IFMG	Bambuí	7
IFMG	Oliveira	8
IFMG	Ouro Preto	6
Subtotal IFMG		21
TOTAL GERAL		240

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Juntamente com a definição do plano amostral do PROEJA foram estabelecidas, por sorteio, duas listas para cada Instituição, com a ordem dos contatos a serem realizados.⁵⁹ A primeira, chamada “Lista de Amostra”, continha os nomes dos alunos evadidos a serem contatados, na quantidade total do número da amostra. A segunda, chamada de “Lista de Reposição”, continha os nomes dos alunos que deveriam ser contatados caso existisse algum empecilho para a realização da aplicação dos questionários aos alunos da “Lista de Amostra”, com o objetivo de garantir que todo o número calculado no plano amostral fosse contemplado.

⁵⁹ Cada estudante do universo de evadidos foi codificado com um número.

4.4 O Instrumento de Pesquisa: o Questionário

O questionário elaborado para esta pesquisa, do tipo autoaplicável,⁶⁰ foi elaborado a partir da adaptação do questionário voltado para os alunos evadidos do Ensino Técnico Regular, desenvolvido pela equipe de doutorandos e mestrandos do Programa de Pós-Graduação da UFMG, sob a orientação da Profa. Rosemary Dore Heijmans, e da qual a autora desta pesquisa faz parte.

A adaptação do questionário voltado para os evadidos do ensino técnico regular para o questionário para os evadidos do PROEJA foi realizada pela autora desta dissertação e avaliado por um profissional em estatística. A versão do questionário do PROEJA originou-se da leitura e dos estudos de trabalhos que discutem as causas da evasão escolar e os problemas enfrentados pelos alunos da EJA no Brasil. Dessa maneira, o instrumento da presente pesquisa surge da interseção entre os propósitos coletivos (do grupo de pesquisa) e os particulares, orientados por questões definidas a partir do interesse da autora desta pesquisa em investigar o PROEJA. Segundo Gil (1999), a construção do questionário está relacionada ao alcance dos objetivos da pesquisa.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário (GIL, 2009, p. 129).

Ainda de acordo Lankshear e Knobel (2008, p. 139), os questionários para a coleta de dados da pesquisa quantitativa “podem ser instrumentos especificamente desenvolvidos, criados pelos próprios pesquisadores, segundo necessidades e circunstâncias específicas de seus estudos”.

Com o objetivo de criar um instrumento para controlar e acompanhar as respostas aos questionários foi elaborado o “Quadro de Categorias e Subcategorias” (ver anexo C). Seu propósito também foi o de organizar no questionário as categorias consideradas fundamentais para a análise da evasão escolar no PROEJA, compreendendo o perfil do aluno evadido, as causas para o abandono técnico, a relação entre Curso Técnico e Trabalho, a situação

⁶⁰ “Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados [...]” (GIL, 2009, p. 128).

socioeconômica e o percurso escolar. A elaboração de categorias e subcategorias pretende alcançar

[...] um alinhamento entre as dimensões e subdimensões temáticas e seus componentes frente aos objetivos específicos, apresentando-se, assim, um desenho de pesquisa [...] com o objetivo de orientar o procedimento de estudo, a construção dos instrumentos para levantamento das informações, a organização de seus constructos e a apresentação das reflexões advindas desse processo (BARBACOVİ, 2010, p. 48).

Assim, as questões⁶¹ apresentadas no questionário do PROEJA (ANEXO A) buscaram investigar as opiniões, os sentimentos, os interesses, as expectativas, as situações vivenciadas, entre outros motivos (individuais e/ou contextuais) que pudessem ou não conduzir à evasão dos alunos nos cursos técnicos do PROEJA.

4.4.1 O Pré-Teste dos Questionários

Concluído o questionário destinado aos alunos evadidos do PROEJA/Ensino Técnico da RFEPT e obtida a aprovação do mesmo juntamente com o projeto desta pesquisa pelo Comitê de Ética da UFMG⁶² (ANEXO D), foi realizado o pré-teste. Seu objetivo foi o de “evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimentos ao informante, exaustão dos mesmos, etc.” (GIL, 1999, p. 137).

Para a realização do pré-teste, foi solicitada de três instituições (IFET Norte, IFET Sul e CEDAF) a aplicação de 2 (dois) questionários para alunos evadidos dos cursos técnicos do PROEJA. A aplicação do pré-teste viria a assegurar ou não a qualidade do questionário, principalmente no que tange a:

- a) clareza e precisão dos termos;
- b) forma das questões;
- c) desmembramento das questões;
- d) ordem das questões, e;

⁶¹ Os tipos de questões apresentadas no questionário foram: 1) Questão fechada com justificativa aberta; 2) Questão fechada com marcação de apenas uma alternativa; 3) Questão fechada com marcação de uma ou mais alternativas; 4) Questão fechada em formato de quadro (em que o respondente marca apenas uma opção de resposta para cada linha do quadro).

⁶² O Comitê de Ética tem a finalidade de garantir os procedimentos éticos necessários à coleta dos dados junto aos sujeitos participantes da pesquisa.

e) introdução do questionário (GIL,1999, p. 137, 138).

Além do questionário do PROEJA, também foram enviados às citadas instituições dois documentos. O primeiro documento referente à “avaliação do questionário”, para ser preenchido pelos aplicadores e diz respeito às dificuldades e às dúvidas que porventura tenham apresentadas pelos respondentes. O segundo documento consistia num guia de perguntas a serem feitas aos respondentes, intitulado *Entrevista Cognitiva*, cujo objetivo era o de identificar o seu entendimento de termos mais complexos que poderiam gerar dúvidas ou dificuldade de entendimento.

O pré-teste é um instrumento muito importante, como ressalta Gil, para garantir a qualidade do questionário.

Para que o pré-teste seja eficaz é necessário que os elementos selecionados sejam típicos em relação ao universo, e que aceitem dedicar para responder ao questionário maior tempo que os respondentes definitivos. Isto porque, depois de responderem ao questionário, os respondentes deverão ser entrevistados a fim de se obterem informações acerca das dificuldades encontradas (GIL, 1999, p. 137).

A partir do retorno dos pré-testes dos questionários, das entrevistas cognitivas e das avaliações dos questionários, foi possível verificar as falhas presentes no questionário, as questões problemáticas e os termos ou conceitos que geravam dúvidas para os respondentes. Esse material permitiu reelaborar o questionário⁶³ e dar-lhe uma versão final, superando os problemas identificados durante o pré-teste. Em seguida, a versão final do questionário do PROEJA foi impressa a fim de ser aplicada à amostra de evadidos dos cursos da RFEPT em Minas Gerais.

4.4.2 Aplicação dos Questionários

Para aplicar os questionários aos alunos evadidos dos cursos técnicos federais, foi realizada uma reunião⁶⁴ na Faculdade de Educação da UFMG, na qual

⁶³ Aprimorar a formulação das perguntas, a incorporação de questões ou itens, o ordenamento das questões, o tipo e a qualidade das informações buscadas.

⁶⁴ O treinamento, realizado em novembro de 2011, foi ministrado pela doutoranda Paula Elizabeth Nogueira Sales, com a colaboração das mestrandas Tatiana Lage, Priscila Rezende Moreira e Arlana Campos.

foram fornecidas instruções aos professores bolsistas⁶⁵ das instituições da RFEPT de Belo Horizonte e do interior de Minas Gerais responsáveis pela aplicação dos questionários aos evadidos das suas respectivas instituições. Na ocasião, foram entregues aos presentes dois manuais: o *Manual de Questão por Questão*⁶⁶ e o *Manual de Aplicação de Questionários*⁶⁷ (ANEXO A e ANEXO B). Além disso, um profissional em Tecnologia da Informação apresentou o sistema eletrônico através do qual os dados dos questionários seriam lançados, passando da versão em papel para a versão digital, com o objetivo de organizar os dados de forma mais segura, assim como otimizar a análise estatística, utilizando o SPSS.

Na pesquisa de campo, dos 240 questionários esperados e estipulados pela amostra estatística, efetivou-se o número de 131. A não realização de todos os questionários estipulados pela amostra deveu-se a diversos fatores, principalmente às dificuldades de contato com o aluno evadido, tais como mudança de telefone, mudança de endereço ou pessoa não encontrada. Outra dificuldade refere-se à recusa do aluno evadido em responder ao questionário, mesmo que, inicialmente, por telefone, tenha aceitado participar da pesquisa, mas depois cancelam ou mesmo não aparecem ao encontro marcado. Trata-se de um comportamento previsível, pois a evasão é uma situação que o estudante prefere não falar sobre ela, sendo também causa de constrangimento e/ou de sentimento de insucesso. Sempre que possível, a “Lista de Reposição” foi utilizada. No entanto, em alguns casos, os registros para a reposição também se esgotavam, sem que o total da amostra fosse contemplado.

Diante das dificuldades mencionadas, o total de questionários aplicados alcançou 54,58% do total da amostra estatística e 22,09% do número total da população de evadidos (TABELA 9).

⁶⁵ Bolsistas da pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: Organização dos IFETs, Políticas para o Trabalho Docente, Permanência/Evasão de Estudantes e Transição para o Ensino Superior e para o Trabalho”, vinculada ao Edital número: 38/2010/CAPES/INEP, Observatório da Educação Básica.

⁶⁶ O *Manual de Questão por Questão* (MQQ) contém orientações referentes a cada questão contemplada no questionário do PROEJA. No MQQ são estabelecidos esclarecimentos e definição de conceitos, com o objetivo de garantir a padronização da aplicação dos questionários e a comparabilidade dos dados.

⁶⁷ O *Manual de Aplicação do Questionário* contém orientações referentes à aplicação dos questionários da pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais” (FaE/UFMG), vinculada ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP). Ele foi elaborado tendo como referência uma versão adaptada do Manual do Entrevistador, desenvolvido pelo *Survey Research Center* do *Institute for Social Research* da Universidade de Michigan, com vistas a padronizar os procedimentos utilizados na condução de *surveys*.

Tabela 9 - Questionários Aplicados e Faltantes
QUESTIONARIOS PROEJA – Aplicados e faltantes

INSTITUIÇÃO	CIDADE	APLICADOS	FALTANTES
CEDAF-UFV	Florestal	4	0
Subtotal CEDAF-UFV		4	0
CEFET-MG	Araxá	9	3
CEFET-MG	Belo Horizonte	12	8
CEFET-MG	Timóteo	2	1
CEFET-MG	Varginha	2	3
Subtotal CEFET-MG		25	15
CEFORES-UFTM	Uberaba	7	0
Subtotal CEFORES-UFTM		7	0
IFET Norte	Araçuaí	9	2
IFET Norte	Januária	24	7
IFET Norte	Salinas	0	4
Subtotal IFET Norte		33	13
IFET Sudeste	Barbacena	3	2
IFET Sudeste	Juiz de Fora	-	-
IFET Sudeste	Rio Pomba	5	0
Subtotal IFET Sudeste		8	2
IFET Sul	Inconfidentes	14	14
IFET Sul	Machado	13	3
IFET Sul	Muzambinho	20	38
Subtotal IFET Sul		47	55
IFET Triângulo	Uberaba	1	6
IFET Triângulo	Uberlândia	0	3
Subtotal IFET Triângulo		1	9
IFMG	Bambuí	0	7
IFMG	Oliveira	2	6
IFMG	Ouro Preto	4	2
Subtotal IFMG		6	15
TOTAL GERAL		131	109

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O resultado da aplicação dos **131 questionários** mostra que o maior número de evadidos respondentes se encontra no PROEJA do IFET Sul, **47** respondentes, seguido de **33** no **IFET Norte** e **25** no **CEFET-MG**. Já a quantidade de respondentes do **IFET Sudeste**; do **CEFORES/UFTM**, do **IFET Minas** e do **CEDAF/UFV** foram bem próximas, sendo **7**, **6** e **4**, respectivamente. O menor percentual foi apresentado pelo **IFET Triângulo** (Uberaba) com apenas **1** respondente (TABELA 9).

Os cursos técnicos do PROEJA abandonados pela maioria dos respondentes⁶⁸ foram: o curso em **Edificações** (23,7%) e em **Informática** (22,1%). O abandono médio, girando em torno do percentual de 10%, foi nos cursos de Agente Comunitário de Saúde (12,2%), Gestão Administrativa (10,7%) e Alimentos (9,2%). Já os cursos que apresentaram um baixo percentual de abandono entre os respondentes foram os de Farmácia (5,3%), Agroindústria (3,8%), Joalheria (3,1%) e Mecânica (2,3%). Os cursos em que o percentual dos respondentes foi muito baixo foram os de Agricultura (1,5%), Comércio (0,8%), Empreendedorismo (0,8%) e Cuidador de Idosos (0,8%).

Durante a aplicação dos 131 questionários aos evadidos dos cursos técnicos do PROEJA, depois de realizado todos os contatos das listas de amostra e de reposição, os aplicadores lançaram todos os dados no questionário físico (papel)⁶⁹, com exceção dos dados pessoais dos respondentes, e os passaram para um questionário eletrônico. O objetivo desse último foi o de constituir um banco de dados para realizar a análise estatística das respostas, pois, como informa Gil (1999, p. 71), “os dados obtidos mediante levantamentos podem ser agrupados em tabelas, possibilitando a sua análise estatística. As variáveis em estudo podem ser codificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos”.

Após o encerramento do lançamento dos dados do questionário físico para o questionário eletrônico, teve início o agrupamento das informações, em consonância com a lista de categorias, e a realização do tratamento estatístico dos dados.

4.5 Tratamento dos Dados

As respostas obtidas com a aplicação dos questionários foram tabuladas eletronicamente. Na medida em que os aplicadores preenchem os questionários eletrônicos, com a inserção dos códigos⁷⁰ de cada resposta fechada e a digitação

⁶⁸ 3,9% dos respondentes não preencheram esse campo.

⁶⁹ Os questionários físicos aplicados foram entregues em mãos ou por via correio pelos aplicadores, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos respondentes para a coordenadora da pesquisa.

⁷⁰ Codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados. A codificação pode ser feita anterior ou posteriormente à coleta dos dados. A pré-codificação ocorre frequentemente nos levantamentos em que os questionários são constituídos por

das respostas abertas,⁷¹ gerou-se um banco de dados, que permitiu realizar a estatística descritiva dos dados obtidos. Para isso, foram utilizados dois métodos de apresentação: métodos gráficos (mais indicados para uma visão mais rápida a respeito das variáveis⁷² às quais se referem os dados) e métodos numéricos (que possibilitam uma inspeção mais rigorosa dos dados).

Neste estudo, foi realizada uma organização tabular dos dados, segundo suas respectivas frequências absolutas e relativas, seja através da tabulação simples, também conhecida como “frequência simples” e seja através da tabulação cruzada ou também conhecida como “cruzamento de variáveis”.

A Tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise. Pode haver tabulação simples e cruzada. A tabulação do primeiro tipo, que também é denominada marginal, consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto. A tabulação cruzada, por sua vez, consiste na contagem das frequências que ocorrem juntamente em dois ou mais conjuntos de categorias, por exemplo: tabulação dos casos referentes às categorias de renda e de escolaridade (GIL, 1999, p. 171).

Após a tabulação dos dados, foi dado início à análise dos mesmos, buscando-se conhecer o perfil do respondente, a sua trajetória escolar e identificar os fatores que influenciam a evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos do PROEJA. Esse será o tema do próximo capítulo.

perguntas fechadas, cujas alternativas são associadas a códigos impressos no próprio questionário (GIL, 1999, p. 170).

⁷¹ Respostas que, nos questionários de papel, haviam sido respondidas pelos próprios sujeitos da pesquisa (questionário autoaplicável).

⁷² “Uma variável refere-se a uma característica ou a um atributo de uma pessoa ou organização, pode ser mensurada ou observada e varia entre as pessoas ou as organizações que estão sendo estudadas [...]. As variáveis comumente medidas em estudos incluem gênero, idade, posição socioeconômica (PSE) e atitudes ou comportamentos como racismo, controle social, poder político ou liderança” (CRESWELL, 2007, p. 106).

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DO PROEJA OBTIDAS A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO

5.1 Elementos Introdutórios

Neste capítulo são apresentadas, além do perfil e da trajetória escolar do aluno evadido respondente, a análise e a interpretação⁷³ dos resultados obtidos na coleta de dados⁷⁴ sobre os fatores individuais e contextuais que podem ter influenciado os respondentes a não terem concluído os seus cursos técnicos federais do PROEJA em Minas Gerais. A premissa seguida é a de que “eventos têm razões” e que “as coisas” não acontecem simplesmente, mas têm “determinantes antecedentes” (BABBIE, 2003, p. 63).

Considerando essa linha de reflexão, o objetivo central desta pesquisa, o de identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG), será abordado neste capítulo. Nesse sentido, o propósito é o de compreender “motivos”, “circunstâncias” e “causas” – relativas às respostas dos alunos evadidos – sobre as suas experiências individuais e contextuais e sobre os eventos ou situações que foram determinantes para o abandono do curso técnico, ou que, agrupadas ou associadas a outras circunstâncias, exerceram influência para a evasão escolar.

⁷³ “[...] A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 168).

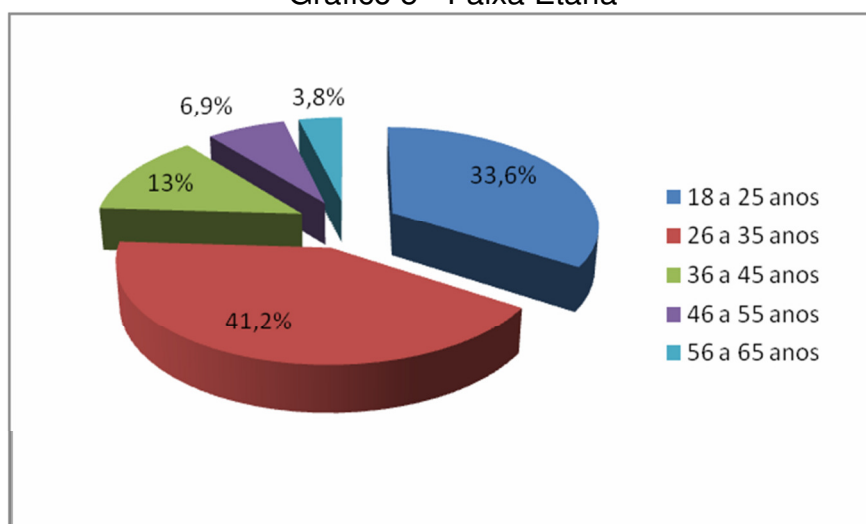
⁷⁴ “Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes tais processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados [...]” (GIL, 1999, p. 168).

5.2 Resultados Descritivos: Perfil do Respondente

5.2.1 Idade

A maior parte dos 131 respondentes está na faixa etária dos **26 aos 35 anos (41,2%)**, seguida da faixa etária dos **18 aos 25 anos⁷⁵ (33,6%)**. Assim, a maioria dos respondentes (**74,8%**) está na faixa etária entre **18 e 35 anos**. Na faixa etária entre 36 e 45 anos, o percentual dos respondentes é consideravelmente menor, 13%, seguido de 6,9% da faixa etária de 46 a 55 anos e, acima dos 56 anos, corresponde a apenas a 3,8% do total do número de respondentes evadidos dos cursos técnicos do PROEJA (GRAF. 5).

Gráfico 5 - Faixa Etária



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.2.2 Sexo

A maioria dos respondentes é do sexo⁷⁶ masculino, correspondente a 55,7%, enquanto o sexo feminino corresponde a 43,5%.

⁷⁵ A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo, é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (*Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT*). No caso do Brasil, a proporção de jovens que possuem essa escolaridade ainda era extremamente baixa, apenas 37,9%, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD – 2009). As desigualdades regionais também são marcantes: na Região Sudeste, a proporção era de 44,0% e, na Região Nordeste, 31,8% (IBGE, 2010, p. 48).

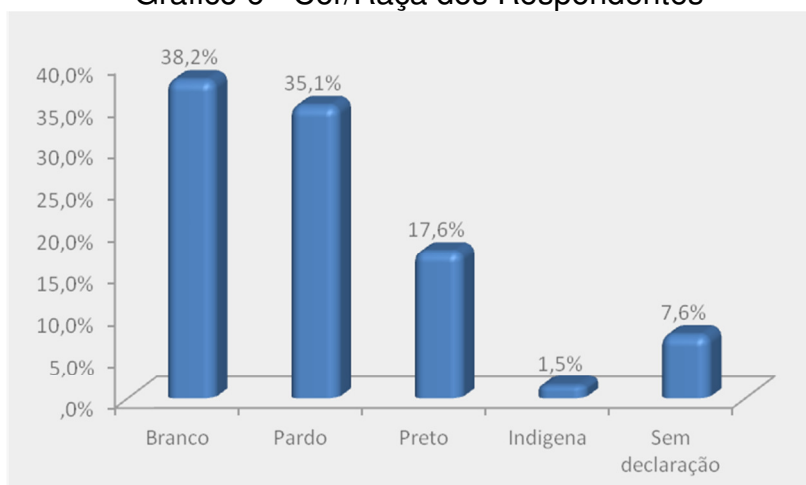
⁷⁶ 01 pessoa não respondeu, o que corresponde a 0,8% do total dos respondentes.

5.2.3 Cor/Raça

A maioria dos evadidos se autodeclarou de cor/raça branca, chegando a 38,3%. Em seguida, encontram-se os pardos (35,1%), pretos (17,6%) e indígenas (1,5%). Apenas 7,6% não declararam a cor/raça.

Contudo, de acordo com Gomes (2005), documentos do movimento negro, de estudiosos do assunto e de militantes mostram que as categorias “pardo e preto” devem ser consideradas como pertencentes ao grupo racial “negro”.⁷⁷ Levando-se em conta essa definição, pode-se afirmar que predomina entre os evadidos pesquisados do PROEJA indivíduos da cor negra, constituindo a maioria dos respondentes: 52,8%.

Gráfico 6 - Cor/Raça dos Respondentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.2.4 Estado Civil

A maioria dos evadidos do PROEJA que respondeu ao questionário é solteira (50,4%) e a minoria está separada, divorciada ou desquitada (3,8%), enquanto os indivíduos viúvos representam um percentual pouco significativo (0,8%). Já os evadidos casados apresentam um percentual relevante (33,6%) e os que moram com um companheiro correspondem a 11,5%.

⁷⁷ Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça); ou outra, compreendendo amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana, etc.) e indígena (pessoa indígena ou índia) (IBGE, 2009, p. 169).

5.2.5 Filhos

Entre os evadidos do PROEJA que responderam ao questionário, mais da metade tem filhos (58%), sendo que a maioria tem apenas um filho (44,7%). Contudo, é alto o percentual dos evadidos que têm dois filhos, correspondendo a 34,2% dos respondentes; 17,1% têm três filhos e 3,9%, cinco filhos.

5.3 Características sobre o Perfil da Trajetória Estudantil

Neste item são apresentadas características do perfil dos alunos evadidos, no que diz respeito ao período em que ficaram sem estudar entre o ensino fundamental e o ensino técnico do PROEJA, ao tempo cursado no ensino técnico do PROEJA, à situação após o abandono escolar, à modalidade de ensino cursada (integrada ou concomitante), à situação de trabalho e renda durante a realização do curso técnico e à intenção de retorno ao curso evadido.

5.3.1 Tempo de Interrupção dos Estudos – Ensino Fundamental até o Ensino Técnico do PROEJA

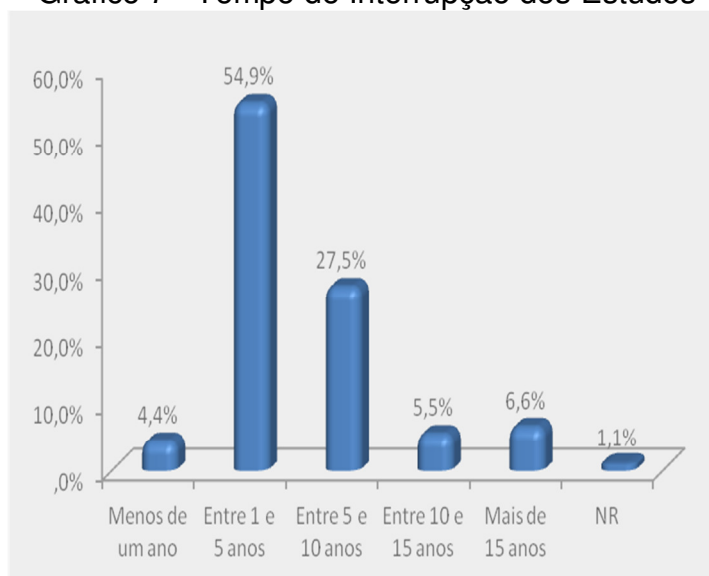
A maioria dos evadidos do PROEJA (69,5%) ficou sem estudar entre o término do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA (questão 35).

Um percentual significativo dos evadidos que responderam ao questionário (30,5%) não interrompeu os seus estudos após o término do ensino fundamental e a entrada no curso técnico do PROEJA. Contudo, ocorreu uma distorção entre a idade e a série cursada, durante a realização do ensino fundamental, seja devido a reprovações e/ou a abandonos. Afinal, entre os requisitos para inscrição e matrícula nos cursos e programas de educação profissional técnica articulada ao ensino médio na modalidade EJA, encontram-se a conclusão do ensino fundamental e a idade mínima de 18 anos completos. Para maiores esclarecimentos, conferir: Brasil, Parecer CNE/CEB n. 23/2008.

Dos que ficaram sem estudar entre o término do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA, a maioria dos evadidos, participantes desta pesquisa, ficou de 1 a 5 anos sem estudar (54,9%) antes de iniciar o curso técnico do PROEJA, enquanto uma minoria ficou sem estudar num período inferior a 1 ano (4,4%). Mas os que ficaram sem estudar durante o espaço entre 5 e 10 anos, um

largo período de tempo, corresponde a 27,5%, o que é um percentual não desprezível. Os que concluíram o ensino fundamental e ficaram sem estudar durante o período entre 10 e 15 anos ou mais de 15 anos, tempo bastante longo no qual não havia um processo de escolarização, representam um percentual similar, correspondendo a 5,5% e 6,6%, respectivamente (GRAF. 7).

Gráfico 7 - Tempo de Interrupção dos Estudos

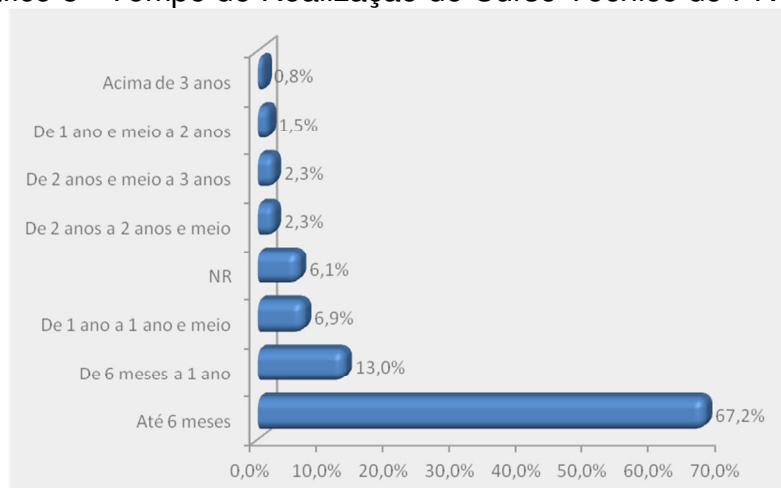


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.3.2 Tempo de Realização do Curso

No ensino técnico do PROEJA, mais da metade dos respondentes, 67,2%, abandonou o curso durante os seis primeiros meses de estudo (questão 08 e 09), isto é, já no primeiro semestre do primeiro ano do curso. A proporção de abandono durante a realização do curso técnico do PROEJA, portanto, alcança seu ápice no primeiro semestre (até 6 meses). No segundo semestre do curso, entre 6 meses a 1 ano, o número de evasão ainda é alto, chegando ao percentual de 13%. Assim, o percentual mais elevado de abandono do PROEJA ocorre nos dois primeiros semestres do curso técnico, até 01 ano, chegando ao total de 80,2% (GRAF. 8).

Gráfico 8 - Tempo de Realização do Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.3.3 Modalidade Integrado/Concomitante⁷⁸

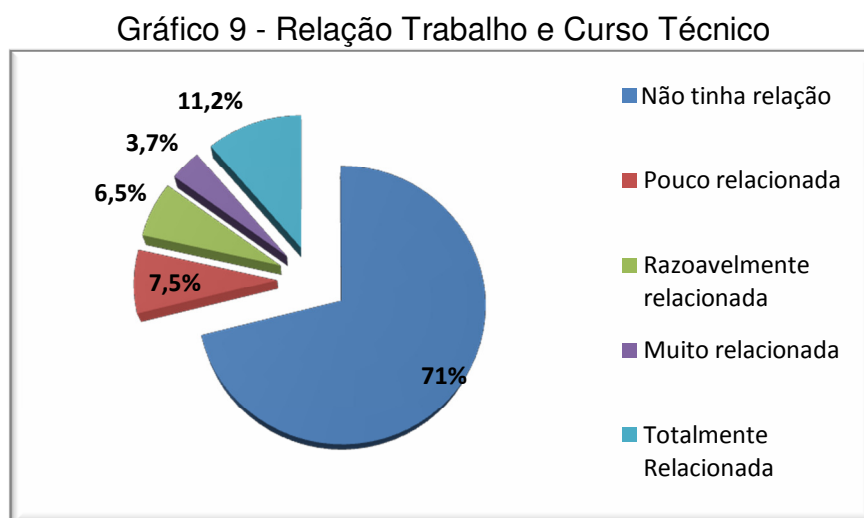
A maioria dos evadidos, o que alcança o percentual de **79,4%**, realizou o curso técnico do PROEJA na **Modalidade Integrada**, que consiste em uma única matrícula para os dois tipos de ensino (geral e profissional). Na **Modalidade Concomitante**, os alunos podem cursar o ensino médio em uma escola em um turno e o curso técnico em outro turno; ou, ainda, fazer cada curso em uma instituição diferente. Nessa modalidade, a proporção de matrículas registra um total de **20,6%**, que também é significativa.

5.3.4 Situação de Trabalho Durante a Realização do Curso Técnico do PROEJA

É bastante elevada a quantidade de evadidos que **trabalhava** durante a realização do curso técnico, chegando ao percentual de **87,3%** (questão 28). No entanto, segundo afirmaram, as atividades exercidas pela grande maioria dos respondentes que trabalhava **não apresentavam relação com a área dos cursos técnicos** por eles seguidos (questão 29), o que surpreendentemente alcança o índice de **71%**. Apenas 7,5% responderam que as atividades em que trabalhavam estavam totalmente relacionadas ao curso técnico seguido, sendo o ínfimo valor de

⁷⁸ A oferta dos dois tipos de modalidade na educação profissional técnica de nível médio está prevista pela legislação do PROEJA: “§ 2º Os Cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: II - ao ensino médio, de forma **integrada ou concomitante**, nos termos do art. 4º, §1º, incisos I e II, do Decreto nº 5.154, de 2004” (BRASIL, 2006, **grifo nosso**).

3,7% o percentual de quem trabalhava em atividades “muito relacionadas” à área do curso técnico realizado (GRAF. 9).

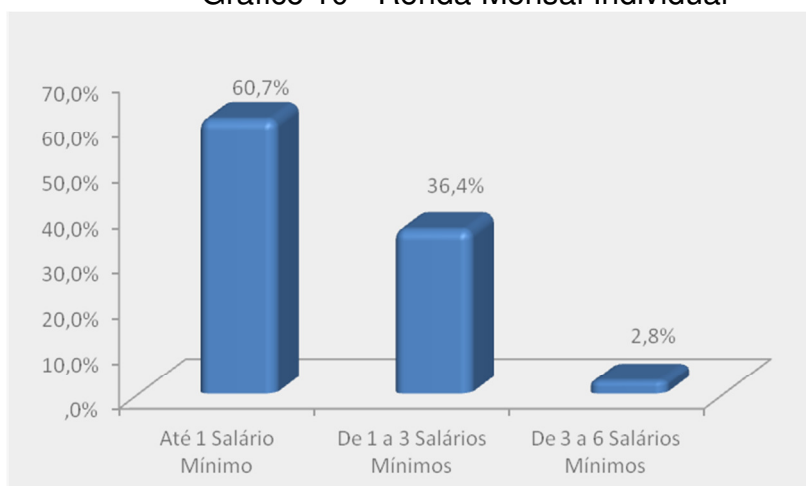


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

O fato de a **grande maioria dos respondentes** ter trabalhado durante a realização do curso técnico do PROEJA em atividades que **não tinham nenhuma relação com a área do curso técnico** pode indicar que eles iniciaram a sua trajetória profissional sem a formação básica e, muitas vezes, em uma área profissional na qual também não tiveram formação profissional.

Ainda no que concerne aos respondentes que trabalhavam durante a realização do curso técnico do PROEJA, a **renda individual** de **60,7%** deles correspondia, à época, a **até 01 salário mínimo** (questão 30). A faixa entre 01 e 03 salários mínimos era alcançada por 36,4% dos que responderam, enquanto apenas 2,8% chegava a uma renda entre 03 e 06 salários mínimos (GRAF. 10).

Gráfico 10 - Renda Mensal Individual



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Pode-se inferir que o baixo nível de renda dos alunos evadidos do PROEJA está interligado também ao baixo nível de sua escolaridade, principalmente ao se levar em conta a entrada prematura de muitos jovens no mundo do trabalho, sem a formação de nível médio e profissional, como mostra a avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (*Statistical Office of the European Communities*):

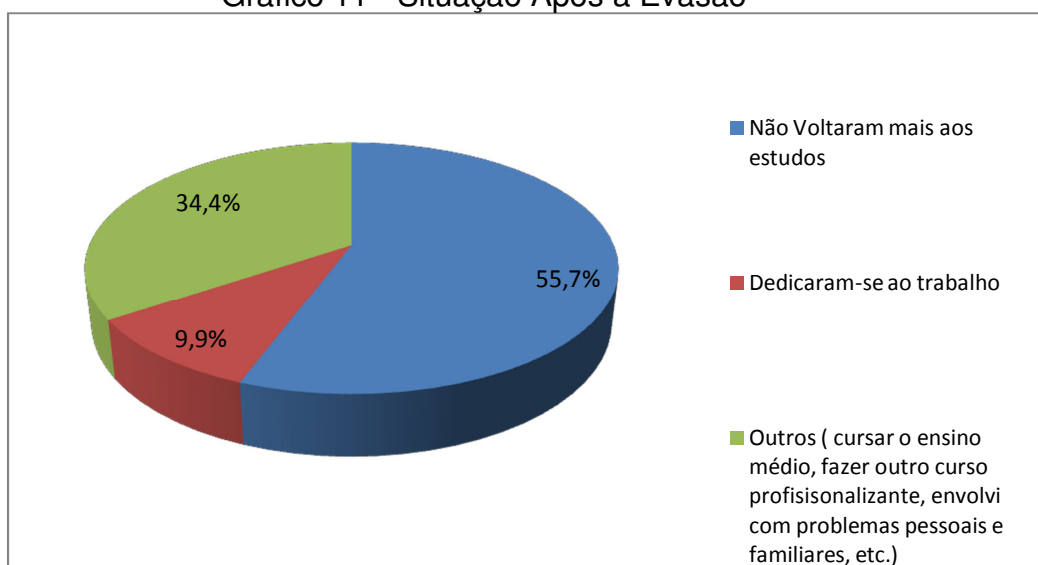
A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (*Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT*) (IBGE, 2010, p. 48).

De acordo com os dados estatísticos da Comissão das Comunidades Europeias (IBGE, 2010), maiores níveis de escolaridade facilitam melhores oportunidades de inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, melhores salários. Esse pressuposto ressalta a importância do PROEJA no cenário da educação e da formação para o trabalho dos alunos que tiveram o direito ao acesso e à permanência no ensino básico prejudicado, assim como a relevância de formular políticas de prevenção da evasão escolar nessa modalidade de ensino.

5.3.5 Saída do Curso, da Escola ou do Sistema de Ensino

Depois de abandonar o curso técnico do PROEJA, a maioria dos respondentes, o equivalente a 55,7%, não retomou os estudos (questão 12). Aqueles que, após o abandono do curso, passaram a se dedicar apenas ao trabalho representam um percentual de 9,9% (GRAF. 11).

Gráfico 11 - Situação Após a Evasão



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A **maioria dos evadidos**, portanto, **não voltou mais aos estudos** após abandonar o curso técnico do PROEJA. Isso leva a supor que o processo da evasão, que se dá ao longo da trajetória escolar, causa um impacto negativo na vida dos sujeitos que abandonaram os estudos, podendo desestimular o retorno ao Programa.

5.3.6 Intenção de Retorno ao Curso Técnico e Autoavaliação da Decisão de Abandonar o Curso Técnico

Ao serem questionados sobre a possibilidade de completar a formação profissional e obter o diploma de técnico através do PROEJA (questão 13), a resposta positiva a essa pergunta alcançou o percentual de 58,8%. Isso corresponde, praticamente, ao mesmo percentual dos que afirmaram que não retornaram aos estudos depois de terem evadido do curso técnico do PROEJA (questão 12), registrando o percentual de 55,7%. Assim, mais da metade dos

evadidos quer o diploma de técnico, mas também mais da metade deles não retornou aos estudos para viabilizar a obtenção do diploma.

O alto índice dos alunos que têm a intenção de retornar aos estudos, equivalente à metade dos que responderam à questão, pode ser considerado um aspecto positivo, pois sugere que a maioria dos sujeitos que evadem não está disposta a desistir de obter sua formação. No entanto, é negativo que mais da metade não tenha voltado aos estudos.

Quando solicitados a avaliar a decisão de abandonar o curso (questão 22), 63,4% dos respondentes assinalaram que, se tivessem oportunidade de voltar no tempo, não teriam tomado a mesma decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA. Esse é um aspecto muito sugestivo sobre o nível de maturidade dos estudantes quando fizeram sua opção de abandono, bem como sobre o seu acompanhamento (ou não), por parte da instituição escolar e da família, quando do momento em que foi tomada a decisão de abandonar o curso. Em suas respostas, para justificarem o arrependimento da decisão tomada, os respondentes apresentaram um discurso que constitui senso comum a respeito do valor da educação, tais como o de que o curso é uma oportunidade de desenvolvimento profissional; ou sobre a importância de concluir o ensino médio com qualidade; que gostavam do curso; que já perderam muitas oportunidades por não terem estudado e mesmo que gostariam de voltar a estudar e concluir um curso.

5.4 Motivos para o Abandono

Neste item são apresentadas influências de fatores individuais e contextuais (acima de 25%) sobre a decisão dos respondentes desta pesquisa de evadir-se dos cursos técnicos do PROEJA.

Os resultados apresentados se referem aos alunos que, com respeito a cada fator apresentado, marcaram o grau de influência para a decisão de abandono do curso (se influenciou totalmente, se influenciou muito, se influenciou razoavelmente, se influenciou pouco ou se não influenciou).

Em cada fator apresentado houve respondentes que marcaram a opção “não foi o caso”, o que representa a ausência do fator durante a realização do curso e, conseqüentemente, sem influência sobre a decisão de evasão. Por isso, como referência nesta análise, são apresentados os fatores que estiveram presentes na

trajetória escolar de ao menos 40 respondentes (30,5% do total de respondentes do questionário).

5.4.1 Motivos Individuais para o Abandono

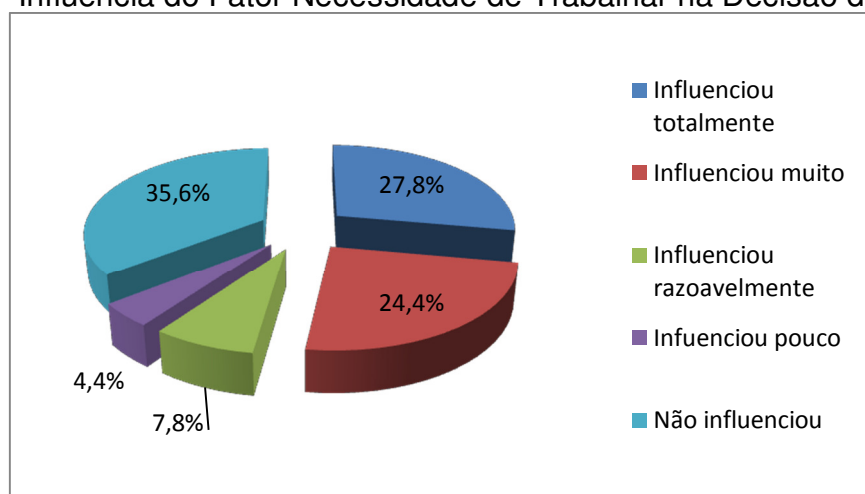
Entre os fatores que podem influenciar a evasão escolar, no âmbito individual, encontram-se os “valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar” (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 151).

Com o objetivo de conhecer as circunstâncias individuais que interferem sobre o processo de evasão escolar dos estudantes do PROEJA, são apresentados, a seguir, os resultados referentes a itens como atitudes, comportamentos e valores individuais em relação aos quais os respondentes desta pesquisa se pronunciaram.

Fatores Relacionados ao Trabalho

Os sujeitos evadidos foram solicitados a se expressar sobre os fatores relacionados ao seu trabalho que contribuíram para a decisão de abandonar o curso do PROEJA (questão 14.1). A grande maioria, **64,4%**, dos respondentes que tiveram **necessidade de trabalhar** assinalou que esse fator foi preponderante para o abandono do curso do PROEJA. Quanto ao peso desse fator em sua decisão, **27,8%** afirmaram que a necessidade de trabalhar **influenciou totalmente** a sua decisão, enquanto 24,4% afirmaram que influenciou muito. Apenas 7,8% e 4,4% disseram que a influência da necessidade de trabalhar foi razoável e pouca, respectivamente. E, para **35,6%**, a necessidade de trabalhar **não influenciou** a decisão de abandonar o curso (GRAF. 12).

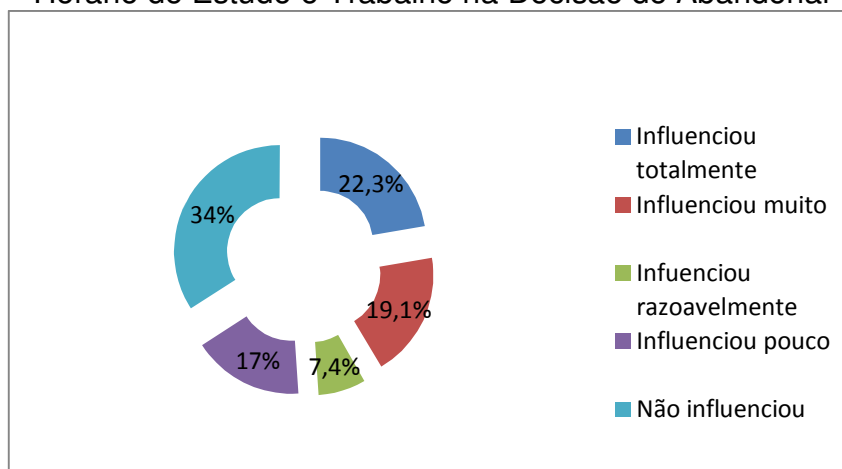
Gráfico 12 - Influência do Fator Necessidade de Trabalhar na Decisão de Abandonar



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A **dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho** é um fator que frequentemente pode contribuir para que o estudante seja obrigado a deixar o curso, em favor do trabalho (questão 14.5). Em relação à pesquisa realizada com os evadidos do PROEJA, esse fator foi muito forte, sendo indicado por **66%** dos respondentes que tiveram esse fator presente durante a realização do curso. Desses respondentes, para **22,3% esse fator influenciou totalmente** a decisão de sair do curso, enquanto 19,1% afirmaram que influenciou muito. Apenas 17% e 7,4% disseram que a influência da necessidade de trabalhar foi pouca e razoável, respectivamente. O percentual daqueles que não se sentiram afetados pela necessidade de conciliar trabalho e estudo foi de **34%** (GRAF. 13).

Gráfico 13 - Influência do Fator Dificuldade de Conciliar o Horário de Estudo e Trabalho na Decisão de Abandonar



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

A grande maioria dos sujeitos que foi interrogada e respondeu ao questionário desta pesquisa trabalhava durante a realização do curso técnico (questão 28). Os elevados percentuais dos resultados apresentados quanto aos fatores **necessidade de trabalhar** e **dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho** para a decisão de abandonar o curso, 64,4% e 66%, respectivamente, sugerem que existem problemas entre a atividade de trabalho e a realização do curso. Mais de 20%, por exemplo, consideram que os dois fatores influenciaram totalmente a decisão de evasão. A hipótese é a de que talvez tenha existido o desejo de estudar, mas este não pôde ser mantido devido a exigências do trabalho. Outra hipótese é a de que o desejo de estudar não pôde ser mantido devido aos conflitos entre os horários de trabalho e de estudo. São informações que podem contribuir para orientação dos matriculados no PROEJA sobre as possibilidades de emergência desses conflitos e como eles poderiam ser contornados em favor da permanência do aluno no ensino.

Fatores Relacionados ao Curso e Conteúdo

Um curso de formação geral e profissional oferecido para jovens e adultos, fora da faixa de idade considerada regular, pode ou não apresentar características que os atraiam, que possam satisfazê-los e com as quais eles se sintam identificados. O julgamento desses aspectos – se é positivo ou negativo – é muito controverso porque depende de duas grandes dimensões: em parte, depende do conjunto de valores que os estudantes consideram positivos para sua

própria formação; em parte, depende do que a instituição, para responder às exigências de formação para a cidadania e para o mundo do trabalho, concebe como estrutura curricular e organizacional do curso. Além disso, como intermediação entre as demandas para a formação geral e profissional e os estudantes, encontra-se o corpo docente, que transmite os conhecimentos e orienta a realização de práticas constitutivas da grade curricular. Nem sempre o que os alunos julgam atraente e positivo – o que pode ser em grande parte determinado pela mídia ou por outras formas de informação – corresponde ao que a instituição considera relevante e inclui na organização curricular do curso, bem como à forma através da qual o corpo docente realiza a mediação entre o currículo e os alunos. Fatores como, por exemplo, a ausência de informações sobre conhecimentos que são imprescindíveis à formação em um determinado campo profissional podem levar o jovem ou o adulto a considerar que algumas matérias de ensino são dispensáveis ou não são “interessantes”. Outros fatores podem estar relacionados a formas de relacionamento entre professores e alunos.

O percentual elevado de respondentes que **não consideravam o curso atrativo** e que verificou nesse fator grande influência para abandonar o curso (questão 15.5), chegando a 34% (14% relataram pouca influência, 10% influência razoável, 2% muita influência, 8% total influência), é uma referência importante para a reflexão, tanto de critérios de julgamento elaborados pelos alunos durante sua vida quanto da organização institucional do curso, bem como do seu corpo docente. Contudo, é bastante expressivo o percentual de respondentes que considera não ter havido influência da “falta de atratividade” do curso para abandoná-lo, 66% (GRAF. 14).

A **insatisfação com o curso** (questão 15.2) alcançou o percentual de 33,9% de influência sobre a decisão de abandonar o curso, sendo que para a maioria esse fator teve pouca influência (22,6%), seguido de muita influência (6,5%) e total influência (4,8%). É muito significativo que mais da metade dos indivíduos insatisfeitos com o curso não sintam que esse fator – de insatisfação – tenha influenciado sua decisão de se evadir do curso (66,1%) (GRAF. 14).

Assim, percebe-se que os fatores vinculados à atratividade e à insatisfação do curso, quando presentes na trajetória escolar da vida do estudante, exercem influência considerável para o abandono da escola, mas não constituem seus determinantes.

Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizada em 2009, focalizou as motivações que levavam o aluno do ensino médio a não permanecer mais nos estudos⁷⁹ e destacou como o maior fator de abandono o desinteresse dos alunos pela escola. A referida investigação utilizou dados sobre o abandono escolar da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (dados secundários). Sua conclusão foi a de que aproximadamente 44% dos jovens, de 15 a 17 anos, não estão na escola por falta de interesse por ela. A escola não é interessante, não é atraente (FGV, 2009).

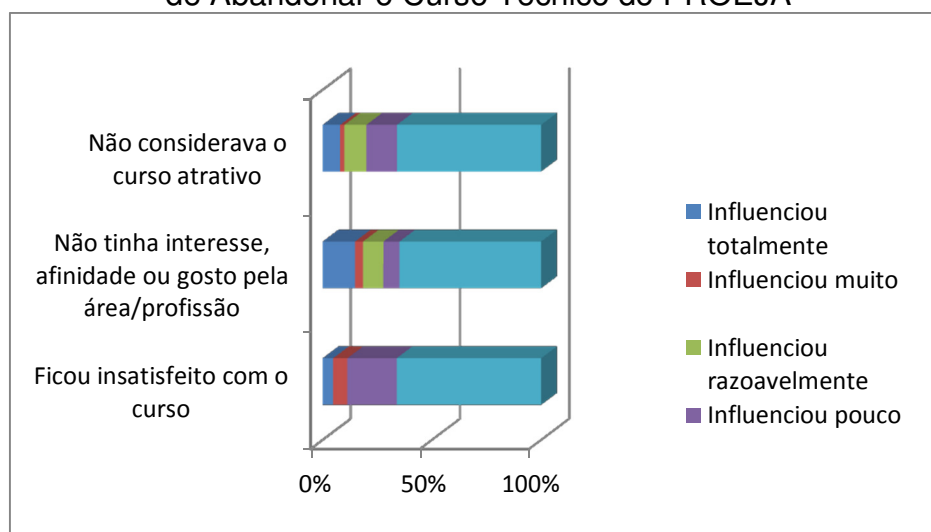
A pesquisa da FGV teve grande repercussão na mídia e muitos artigos foram realizados a partir dos seus dados. Todavia, a revisão bibliográfica sobre o problema da evasão mostra que ela é influenciada por múltiplos fatores, indo muito além do desinteresse dos alunos pela escola. Os fatores que contribuem para a evasão são muitos e, antes da decisão de deixar a escola, ocorre um complexo processo na trajetória escolar dos indivíduos.

A maioria dos evadidos do PROEJA, **64,8%**, alega que o interesse, afinidade ou gosto pela área profissional (questão 15.3) não influenciou sua decisão de abandonar o curso (GRAF. 14). Já um percentual significativo, 35,2%, considera que esse fator contribuiu para o abandono do curso (para 14,8% dos participantes teve uma total influência, para 9,3% teve uma influência razoável, para 7,4% teve pouca influência e para 3,7% teve muita influência).

No caso do abandono no ensino superior, a pesquisa de Augustin (2005) mostrou que uma das causas da evasão está no fato de o aluno não saber escolher a profissão que quer seguir. Muitas vezes é transmitida ao jovem uma visão negativa do mercado de trabalho e da profissão; ele acaba absorvendo essas informações e nem busca conhecer pessoas que tiveram sucesso na área de seu interesse e, assim, fica confuso e acaba evadindo do curso (AUGUSTIN, 2005).

⁷⁹ A pesquisa foi coordenada pelo economista Marcelo Côrtes Neri.

Gráfico 14 - Influência do Fator Curso e Conteúdo na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Fatores Relacionados à Motivação e ao Estudo/Estágio

Dos respondentes que se defrontaram com o problema da **falta de motivação para continuar seus estudos** (questão 16.1), 50,8% (pouco mais da metade) afirmaram que esse fator foi influente sobre a decisão de abandonar o curso. Mas, em relação ao grau de influência, a maioria considerou que essa influência foi pouca, 23,9%; 13,4% acharam que essa influência foi total; 7,5% que foi muita e 6% que foi razoável. Um pouco menos da metade dos respondentes (49,2%) considerou que a falta de motivação não influenciou na decisão de abandono (GRAF. 15).

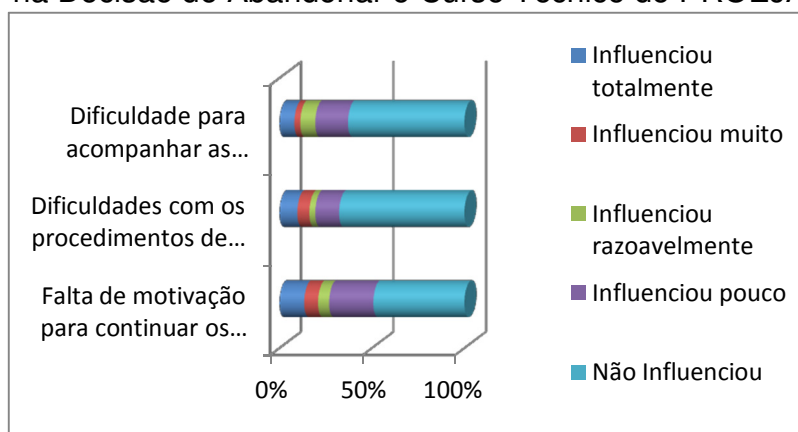
Para os evadidos que tiveram **dificuldades para acompanhar as matérias** (questão 16.4), menos da metade, 37,1%, afirmou que esse fator influenciou a decisão de evasão do curso técnico do PROEJA. Em relação ao grau de influência, para 17,7%, esse fator influenciou pouco a decisão de sair do curso. Apenas 8,1% disseram que a influência para o abandono foi total e razoável, seguido de 3,2% que tiveram muita influência. O percentual daqueles que não se sentiram afetados pela dificuldade para acompanhar as matérias foi de 62,9% (GRAF. 15).

Em relação às **dificuldades com os procedimentos de avaliação** durante a realização do curso técnico (questão 16.2), assim como o fator **dificuldade para acompanhar as matérias**, menos da metade dos respondentes,

32,3%, considerou que esses fatores **influenciaram a decisão de abandono** (12,9% tiveram pouca influência, 9,7% tiveram total influência, 6,5% tiveram muita influência e 3,2% tiveram pouca influência). O percentual daqueles que não se sentiram afetados pela necessidade de conciliar trabalho e estudo foi de **67,7%** (GRAF. 15).

Apesar de os fatores “falta de motivação para continuar os estudos”, “dificuldade para acompanhar matérias”, “dificuldades com os procedimentos de avaliação” terem sido identificados como motivos individuais para o abandono, é possível afirmar que a motivação é também extrínseca ao desejo do aluno, pois existem condicionantes que estão fora do indivíduo, tais como o “currículo”, organização das disciplinas, comportamento e formação do professor, entre outras situações contextuais que interferem na maneira como o aluno se relaciona e percebe o curso que realiza.

Gráfico 15 - Influência de Fatores de Motivação e de Estudo/Estágio na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Fatores Individuais, Familiares ou Práticas na Decisão de Abandonar o Curso

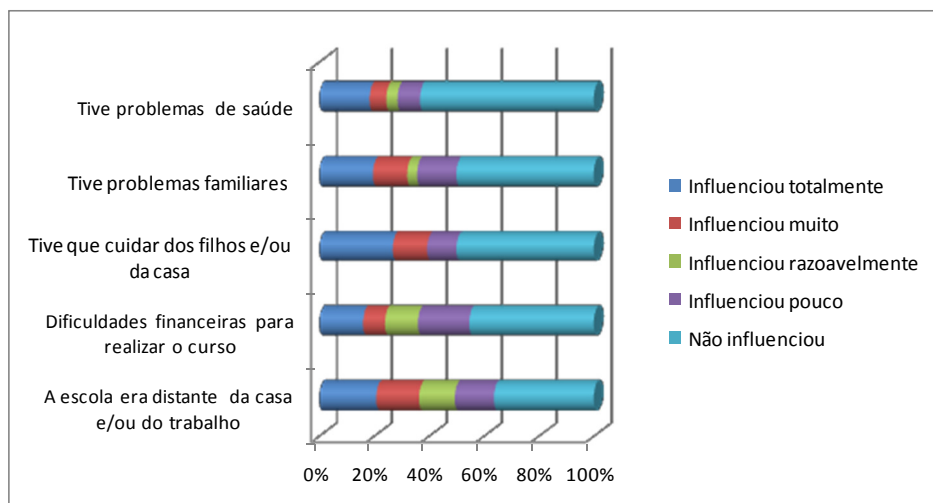
A **distância entre a escola e a casa e/ou o trabalho** constituiu um fator de peso para a decisão dos estudantes do PROEJA de abandonar o curso técnico, pois 63,6% dos respondentes indicaram que esse problema influenciou a sua decisão de deixar o curso (questão 17.2). Para 20,8% a influência desse fator foi total e para 15,6% foi muita, enquanto para 14,2% e 13% foi pouca e razoável, respectivamente. O percentual daqueles que não se sentiram influenciados pelo fato de a escola ser distante da casa e/ou do trabalho foi de 36,4% (GRAF. 16).

No que diz respeito às **dificuldades financeiras para realizar o curso técnico** do PROEJA (questão 17.1), a situação é mais ou menos equilibrada entre dois pólos, positivo e negativo: um pouco mais da metade (54,7%) afirmou que esse fator influenciou a decisão de evasão, enquanto 45,3% consideraram que esse fator não influenciou na decisão. Entre os que abandonaram o curso devido a dificuldades financeiras, a maioria, 18,7%, declarou que esse fator teve pouca influência para a sua decisão; 16% afirmaram que esse fator teve total influência, para 12% a influência foi razoável e para 8% foi muita (GRAF. 16).

Os fatores: **“tive que cuidar dos filhos e/ou da casa”** (questão 17.5) e **“tive problemas familiares”** (questão 17.6) foram influência para a evasão, de acordo com a metade dos respondentes. Para o primeiro fator, a maior parte afirmou que a influência foi total (26,8%), seguido de muita influência (12,5%) e de pouca influência (10,7%). Também para o segundo fator, para a maioria dos respondentes o grau de influência para a evasão foi total (19,6%), seguido de muita influência (12,5%), de pouca influência (14,3%) e de razoável influência (3,6%), como mostra o Gráfico 16.

A maioria dos estudantes, 63,3%, não abandonou o curso por causa de problemas de saúde durante a sua realização (questão 17.7). Mas é bastante significativa a quantidade de estudantes cuja decisão de abandonar o curso se deveu a problemas de saúde: 36,7%, sendo o grau de influência total para 18,4%; pouca influência para 8,2%; muita influência para 6,1% e razoável para 4,1% (GRAF. 16).

Gráfico 16 - Influência de Fatores Individuais, Familiares ou Práticas na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.4.2 Motivos Contextuais para o Abandono

Os fatores relativos ao contexto dos estudantes que podem influenciar a evasão escolar, para além dos aspectos individuais, são a escola, a comunidade, grupos de colegas, composição do corpo discente, recursos escolares, características estruturais da escola e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. “Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no seu conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante” (LÜSCHER; DORE, 2011, p. 152).

Assim, com o objetivo de conhecer as circunstâncias relativas ao contexto dos alunos que podem ter interferido sobre a evasão escolar dos estudantes do PROEJA, são apresentados os resultados referentes aos fatores interligados aos recursos escolares, às características da escola, às práticas escolares e pedagógicas e às relações de trabalho/formação.

Fator Contextual Relacionado à Motivação e ao Estudo/Estágio

Sobre o excesso de matérias, a carga horária dos cursos técnicos do PROEJA (Decreto n. 5.840/2006, art. 4º) deve contar com carga horária **mínima** de duas mil e quatrocentas horas, assegurando cumulativamente a destinação de, no **mínimo**, mil e duzentas horas para a formação geral e a carga horária **mínima**

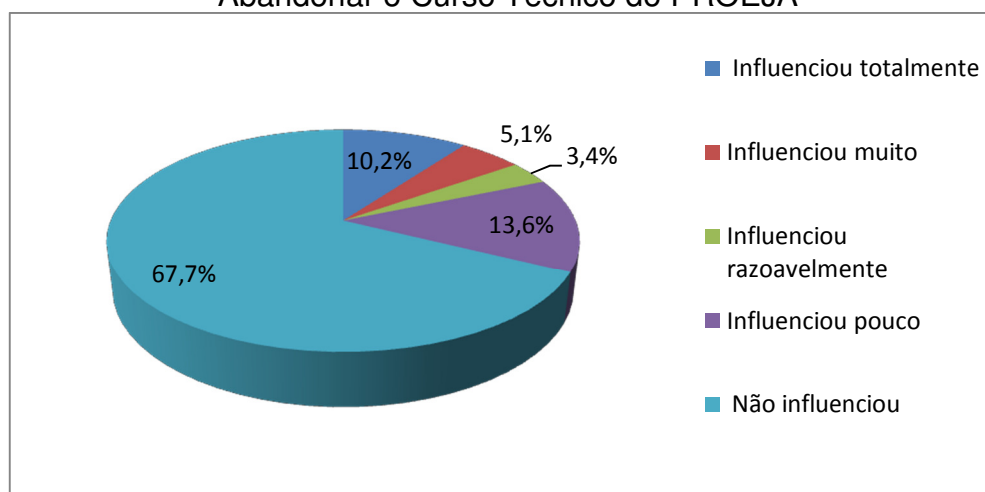
estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica, não existindo uma carga horária **máxima**.

Para 32,3% dos respondentes que afirmaram terem tido **excesso de matérias no curso técnico** (questão 16.3), esse fator influenciou a decisão de abandonar o curso. As variações da influência foram: 13,6% disseram ter tido pouca influência, 10,2% tiveram total influência, 5,1% tiveram muita influência e 3,4% razoável influência. Para 67,7% dos respondentes esse fator não foi influente na evasão do curso técnico (GRAF. 17).

Como o PROEJA é frequentado, em sua maioria, por alunos trabalhadores, é compreensível que um número expressivo de respondentes (32,3%) tenha sido influenciado a deixar a escola por considerar excessivo o número de matérias no curso técnico, principalmente ao se levar em conta que entre os respondentes os fatores relacionados ao trabalho, tais como distância entre o curso técnico e casa/trabalho (63,6%) e dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho (66%) são predominantes.

Entretanto, a maioria afirmou que o excesso de matérias no curso não influenciou (67,7%) a decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA, bem como a maioria afirmou que a dificuldade para acompanhar as matérias também não influenciou (62,9%) a escolha de deixar o curso técnico. A correlação entre esses dois fatores sugere a hipótese de que os alunos, mesmo encontrando dificuldades para acompanhar as matérias (disciplinas), não consideram que esse fator tenha influenciado sua decisão de abandonar a escola, mas atribuem a sua escolha a fatores relacionados ao seu processo individual de conseguir conciliar o trabalho e o ensino técnico.

Gráfico 17 - Excesso de Matérias na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Fatores Contextuais Relacionados ao Clima Escolar

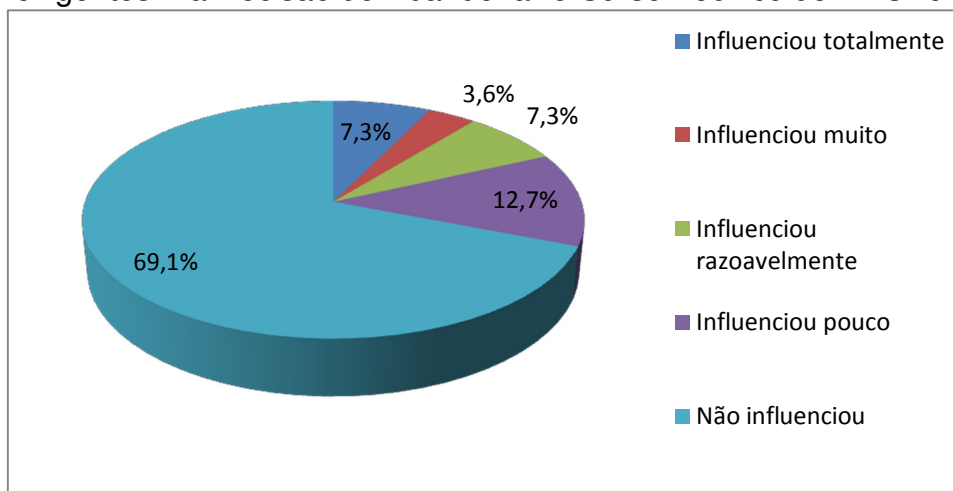
No tocante à influência do fator “**Clima Escolar**” sobre a decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA, entre os respondentes que assinalaram que os seus **professores** (do curso técnico do PROEJA) **eram muito exigentes** (questão 18.2), a grande maioria, **69,1%**, afirmou que essa situação não influenciou sua decisão de abandonar o curso. O percentual dos que consideraram aquele fator em sua decisão de abandonar o curso corresponde a 30,9%, sendo que, para 12,7% influenciou pouco, para 7,3% influenciou totalmente e razoavelmente, respectivamente, e para 3,6% influenciou muito (GRAF. 18).

O percentual de alunos que se sentiram influenciados a evadir por ter professores exigentes (30,9%) é praticamente idêntico, proporcionalmente, ao percentual de alunos que afirma ter evadido devido ao excesso de matérias no curso (32,3%), o que demonstra que, para muitos, houve dificuldades com o currículo e a atuação dos docentes dos cursos técnicos.

Destaca-se que grande parte dos professores das disciplinas dos cursos técnicos é formada como bacharel, não tendo a formação desejada para o exercício da docência (licenciatura). Todavia, também os professores licenciados precisam de formação que invista em sua profissionalização para atuar no ensino médio integrado, uma vez que “as licenciaturas brasileiras, em geral, não contemplam em seus currículos estudos sobre as relações entre trabalho e

educação ou, mais especificamente, sobre a educação profissional e suas relações com a educação básica” (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 33).

Gráfico 18 - Influência do Fator “Meus professores eram muito exigentes” na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Fatores Relacionados aos Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno

Em relação ao fator “**Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno**”, a maioria dos respondentes, **66,4%**, afirmou que, durante o curso técnico do PROEJA, **não recebia nenhum tipo de assistência financeira** (questão 37), apesar de esta ter sido prevista, em 2008, como uma ação para a melhora da oferta do PROEJA (Ofício n. 2.939/2008).

A assistência financeira ao estudante do PROEJA, de acordo com o MEC, visa proporcionar aos estudantes regularmente matriculados e com baixo poder aquisitivo, com matrícula e frequência regular, um apoio financeiro para a manutenção de seus estudos, sob a forma de complementação das despesas para o atendimento prioritário ao transporte e à alimentação, com o objetivo de contribuir para a **permanência do aluno** nos cursos do PROEJA. No entanto, verifica-se que menos da metade dos respondentes evadidos (33,6%) receberam auxílio financeiro.

Para **47,6%** dos respondentes, a ausência de **assistência financeira** influenciou sua decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA (questão 20.1), sendo que tal influência foi total para **13,8%**, muita para 12,3%, razoável

para 9,2% e pouca para 12,3%. Mais da metade dos evadidos, 52,4%, não decidiu abandonar a escola devido à falta de assistência financeira (GRAF. 19).

O número elevado de respondentes que se sentiram influenciados a evadir por não terem tido assistência financeira evidencia a necessidade de um programa que auxilie os alunos do PROEJA no que diz respeito à ajuda de custo para as despesas com transporte, compra de materiais para estudo e alimentação. Os dados sobre o perfil dos evadidos, como já foi mostrado, indicam que a maioria (60,7%) recebia, na ocasião do curso, apenas até 1 salário mínimo por mês.

A maioria dos evadidos, 54,1%, não foi influenciada pela **falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias** para tomar a decisão de abandonar a escola (questão 20.2). No entanto, um percentual muito elevado, 45,9%, foi influenciado por esse fator, sendo que para 13,1% ele influenciou totalmente, para 14,8% influenciou muito, para 4,9% influenciou razoavelmente e para 13,1% influenciou pouco (GRAF. 19).

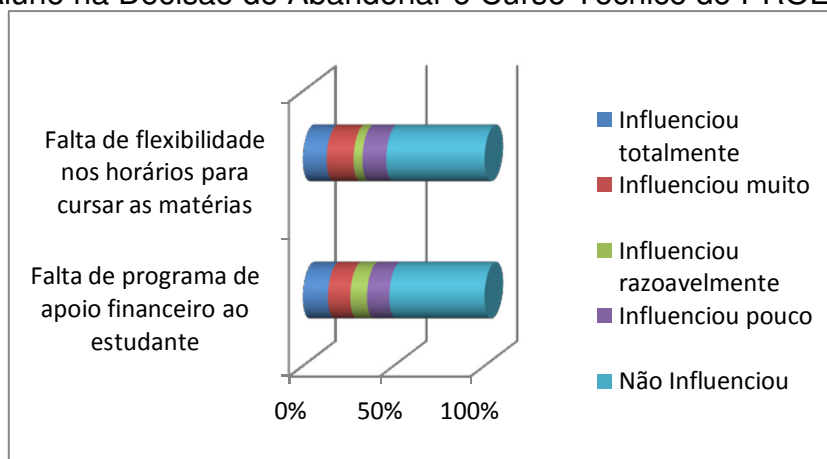
A importância da flexibilidade nos horários para cursar as matérias está diretamente ligada ao perfil do aluno do PROEJA, trabalhador e que tem dificuldade de conciliar o horário de trabalho e estudo. Com a inflexibilidade nos horários, muitas vezes o aluno se vê impedido de realizar o curso, não porque assim deseja, mas sim porque sua prioridade é o trabalho.

Sobre a organização dos instrumentos de apoio para o estudante da EJA, o Conselho Nacional de Educação (CNE) indica ser necessário:

- a) *flexibilizar o currículo* de forma a aproveitar as experiências diversas dos discentes;
- b) *flexibilizar os horários de atendimento*, especialmente no noturno;
- c) combinar momentos presenciais e não presenciais;
- d) distinguir as duas faixas etárias nessa modalidade (jovem e adulto) ao considerar as expectativas e experiências de cada um;
- e) dar destaque à inserção profissional de modo a ser capaz de se adaptar, *com flexibilidade*, às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BRASIL, CNE/CEB, 2000, *grifos nossos*).

Considerando-se a influência para o abandono por falta de flexibilidade nos horários para usar as matérias, torna-se necessário averiguar se o que está previsto no CNE “sobre a flexibilização para o público da EJA” ocorre nas instituições que ofertam o PROEJA.

Gráfico 19 - Influência de Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno na Decisão de Abandonar o Curso Técnico do PROEJA



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

5.5 Considerações sobre a Descrição e a Análise dos Dados

Com a realização desta pesquisa de campo, para além de conhecer o perfil e a trajetória escolar do aluno evadido, buscou-se identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG). Verificou-se que a maioria dos respondentes está na faixa etária entre 18 e 35 anos (74,8%), é do sexo masculino (55,7%), negra (52,8%), solteira (50,4%) e tem filhos (58%). Em relação à trajetória estudantil, verificamos que 69,5% interromperam os estudos entre a conclusão do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA; 80,2% abandonaram o curso técnico do PROEJA durante o primeiro ano de curso e 79,4% faziam o curso na modalidade integrada.

Sobre a situação de trabalho durante a realização do curso técnico do PROEJA, verificou-se que a maioria (87,3%) trabalhava; destes, 71% estavam em áreas distintas à do curso técnico e 60,7% recebiam até 01 salário mínimo. Em relação à situação do estudante após a saída do curso, 55,7% afirmaram que não retornaram mais aos estudos depois da evasão, 58,8% disseram querer

completar a formação profissional e obter o diploma de técnico através do PROEJA e 63,4% afirmaram que se tivessem a oportunidade de voltar no tempo, não abandonariam o curso.

Em relação aos **fatores individuais** que, quando presentes na trajetória escolar do aluno evadido, mais influenciaram a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA, destacaram-se aqueles que tiveram influência de mais de 50%: “dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho” (66%), “necessidade de trabalhar” (64,4%), “a escola era distante da casa e/ou trabalho” (63,6%), “dificuldades financeiras para realizar o curso” (54,7%) e “falta de motivação para continuar os estudos” (50,8%). Outros fatores individuais também exerceram significativa influência (entre 30% e 50%) para a decisão dos alunos do PROEJA de evadir-se da escola: “cuidado dos filhos e/ou da casa” (50%), “problemas familiares” (50%), “problemas de saúde” (36,7%), “dificuldades para acompanhar as matérias” (37,1%), “dificuldades com os procedimentos de avaliação do curso” (32,3%), “falta de interesse, afinidade ou gosto pela área profissional” (35,2%), “não considerava o curso atrativo” (34%) e “insatisfação com o curso” (33,9%).

Dentre os **fatores contextuais** que, quando presentes, influenciaram a evasão escolar dos respondentes, verificaram-se aqueles que tiveram uma grande influência sobre a decisão de evasão, superiores a 30%: “falta de assistência financeira” (47,6%), “falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias” (45,9%), “excesso de matérias no curso” (32,3%), “professores muito exigentes” (30,9%).

Os resultados alcançados com a realização da pesquisa mostram a diversidade e complexidade dos fatores individuais e contextuais que influenciam a evasão escolar. Verificou-se que a maioria dos respondentes evadiu no primeiro ano de curso (80,2%), o que demonstra a necessidade de serem tomadas medidas para evitar o abandono da escola já no início da trajetória do aluno no curso do PROEJA. Ainda mais ao se considerar que mais da metade dos respondentes (63,4%) afirmou que se tivesse oportunidade de voltar no tempo não tomaria a decisão de evadir do PROEJA, demonstrando que a evasão não é apenas uma decisão simples e individual, mas também se relaciona ao contexto e ao suporte que o aluno recebe por parte dos outros setores da sociedade (sistema de ensino, instituição escolar, trabalho).

Verificou-se nesta pesquisa que é bastante elevada a quantidade de evadidos do PROEJA que trabalhavam durante a realização do curso técnico, chegando ao percentual de 87,3%. E, da mesma forma, foram altos os índices de evasão relacionados àqueles que não conseguiram conciliar o trabalho com os estudos (por diversos motivos).

A influência para a evasão relacionada a fatores individuais (“cuidado dos filhos e/ou da casa”, “problemas familiares”, “problemas de saúde”) consegue ser minimizada com a percepção e o auxílio da instituição escolar que, entre outras atitudes, pode oferecer tratamento diferenciado a esses alunos: flexibilidade para realizar as atividades “não presenciais”, apoio psicológico, acompanhamento pedagógico. Evita-se, assim, que o aluno se sinta sem alternativa para continuar os estudos, mesmo o desejando.

Um dado importante relacionado ao contexto governamental do sistema de ensino e institucional diz respeito à relevância da assistência financeira, com o princípio de auxílio para os gastos com a formação dos estudantes do PROEJA. Muitos dos respondentes (47,6%), que não o receberam, afirmaram que esse fator influenciou a decisão de evasão.

Verificou-se a importância da flexibilização dos horários e do currículo voltados para o perfil do aluno do PROEJA, de forma a aproveitar as suas experiências profissionais e considerar as expectativas dos mesmos em relação ao curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG). A criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no Brasil foi justificada pelo governo com base no discurso de que a falta de oportunidades para milhares de brasileiros os levava a não continuar os seus estudos. Por isso, seria necessário abrir mais possibilidades para o reingresso desses alunos ao sistema educacional, ampliando as suas chances de qualificação para a inserção no mundo do trabalho.

Somente na década de 1980, foi que os jovens e adultos conquistaram o direito à educação fundamental, obrigatória e gratuita, afirmado na Constituição de 1988 como dever do Estado. A partir de então, emergem orientações políticas governamentais para ofertar a educação básica, desde a alfabetização até a formação profissional técnica de nível médio.

No entanto, é somente na primeira década do século XXI que o governo propõe criar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com o propósito de promover a “elevação da escolaridade com profissionalização” para os indivíduos da EJA, preferencialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), tendo em vista a exclusão da população menos favorecida do acesso à educação básica de qualidade (BRASIL, SETEC/MEC, 2007d).

Inicialmente, o governo apresentou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o objetivo de ofertar educação de jovens e adultos em cursos técnicos apenas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) na forma integrada ao ensino médio. No ano seguinte, o referido Programa foi reformulado de modo a ampliar a oferta do ensino básico (fundamental e médio) para outras instituições de ensino estaduais e municipais e no Sistema S, nas modalidades integrada e concomitante.

A importância do Programa, de acordo com documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), seria a de vincular o ensino técnico com a formação integral, superando a dualidade entre a “cultura geral” e a

“cultura técnica”, traço presente na educação brasileira (BRASIL, MEC/SETEC, 2007d, p. 33-34).

O governo determinou que todas as instituições federais deveriam elaborar um projeto político pedagógico integrado para ofertar, até 2007, ao menos 10% do total de vagas para jovens e adultos. O PROEJA emerge, então, no contexto de reorganização da educação profissional no Brasil, iniciada no governo Lula, com o objetivo de ampliar a oferta do ensino médio integrado à educação profissional. Juntamente com o PROEJA, foram criados outros programas para estimular o ensino técnico integrado ao ensino médio, assim também como a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Decreto n. 6.095/2007).

O PROEJA passou a ser implementado em nível nacional, prioritariamente na rede pública de ensino (redes federal e estadual), mas também na rede privada e no Sistema S. Em 2010, a rede pública contava com 21.006 matrículas naquele Programa, ao passo que as matrículas no Sistema S eram apenas 26 e na rede privada 172. Das matrículas da rede pública, 12.873 referiam-se aos cursos técnicos, das quais 11.369 (88%) se encontravam na Rede Federal de Ensino e somente 1.504 (12%) na rede estadual. As demais matrículas, 8.133, se localizavam na formação inicial e continuada.

Em Minas Gerais, em 2010, o número de matrículas nos cursos do PROEJA na RFEPT foi de 2.126, sendo que a maior parte se encontrava nos cursos de Formação Continuada, 1.150 (54,1%), seguidos de 761 (35,8) no Ensino Técnico e, com menos matrículas, 215 (10,1%), na Formação Inicial. Entre 2006 e 2010, as matrículas nos cursos técnicos do PROEJA, em Minas Gerais, aumentaram 561,7%.

Não obstante o crescimento tão vertiginoso do número de matrículas na educação técnica de nível médio de jovens e adultos, houve problemas relativos à permanência dos indivíduos na escola, principalmente no estado de Minas Gerais. No ano de 2010, enquanto no Brasil a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA no ano de 2010 correspondia a 18,1% em relação ao total de matrículas do mesmo ano, em Minas Gerais a porcentagem de evasão chegava a 30,9%, um índice muito maior do que aquele apresentado no Brasil.

A evasão escolar na EJA foi identificada pela investigação do IBGE (2009) como um dos grandes problemas dessa modalidade de ensino no Brasil. O IBGE tomou como referência dados nacionais, obtidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2007. De acordo com os

resultados dessa pesquisa, o principal motivo para o abandono do curso, de acordo com a maioria dos entrevistados da EJA, foi a incompatibilidade do horário das aulas com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%), seguido pela falta de interesse em fazer o curso (15,6%) (IBGE, 2009).

No que se refere especificamente ao PROEJA, são poucos os estudos que focalizaram os problemas da evasão nesse programa. Na realização desta pesquisa, foi possível localizar duas investigações sobre o assunto, como a de Marconatto (2009) e a de Azevedo e Lima (2011). Embora tenham focos diferentes, as duas pesquisas concluíram que os motivos para a evasão do PROEJA, no universo por elas analisados, eram similares aos divulgados pelo estudo do IBGE (2009), destacando-se, sobretudo, a necessidade de trabalhar e o horário para realizar o curso.

Para conhecer o perfil dos evadidos, a trajetória escolar deles e examinar motivos individuais e contextuais que influenciaram a evasão escolar no PROEJA da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, realizou-se, no âmbito deste estudo, uma pesquisa de campo, aplicando-se questionários aos evadidos que cursaram o ensino técnico entre os anos 2006 e 2010.

Foram identificados 593 evadidos dos referidos cursos, entre os quais 240 foram aleatoriamente escolhidos para a amostra da pesquisa. Destes, 131 responderam ao questionário, o que correspondeu a 54,58% da amostra estatística e 22,09% do número total da população de evadidos.

Com a realização da pesquisa de campo, verificou-se que a maioria dos respondentes está na faixa etária entre 18 e 35 anos (74,8%), é do sexo masculino (55,7%), negra (52,8%), solteira (50,4%) e tem filhos (58%). Em relação à trajetória estudantil, 69,5% interromperam os estudos entre a conclusão do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA; 80,2% abandonaram o curso técnico do PROEJA durante o primeiro ano de curso e 79,4% fizeram o curso na modalidade integrada.

Sobre a situação de trabalho durante a realização do curso técnico do PROEJA, verificou-se que a maioria (87,3%) trabalhava; destes, 71% estavam em áreas distintas à do curso técnico e 60,7% recebiam até 1 salário mínimo. Em relação à situação do estudante após a saída do curso, 55,7% afirmaram que não retornaram mais aos estudos depois da evasão, 58,8% disseram querer completar a formação profissional e obter o diploma de técnico através do PROEJA e 63,4%

afirmaram que se tivessem a oportunidade de voltar no tempo, não abandonariam o curso.

Em relação aos fatores que mais influenciaram a evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA, destacaram-se: “dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho” (66%), “necessidade de trabalhar” (64,4%), “a escola era distante da casa e/ou do trabalho” (63,6%), “dificuldades financeiras para realizar o curso” (54,7%), “falta de motivação para continuar os estudos” (50,8%), “cuidado dos filhos e/ou da casa” (50%), “problemas familiares” (50%), “problemas de saúde” (36,7%), “dificuldades para acompanhar as matérias” (37,1%), “dificuldades com os procedimentos de avaliação do curso” (32,3%), “falta de interesse, afinidade ou gosto pela área profissional” (35,2%), “não considerava o curso atrativo” (34%), “insatisfação com o curso” (33,9%), “falta de assistência financeira” (47,6%), “falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias” (45,9%), “excesso de matérias no curso” (32,3%) e “professores muito exigentes” (30,9%).

O PROEJA surge como um programa de interesse do Governo Federal em elevar a escolarização dos indivíduos da EJA, associando-a à qualificação profissional, preferencialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). E, como verificado, as taxas de matrículas desse tipo de ensino na RFEPT de Minas Gerais, entre 2006 e 2010, tiveram um crescimento de 561,7% no ensino técnico. No entanto, o índice de evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais é muito elevado, (30,9%), tornando-se necessária a averiguação dos motivos que a acarretam.

A “prevenção” constitui o encaminhamento mais adequado para evitar que os altos índices de evasão, identificados no ensino técnico do PROEJA, sejam minimizados.

A análise dos problemas da evasão no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) constituiu-se como um estudo bem delimitado, cujo objetivo central abrangeu apenas uma parte de uma ampla possibilidade de pesquisas sobre o tema. Contudo, sua realização possibilitou vislumbrar algumas questões cuja investigação poderia contribuir para elucidar outras dimensões que criam dificuldades para o sucesso de estudantes nesse programa, tais como estudos de caso em instituições nas quais os estudantes conseguem concluir sua educação

no PROEJA, a relação entre a atividade do professor na transmissão dos conteúdos curriculares, a utilização de materiais didáticos e o sucesso ou insucesso dos alunos em concluir sua educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thiago; PASSADOR, Cláudia Souza. *Educação Pública no Brasil: Condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2011. 210 p.
- AMORIM, Mônica Maria Teixeira *et al.* Educação Profissional no Brasil e a Questão do Dualismo Escolar. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 4., 15 a 18 de agosto de 2011, Marília. *Anais...* Marília-SP: UNESP, 2011.
- AUGUSTIN, Cristina. *Dinâmica das vagas*. UERJ. Disponível em: <http://www2.uerj.br/niesc/datauerj/estudos/Dinamica_texto.htm>. Acesso em: 20.jan. 2011.
- AZEVEDO, Clayte de Paula; LIMA, Ezilda Soares de. *A Evasão Escolar no PROEJA do CEFET-MT: Existência e Visão*. *Educação Profissional: Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 79-88, jan.-jun. 2011.
- BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 519 p.
- BARBACOVÍ, Lecir Jacinto. *O professor da Educação Profissional e a conectividade orgânica entre formação e prática docente: Um estudo do IFET sudeste de Minas Gerais*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.
- BRASIL. *Lei n. 5.692/71*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, edição de 12/08/1971, Brasília, 1971.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 abr. 2011.
- BRASIL. *Decreto n. 2.208/97*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB n. 04/99*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2011.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB n. 11/2000* – Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. *Lei n. 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. *Decreto n. 5.154/04*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. Lei n. 11.184, de 07 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, edição de 10/10/2005, Brasília, 2005a.

BRASIL. *Decreto n. 5.478*, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. 2005b. Disponível em: <http://www.iiiep.org.br/modulos/mod001/docs/proeja_dec_5478.pdf>. Acesso em 29 abr. 2010.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, edição de 14/07/2006, Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília: *Diário Oficial da União*, Edição de 25/04/2007, 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. *Chamada Pública n. 002/2007*. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília: MEC/SETEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas*. 2007c. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. *PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Documento Base*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2010.

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, edição de 17/07/2008, Brasília, 2008a.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, edição de 30/12/2008, Brasília, 2008b.

BRASIL. *Ofício n. 2.939/08*, de 11 de setembro de 2008. Trata do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. 2008c. Disponível em: <http://website.cefet-rj.br/comunicacao/noticia/documentos/Oficio_PROEJA_2939.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes*. Brasília: MEC/SETEC, 2008d.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB n. 11/2008*. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2008e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB n. 23/2008*, de 8 de outubro de 2008. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. 2008f.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Ensino Médio Inovador*. Documento orientador. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASIL. *Resolução n. 3*, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

(SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB n. 4/99. 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Brasil Profissionalizado*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 30 abr. 2010.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Org.). *Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARNEVALLI, José Antônio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil. Disponível em: <http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Anais da Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação*. Brasília, DF: MEC, 2011. 2 v.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 5., 1997, Hamburgo, Alemanha. *Declaração de Hamburgo e agenda para o futuro*. Lisboa: UNESCO/Ministério da Educação/Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1998.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Trad. de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2012.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo do Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; PAIVA, Jane (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 13-28.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola*. Coordenação de Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro:

FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>> Acesso em: 5 maio 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Candido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura. Expansão do Ensino Médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 47-69, jul. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 355-397, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jun. 2012.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2011.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2008*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina>. Acesso em: 12 dez. 2011.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das condições de vida da População Brasileira. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*. Número 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP/MEC. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2009*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 7 nov. 2011.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? *Ensaio: avaliação, políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-172, abr.-jun. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008. 328 p.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*, Brasília, v. 8, supl. 1, p. 147-176, dez. 2011.

MACHADO, Lucília. *PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador*. In: *EJA: formação técnica integrada ao ensino médio*. Boletim 16. Brasília: MEC, set. 2006. p. 36-53, Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/141327Proeja.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação Profissional no Brasil, Evasão Escolar e transição para o Mundo do Trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SENEPT), 1., 16 a 18 de junho de 2008, Belo Horizonte. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

MARCONATTO, Lauri João. *Evasão Escolar no Curso Técnico Agrícola na modalidade de EJA da Escola Técnica Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC*. 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

MOREIRA, Priscila Rezende. *A presença do aluno negro na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Minas Gerais*. 2009. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OECD. Directorate for Education. *Education at a Glance 2010: OECD Indicators*. Paris, 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/52/0,3746,en_2649_39263238_45897844_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 25 out. 2011.

OLIVEIRA, João Batista. Ensino Médio: lições da experiência internacional. In: *A crise de audiência no Ensino Médio*. [S.l.]: Instituto Unibanco, 2010. p.129-138.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Loyola, 1973.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003. 527 p.

PIRES, Raíssa Pimenta. *Políticas Públicas e Educação Profissional em Minas Gerais: 1995 a 2000*. 2002. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sísifo*. Revista de Ciências da Educação, n. 2, p. 35-50, 2007.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. Educação de Jovens e Adultos: Uma história de Complexidade e tensões. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, jul.-dez., 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A criança na fase inicial da escrita: A Alfabetização como processo discursivo*. São Paulo: Cortez, 1988.

SOARES, Rosemary Dore. *Lutas pela escola pública no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

SOARES, Rosemary Dore. *A pedagogia de Gramsci e o Brasil*. Site: Gramsci e o Brasil. Jul. 2004. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=168&page=visualizar>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

ANEXO A – MANUAL DE QUESTÃO POR QUESTÃO



MANUAL DE QUESTÃO POR QUESTÃO PROEJA

Pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais”

COORDENAÇÃO GERAL

Rosemary Dore Heijmans (UFMG)

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Daisy Moreira Cunha (UFMG)

João Bosco Laudares (CEFET-MG)

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira (PUC Minas)

GESTÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Paula Elizabeth Nogueira Sales

EQUIPE TÉCNICA

Alexandre
Gomes Soares Arlana Campos

Faria Martins Priscila

Rezende Moreira Tatiana

Lage de Castro

EQUIPE DE APOIO

James Soares

Júlio de Carvalho Máximo

Lucas Lafetá

Miriã Suellen Xavier

Sebastião Tolentino de Freitas

CONSULTORIA

Roberto Fini (Metodologia Quantitativa)

Darly Fernando Andrade (Estatística)

Dante Grapiuna de Almeida (Tecnologia de Informação)

MANUAL DE QUESTÃO POR QUESTÃO

Concepção/Produção

Paula Elizabeth Nogueira Sales

Priscila Rezende Moreira

Colaboração

Arlana Campos Faria Martins

Edmilson Leite Paixão

Giuliano Viana de Alkmim

Jalmira Regina Fiuza de Sousa

Mônica Maria Teixeira Amorim

Romário Geraldo

Tatiana Lage de Castro

Wander Augusto Silva

APOIO



C A P E S

1. Introdução

Este Manual de Questão por Questão (MQQ) contém orientações referentes a cada questão contemplada no questionário do PROEJA da pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais” (FaE/UFMG), vinculada ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP). No MQQ são estabelecidos esclarecimentos e definição de conceitos, com o objetivo de garantir a padronização da aplicação dos questionários e a comparabilidade dos dados (SIMÕES; PEREIRA, 2007).

Nessa direção, o presente manual busca traçar os objetivos de cada questão, as instruções de como respondê-las, assim como a definição dos conceitos de alguns termos contidos no questionário. Este foi construído a partir de um dos princípios da elaboração de instrumentos de *survey*, apresentado por Fowler: na medida do possível, as palavras nas questões devem ser escolhidas de modo que todos os respondentes compreendam seus significados e todos os respondentes tenham a mesma percepção de que é o significado (FOWLER, 1995). Ainda assim, sabe-se que durante a aplicação dos questionários pode haver a não compreensão de alguns termos, que deverão ser esclarecidos pelos aplicadores, tendo como referência os conceitos abordados neste manual.

A seguir é apresentado o questionário a ser respondido por alunos evadidos de cursos técnicos do PROEJA da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. Na seqüência, são abordadas as orientações referentes às questões desse questionário.

2. Questionário do PROEJA

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS QUE ABANDONARAM O CURSO TÉCNICO DO PROEJA

QUESTIONÁRIO PROEJA Nº: _____ Data de aplicação: ____/____/____

Nome do aplicador e de sua respectiva instituição: _____

INSTRUÇÕES:

- Leia atentamente as questões;
- Marque apenas uma resposta por questão, a não ser que no título da questão seja orientado a marcar mais de uma resposta.
- Preencha o questionário à caneta e não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Caso tenha alguma dúvida ou necessite de informações, comunique-se com o aplicador.
- Neste questionário, considera-se aluno que ABANDONOU o Curso Técnico aquele que deixou o curso sem obter o diploma de técnico por não concluir alguma(s) das etapas obrigatórias do curso: matéria(s); realização de estágio; relatório de estágio; realização do Seminário de Conclusão do Curso Técnico.

I – CARACTERÍSTICAS DO RESPONDENTE

1. Data de Nascimento: ____/____/____

2. Sexo: 1 () Masculino 2 () Feminino

3. Em relação à sua cor/raça, como você se considera?

- | | |
|----------------------|---|
| 0 () Sem declaração | 3 () Pardo(a) |
| 1 () Branco(a) | 4 () Amarelo(a) - Ex.: japonês, coreano, chinês etc. |
| 2 () Preto(a) | 5 () Indígena |

4. Estado civil atual:

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1 () Solteiro(a) | 4 () Viúvo(a) |
| 2 () Casado(a) | 5 () Separado(a), divorciado(a), desquitado(a) |
| 3 () Mora com um(a) companheiro(a) | 6 () Outro. Qual? _____ |

5. Você tem filhos? 1 () Sim. Quantos? _____ 2 () Não

II – ABANDONO DO CURSO TÉCNICO

INSTRUÇÃO: Se você abandonou mais de um curso técnico federal do PROEJA, considere o último curso abandonado.

6. Nome da Instituição Federal que você frequentou o curso do PROEJA: _____

7. Nome do curso técnico do PROEJA que você abandonou: _____

8. Mês/ano de início do curso técnico (exemplo -> 03/2010): ____/____

9. Mês/ano do abandono (exemplo -> 08/2010): ____/____

10. Modalidade do curso técnico do PROEJA que abandonou:

- 1 () Integrado⁸⁰ 2 () Concomitante Externo⁸¹

11. Em qual turno você frequentou o curso técnico do PROEJA? Se você estudou em mais de um turno, marque mais de uma opção.

- 1 () Manhã 2 () Tarde 3 () Noite

12. Identifique a alternativa que mais se aproxima de sua situação.

Abandonei o curso técnico do PROEJA e...

- 1 () Fui para outro curso técnico na mesma escola
 2 () Fui para outra escola fazendo o mesmo curso técnico
 3 () Fui para outra escola fazendo outro curso técnico
 4 () Fui fazer um curso profissionalizante de curta duração
 5 () Fui cursar o ensino médio
 6 () Fui fazer um curso pré-vestibular
 7 () Fui fazer um curso superior
 8 () Não voltei mais aos estudos
 9 () Outra. Qual? _____

13. Você pretende completar a sua formação profissional e obter o seu diploma de técnico através do PROEJA?

- 1 () Sim 2 () Não

⁸⁰ Curso integrado: ensino técnico e ensino médio são cursados no mesmo curso e na mesma escola, com matrícula única.

⁸¹ Curso concomitante externo: ensino técnico e ensino médio são cursados ao mesmo tempo, mas em escolas diferentes, com matrículas distintas.

III – CAUSAS PARA O ABANDONO DO CURSO TÉCNICO

Dentre os FATORES PRESENTES EM SUA TRAJETÓRIA NO CURSO TÉCNICO do PROEJA, indique com um X, nas questões 14 a 19, o quanto cada um INFLUENCIOU sua decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado NÃO FIZER PARTE DE SUA TRAJETÓRIA, marque a opção NÃO FOI O CASO.

Trabalho		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
14.1	Tive necessidade de trabalhar						
14.2	O curso que escolhi não ajudava a entrar no mercado de trabalho						
14.3	Percebi que teria um baixo nível salarial enquanto técnico formado						
14.4	Percebi a desvalorização da profissão no mercado de trabalho						
14.5	Tive dificuldade para conciliar o horário de estudo e trabalho						
14.6	Outro. Qual?						

Curso e Conteúdo		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
15.1	Tive dificuldade para conciliar o curso técnico com outro curso que realizei no mesmo período						
15.2	Fiquei insatisfeito com o curso						
15.3	Não tinha interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão						
15.4	Não via importância no que eu aprendia na escola						
15.5	Não considerava o curso atrativo						
15.6	Tive a possibilidade de fazer um curso superior						
15.7	Outro. Qual?						

Fatores de Motivação e de Estudo/Estágio		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
16.1	Não sentia motivação para continuar os estudos						
16.2	Tive dificuldades com os procedimentos de avaliação do curso						
16.3	Tinha excesso de matérias no curso						
16.4	Tive dificuldades para acompanhar as matérias (falta de base teórica ou prática)						
16.5	Tive dificuldades para conseguir e/ou concluir o estágio						
16.6	Corri risco de perder a matrícula no curso ou ser expulso da escola						
16.7	Fui reprovado						
16.8	Outro. Qual?						

Fatores Individuais, Familiares ou Práticas		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
17.1	Tive dificuldades financeiras para realizar o curso: transporte, alimentação, material etc.						
17.2	A escola era distante da minha casa e/ou do meu trabalho						
17.3	Fiquei grávida						
17.4	Minha namorada, companheira ou esposa ficou grávida						
17.5	Tinha que cuidar dos filhos e/ou da casa						
17.6	Tive problemas familiares						
17.7	Tive problemas de saúde						
17.8	Minha família não me incentivava a estudar						
17.9	Senti saudades da minha família						
17.10	Mudei de bairro ou cidade						
17.11	Prestei serviço militar						
17.12	Outro. Qual?						

Clima Escolar		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
18.1	Percebi o desinteresse dos professores por minha formação						
18.2	Meus professores eram muito exigentes						
18.3	Tive dificuldades de relacionamento com professor(es)						
18.4	Tive dificuldades de relacionamento com colega(s)						
18.5	Sentia-me sozinho, não pertencendo a um grupo no curso ou na escola						
18.6	Sentia falta de ter pessoas do mesmo sexo na minha turma						
18.7	Outro. Qual?						

Discriminação		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
19.1	Sofri <i>bullying</i> (constrangimento, intimidação, agressão física e/ou verbal)						
19.2	Sofri discriminação de cor/raça						
19.3	Sofri discriminação de sexo						
19.4	Sofri discriminação de religião						
19.5	Sofri discriminação por ser deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
19.6	Outro. Qual?						

Considerando a FALTA DE RECURSOS/SUPORTES EM SUA ESCOLA TÉCNICA, indique com um X, nas questões 20 e 21, o quanto cada um INFLUENCIOU sua decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA. Se o recurso/suporte EXISTIA em sua escola, marque a opção NÃO FOI O CASO.

Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
20.1	Falta de programa de apoio financeiro ao estudante (vale transporte, refeição etc.)						
20.2	Falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias						
20.3	A escola não possibilitava a recuperação ou dependência de matéria						
20.4	Falta de programa de apoio pedagógico: monitoria, aulas extras etc.						
20.5	Falta de apoio psicológico por um profissional, assim como monitoria, aulas extras etc.						
20.6	Falta de atendimento adaptado ao deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
20.7	Outro. Qual?						

Estrutura e Regulamento		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
21.1	Falta de infra-estrutura física adequada (sala de aula, biblioteca, laboratório etc.)						
21.2	A escola não oferecia um ensino de qualidade, nem bons professores que soubessem transmitir adequadamente os conhecimentos						
21.3	A escola não incentivava a disciplina e a frequência (presença) dos alunos						
21.4	Outro. Qual?						

22. Se você tivesse oportunidade de voltar no tempo, teria tomado a mesma decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA?

1 () Sim 2 () Não

Justifique a sua resposta: _____

IV – RAZÕES PARA A ESCOLHA DO CURSO TÉCNICO

Dentre os FATORES QUE LEVARAM VOCÊ A ESCOLHER O CURSO TÉCNICO que abandonou, indique com um X, nas questões 23 a 27, o quanto cada um deles influenciou sua escolha. Se o fator NÃO FIZER PARTE DE SUA TRAJETÓRIA, marque a opção NÃO FOI O CASO.

Demandas de Formação e Afinidade		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
23.1	Aperfeiçoamento profissional ou aquisição de novos conhecimentos e habilidades						
23.2	Necessidade de obtenção de diploma de curso técnico						
23.3	Necessidade de obtenção de diploma de curso médio						
23.4	Afinidade ou gosto pela área/profissão						
23.5	Outro. Qual?						

Fatores Pessoais/Familiares		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
24.1	Realização pessoal						
24.2	Sugestão de outra pessoa (professor, família ou colega)						
24.3	Imposição da família						
24.4	Outro. Qual?						

Informação/Preparação Prévia para o Curso		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
25.1	Informações obtidas sobre o curso: eventos de divulgação de profissões, notícias ou propaganda						
25.2	Conhecimento prévio da estrutura física e de funcionamento da escola/curso						
25.3	Sugestão recebida em programa de orientação vocacional						
25.4	Outro. Qual?						

Características da Escola/Curso		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi o caso
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
26.1	Qualidade da escola pública federal						
26.2	Maiores chances de ser aprovado(a) no vestibular para o ensino superior						
26.3	Existência de parceria da escola com empresas para estágio						
26.4	Possibilidade de conseguir auxílio e apoio financeiro (bolsa, refeição, etc.)						
26.5	Recursos e atendimento adaptado ao deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
26.6	Gratuidade do curso						
26.7	Localização da escola						
26.8	Qualidade do curso						
26.9	Outro. Qual?						

Trabalho		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
27.1	Possibilidade de melhorar no trabalho ou na profissão escolhida						
27.2	Mudança de emprego/carreira						
27.3	Valorização da profissão no mercado de trabalho						
27.4	Possibilidade de ter um bom salário						
27.5	Exigência da empresa em que trabalha(va)						
27.6	Facilidade dos alunos formados nesse curso para conseguir emprego						
27.7	Outro. Qual?						

38. Nos itens abaixo, relacione os bens e as características de sua moradia NA ATUALIDADE. Marque um X para cada item.

38.1. Na casa em que você mora tem quantos banheiros?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.2. Na casa em que você mora tem quantas salas?

1 () Uma 2 () Duas 3 () Três ou mais 4 () Não tem

38.3. Na casa em que você mora tem quantos quartos?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.4. Na casa em que você mora tem quantas televisões?

1 () Uma 2 () Duas ou mais 3 () Não tem

38.5. Na casa em que você mora tem quantos aparelhos de DVD?

1 () Um 2 () Dois ou mais 3 () Não tem

38.6. Na casa em que você mora tem máquina de lavar roupa?

1 () Sim 2 () Não

38.7. Na casa em que você mora tem quantos aparelhos de som?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.8. Na casa em que você mora tem quantas geladeiras?

1 () Uma 2 () Duas ou mais 3 () Não tem

38.9. Na casa em que você mora tem freezer?

1 () Sim 2 () Não

38.10. Na casa em que você mora tem telefone fixo?

1 () Sim 2 () Não

38.11. Na casa em que você mora tem quantos telefones celulares?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.12. Na casa em que você mora tem quantos computadores?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.13. Na casa em que você mora tem quantos carros?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.14. Na casa em que você mora tem quantas motos?

1 () Uma 2 () Duas 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

39. Considerando TODAS as questões apresentadas anteriormente, ou mesmo outras situações não abordadas, você tem alguma observação? Salientamos que suas observações são de grande importância para esta pesquisa.

40. Você tem interesse em conhecer os resultados desta pesquisa?

1 () Sim 2 () Não

Agradecemos imensamente a sua colaboração!

3. Orientações Referentes às Questões do Questionário do PROEJA

QUESTÃO 1

Data de Nascimento: ____ / ____ / _____

- ❖ **O que se procura:** verificar a idade do respondente.
- ❖ **A resposta:** indicar o dia, mês e ano em que nasceu (exemplo -> 16/03/1990).

QUESTÃO 2

Sexo: 1 () Masculino 2 () Feminino

- ❖ **O que se procura:** identificar o gênero do respondente.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

QUESTÃO 3

Em relação à sua cor/raça, como você se considera?

- | | |
|----------------------|---|
| 0 () Sem declaração | 3 () Pardo(a) |
| 1 () Branco(a) | 4 () Amarelo(a) - Ex.: japonês, coreano, chinês etc. |
| 2 () Preto(a) | 5 () Indígena |

- ❖ **Conceito:**
 - 1) **Raça:** grupo de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e costumes; grupo étnico.
 - 2) **Pardo:** pessoa que descende de brancos e negros ou que apresenta traços das raças negra e branca.
 - 3) **Amarelo:** pessoa de origem asiática (japoneses, coreanos, chineses etc.).
- ❖ **O que se procura:** identificar em que grupo racial o respondente se classifica.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Se o respondente não quiser declarar a sua cor/raça, deverá marcar a opção “sem declaração”.

QUESTÃO 4

Estado civil atual:

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1 () Solteiro(a) | 4 () Viúvo(a) |
| 2 () Casado(a) | 5 () Separado(a), divorciado(a), desquitado(a) |
| 3 () Mora com um(a) companheiro(a) | 6 () Outro. Qual? _____ |

- ❖ **O que se procura:** identificar o estado civil atual do respondente.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso marque a opção “outro”, o respondente deverá especificar o estado civil.

QUESTÃO 5

Você tem filhos? 1 () Sim. Quantos? _____ 2 () Não

- ❖ **O que se procura:** verificar se o respondente possui filhos e qual a quantidade.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso marque a opção “sim”, o respondente deverá especificar a quantidade de filhos.

QUESTÃO 6

Nome da Instituição Federal que você freqüentou o curso do PROEJA: _____

- ❖ **O que se procura:** identificar a instituição de ensino freqüentada.

❖ **A resposta:** escrever o nome da instituição, tal como nos exemplos abaixo:

- 1) CEDAF / Florestal
- 2) CEFET-MG
- 3) CEFORES / Uberaba
- 4) COLTEC / Belo Horizonte
- 5) Escola Técnica de Saúde / Uberlândia
- 6) IFET MG
- 7) IFET Sul de MG
- 8) IFET Norte de MG
- 9) IFET Sudeste de MG
- 10) IFET Triângulo Mineiro

QUESTÃO 7

Nome do curso técnico do PROEJA que você abandonou: _____

- ❖ **Conceito:** abandonar o curso - “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (MEC, 1996, p. 25). Para fins desta pesquisa, considera-se aluno que abandonou o curso técnico aquele que se matriculou e freqüentou o mínimo de 25% do período letivo, mas deixou o curso sem obter o diploma de técnico por não concluir alguma(s) das etapas obrigatórias do curso: disciplina(s); estágio; relatório de estágio. São considerados alunos evadidos da etapa de estágio somente aqueles que após três anos da conclusão das disciplinas do curso técnico não voltaram para a instituição para a realização do estágio.
- ❖ **O que se procura:** identificar o curso técnico do PROEJA abandonado.
- ❖ **A resposta:** escrever por extenso o nome completo do curso.

QUESTÃO 8

Mês/ano de início do curso técnico (exemplo -> 03/2010): ____/____

- ❖ **O que se procura:** identificar o ano de entrada no curso e estabelecer relação com o ano da evasão.
- ❖ **A resposta:** indicar o mês e o ano do início do curso. Caso o respondente não se lembre o período exato, deverá responder aproximadamente.

QUESTÃO 9

Mês/ano do abandono (exemplo -> 08/2010): ____/____

- ❖ **O que se procura:** identificar o ano de saída do curso e estabelecer relação com o ano de entrada.
- ❖ **A resposta:** indicar o mês e o ano do abandono do curso. Caso o respondente não se lembre o período exato, deverá responder aproximadamente.

QUESTÃO 10

Modalidade do curso técnico do PROEJA que você abandonou:

1 () Integrado 2 () Concomitante Externo

- ❖ **Conceito:**
 - 1) **Curso integrado:** ensino técnico e ensino médio são cursados no mesmo curso e na mesma escola, com matrícula única.
 - 2) **Curso concomitante externo:** ensino técnico modular e ensino médio são cursados ao mesmo tempo, mas em escolas diferentes, com matrículas distintas..

- ❖ **O que se procura:** identificar a modalidade do curso técnico e estabelecer relação com a evasão.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

QUESTÃO 11

Em qual turno você freqüentou o curso técnico do PROEJA? Se você estudou em mais de um turno, marque mais de uma opção.

- 1 () Manhã 2 () Tarde 3 () Noite

- ❖ **O que se procura:** identificar o turno do curso técnico e estabelecer relação com a evasão.
- ❖ **A resposta:** marcar com X para identificar o turno do curso técnico.

QUESTÃO 12

Identifique a alternativa que mais se aproxima de sua situação.

Abandonei o curso técnico do PROEJA e...

- 1 () Fui para outro curso técnico na mesma escola
 2 () Fui para outra escola fazendo o mesmo curso técnico
 3 () Fui para outra escola fazendo outro curso técnico
 4 () Fui fazer um curso profissionalizante de curta duração
 5 () Fui cursar o ensino médio
 6 () Fui fazer um curso pré-vestibular
 7 () Fui fazer um curso superior
 8 () Não voltei mais aos estudos
 9 () Outra. Qual? _____

- ❖ **Conceito:** curso profissionalizante de curta duração - curso de qualificação profissional básico com carga horária mínima de cento e sessenta horas. Exemplos de cursos: Auxiliar Administrativo, Telemarketing, Comércio e Varejo, etc.
- ❖ **O que se procura:** identificar a variedade de situações ou percursos educacionais vivenciados após a evasão.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso marque a opção "outra", o respondente deverá especificar a situação.

QUESTÃO 13

Você pretende completar a sua formação profissional e obter o seu diploma de técnico através do PROEJA?

- 1 () Sim 2 () Não

- ❖ **O que se procura:** identificar se o respondente deseja voltar ao curso técnico do PROEJA.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

QUESTÃO 14 A 19

Dentre os FATORES PRESENTES EM SUA TRAJETÓRIA NO CURSO TÉCNICO do PROEJA, indique com um X, nas questões 14 a 19, o quanto cada um INFLUENCIOU sua decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado NÃO FIZER PARTE DE SUA TRAJETÓRIA, marque a opção NÃO FOI O CASO.

	Trabalho	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi o caso
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
14.1	Tive necessidade de trabalhar						
14.2	O curso que escolhi não ajudava a entrar no mercado de trabalho						
14.3	Percebi que teria um baixo nível salarial enquanto técnico formado						
14.4	Percebi a desvalorização da profissão no mercado de trabalho						
14.5	Tive dificuldade para conciliar o horário de estudo e trabalho						
14.6	Outro. Qual?						

- ❖ **Conceito:** dificuldade para conciliar o horário de estudo e trabalho - a entrada precoce no mercado de trabalho, necessária à sobrevivência em muitos casos, pode ocasionar incompatibilidade entre os horários de trabalho e estudo, acarretando dificuldades de dedicação aos estudos. (MEC, 1996).
- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados a trabalho na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não precisou trabalhar durante o curso, ele deverá marcar na questão 14.1 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a trabalho, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Curso e Conteúdo		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
15.1	Tive dificuldade para conciliar o curso técnico com outro curso que realizei no mesmo período						
15.2	Fiquei insatisfeito com o curso						
15.3	Não tinha interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão						
15.4	Não via importância no que eu aprendia na escola						
15.5	Não considerava o curso atrativo						
15.6	Tive a possibilidade de fazer um curso superior						
15.7	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados a curso e conteúdo na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não realizou outro curso durante o curso técnico, ele deverá marcar na questão 15.1 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a curso e conteúdo, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Fatores de Motivação e de Estudo/Estágio		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi
16.1	Não sentia motivação para continuar os estudos						
16.2	Tive dificuldades com os procedimentos de avaliação do curso						
16.3	Tinha excesso de matérias no curso						
16.4	Tive dificuldades para acompanhar as matérias (falta de base teórica ou prática)						
16.5	Tive dificuldades para conseguir e/ou concluir o estágio						
16.6	Corri risco de perder a matrícula no curso						
16.7	Fui reprovado						
16.8	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados à motivação e ao estudo/estágio na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não foi reprovado durante o curso, ele deverá marcar na questão 16.7 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado à motivação e ao estudo/estágio, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Fatores Individuais, Familiares ou Práticas		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
17.1	Tive dificuldades financeiras para realizar o curso: transporte, alimentação, material etc.						
17.2	A escola era distante da minha casa e/ou do meu trabalho						
17.3	Fiquei grávida						
17.4	Minha namorada, companheira ou esposa ficou grávida						
17.5	Tinha que cuidar dos filhos e/ou da casa						
17.6	Tive problemas familiares						
17.7	Tive problemas de saúde						
17.8	Minha família não me incentivava a estudar						
17.9	Senti saudades da minha família						
17.10	Mudei de bairro ou cidade						
17.11	Prestei serviço militar						
17.12	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores individuais, familiares ou práticas na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não teve problemas de saúde durante o curso, ele deverá marcar na questão 17.7 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a fatores individuais, familiares ou práticas, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Clima Escolar		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi
18.1	Percebi o desinteresse dos professores por minha formação						
18.2	Meus professores eram muito exigentes						
18.3	Tive dificuldades de relacionamento com professor(es)						
18.4	Tive dificuldades de relacionamento com colega(s)						
18.5	Sentia-me sozinho, não pertencendo a um grupo no curso ou na escola						
18.6	Sentia falta de ter pessoas do mesmo sexo na minha turma						
18.7	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados ao clima escolar na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não teve dificuldade de relacionamento com colega(s) durante o curso, ele deverá marcar na questão 18.4 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a clima escolar, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Discriminação		Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi
19.1	Sofri <i>bullying</i> (constrangimento, intimidação, agressão física e/ou verbal)						
19.2	Sofri discriminação de cor/raça						
19.3	Sofri discriminação de sexo						
19.4	Sofri discriminação de religião						
19.5	Sofri discriminação por ser deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
19.6	Outro. Qual?						

- ❖ **Conceito:** *bullying* - comportamento agressivo e autoritário entre colegas; provocação/vitimação; intimidação; agressividade/violência; importunação física, verbal, psicológica e/ou sexual (CARVALHOSA; LIMA; MATOS, 2001).

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados à discriminação na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não sofreu *bullying* durante o curso, ele deverá marcar na questão 19.1 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado à discriminação, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

QUESTÃO 20 E 21

Considerando a **FALTA DE RECURSOS/SUPORTES EM SUA ESCOLA TÉCNICA**, indique com um X, nas questões 20 e 21, o quanto cada um **INFLUENCIOU** sua decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA. Se o recurso/suporte **EXISTIA** em sua escola, marque a opção **NÃO FOI O CASO**.

Programas/Instrumentos de Apoio ao Aluno	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
	1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
20.1	Falta de programa de apoio financeiro ao estudante (vale transporte, refeição etc.)					
20.2	Falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias					
20.3	A escola não possibilitava a recuperação ou dependência de matéria					
20.4	Falta de programa de apoio pedagógico: monitoria, aulas extras etc.					
20.5	Falta de apoio psicológico por um profissional, assim como monitoria, aulas extras etc.					
20.6	Falta de atendimento adaptado ao deficiente (físico, auditivo, visual etc.)					
20.7	Outro. Qual?					

- ❖ **Conceito:** dependência de matéria - situação em que o estudante é promovido para a série seguinte mesmo sendo reprovado em alguma(s) disciplina(s) da série anterior.
- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados à ausência de programas/instrumentos de apoio ao estudante na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos recursos/suportes apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se a escola oferecia aos alunos apoio psicológico por parte de um profissional, o respondente deverá marcar na questão 20.5 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado à ausência de programas/instrumentos de apoio ao aluno, ele poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Estrutura e Regulamento	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					77 Não foi
	1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
21.1	Falta de infra-estrutura física adequada (sala de aula, biblioteca, laboratório etc.)					
21.2	A escola não oferecia um ensino de qualidade, nem bons professores que soubessem transmitir adequadamente os conhecimentos					
21.3	A escola não incentivava a disciplina e a frequência (presença) dos alunos					
21.4	Outro. Qual?					

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados à estrutura e aos regulamentos da escola na decisão do aluno de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos recursos/suportes apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a decisão de abandonar o curso. Se o fator apresentado não esteve presente durante a realização do curso técnico, o respondente deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente considera que a escola dispunha de uma infra-estrutura adequada, ele deverá marcar na questão 21.1 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado

no quadro, relacionado à estrutura e aos regulamentos da escola, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

QUESTÃO 22

Se você tivesse oportunidade de voltar no tempo, teria tomado a mesma decisão de abandonar o curso técnico do PROEJA?

1 () Sim 2 () Não

Justifique sua resposta: _____

- ❖ **O que se procura:** identificar se o respondente mudou de ideia com relação a sua atitude de abandonar o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** escrever por extenso a justificativa da resposta.

QUESTÃO 23 A 27

Dentre os FATORES QUE LEVARAM VOCÊ A ESCOLHER O CURSO TÉCNICO que abandonou, indique com um X, nas questões 23 a 27, o quanto cada um deles influenciou sua escolha. Se o fator NÃO FIZER PARTE DE SUA TRAJETÓRIA, marque a opção NÃO FOI O CASO.

	Demandas de Formação e Afinidade	Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
23.1	Aperfeiçoamento profissional ou aquisição de novos conhecimentos e habilidades						
23.2	Necessidade de obtenção de diploma de curso técnico						
23.3	Necessidade de obtenção de diploma de curso médio						
23.4	Afinidade ou gosto pela área/profissão						
23.5	Outro. Qual?						

- ❖ **Conceito:** aperfeiçoamento - ampliação do conhecimento teórico e/ou prático sobre uma área específica do saber.
- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados a demandas de formação e afinidade na escolha do curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada uma dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a escolha do curso técnico. Se o fator apresentado não fez parte da trajetória do respondente, ele deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não tinha afinidade ou gosto pela área/profissão do curso técnico, ele deverá marcar na questão 23.4 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a demandas de formação e afinidade, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

	Fatores Pessoais/Familiares	Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					77 Não foi
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	
24.1	Realização pessoal						
24.2	Sugestão de outra pessoa (professor, família ou colega)						
24.3	Imposição da família						
24.4	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores pessoais e familiares na escolha do curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada uma dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a escolha do curso técnico. Se o fator apresentado não fez parte da trajetória do respondente, ele deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se não houve imposição por parte da família na escolha do curso técnico, o respondente deverá marcar na questão 24.3 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a fatores pessoais e familiares, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Informação/Preparação Prévia para o Curso		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi o caso
25.1	Informações obtidas sobre o curso: eventos de divulgação de profissões, notícias ou propaganda						
25.2	Conhecimento prévio da estrutura física e de funcionamento da escola/curso						
25.3	Sugestão recebida em programa de orientação vocacional						
25.4	Outro. Qual?						

- ❖ **Conceito:** orientação vocacional - procedimento de avaliação das potencialidades e aptidões de um jovem, realizado pelo orientador vocacional, visando ajudá-lo na escolha de uma profissão (HOUAISS, 2001).
- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados à informação/preparação prévia na escolha do curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada uma dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a escolha do curso técnico. Se o fator apresentado não fez parte da trajetória do respondente, ele deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não recebeu orientação vocacional para a escolha do curso técnico, ele deverá marcar na questão 25.3 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado à informação/preparação prévia para o curso, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Características da Escola/Curso		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi
26.1	Qualidade da escola pública federal						
26.2	Maiores chances de ser aprovado(a) no vestibular para o ensino superior						
26.3	Existência de parceria da escola com empresas para estágio						
26.4	Possibilidade de conseguir auxílio e apoio financeiro (bolsa, refeição, etc.)						
26.5	Recursos e atendimento adaptado ao deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
26.6	Gratuidade do curso						
26.7	Localização da escola						
26.8	Qualidade do curso						
26.9	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados às características da escola/curso na escolha do curso técnico.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a escolha do curso técnico. Se o fator apresentado não fez parte da trajetória do respondente, ele deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não considerou a localização da escola como um fator para a escolha do curso, ele deverá marcar na questão 26.7 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado às características da escola/curso, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

Trabalho		Grau de influência sobre minha escolha do curso técnico					
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não foi
27.1	Possibilidade de melhorar no trabalho ou na profissão escolhida						
27.2	Mudança de emprego/carreira						
27.3	Valorização da profissão no mercado de trabalho						
27.4	Possibilidade de ter um bom salário						
27.5	Exigência da empresa em que trabalha(va)						
27.6	Facilidade dos alunos formados nesse curso para conseguir emprego						
27.7	Outro. Qual?						

- ❖ **O que se procura:** avaliar o grau de influência de fatores relacionados a trabalho na escolha do curso técnico.

- ❖ **A resposta:** para cada um dos fatores apresentados, marcar um X em apenas uma opção, correspondente ao grau de influência sobre a escolha do curso técnico. Se o fator apresentado não fez parte da trajetória do respondente, ele deverá marcar a opção “não foi o caso”. Por exemplo: se o respondente não trabalhava quando escolheu o curso técnico, ele deverá marcar na questão 27.5 a opção “não foi o caso”. Caso haja outro fator não listado no quadro, relacionado a trabalho, o respondente poderá especificá-lo na opção “outro” e indicar o seu grau de influência.

QUESTÃO 28

DURANTE O CURSO do PROEJA, você:

- 1 () Apenas trabalhava 2 () Trabalhava e estudava 3 () Apenas estudava **(Ir para a questão 32)**

- ❖ **O que se procura:** identificar a situação do respondente durante o curso técnico, tanto em relação a sua atividade de estudo quanto de trabalho.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso o respondente marque a opção 3, ele deverá ir direto para a questão 32, pulando as questões 29 a 31.

QUESTÃO 29

SE VOCÊ TRABALHAVA durante o curso técnico do PROEJA, responda: sua atividade profissional era relacionada à área do curso técnico que você abandonou?

- 1 () Não tinha relação com área profissional do curso técnico
 2 () Pouco relacionada
 3 () Razoavelmente relacionada
 4 () Muito relacionada
 5 () Totalmente relacionada

- ❖ **O que se procura:** identificar o grau de relação entre a área do curso técnico abandonado e a área do trabalho realizado na época em que o respondente cursava o PROEJA.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

QUESTÃO 30

Qual era a sua renda mensal NA ÉPOCA em que você cursava o PROEJA? Considerar renda formal e informal.

- | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|
| 1 () Até 1 salário mínimo | 5 () De 9 a 12 salários mínimos |
| 2 () De 1 a 3 salários mínimos | 6 () De 12 a 15 salários mínimos |
| 3 () De 3 a 6 salários mínimos | 7 () Mais de 15 salários mínimos |
| 4 () De 6 a 9 salários mínimos | |

Conceito:

- 1) **Renda Formal:** remuneração do trabalho realizado por empregados assalariados com carteira assinada (domésticos ou não), funcionários públicos e militares, empregadores e profissionais liberais⁸² (MACHADO, OLIVEIRA, ANTIGO, 2008).
- 2) **Renda Informal:** remuneração do trabalho realizado por pequenas empresas familiares, trabalhadores autônomos (excluindo profissionais liberais) e trabalhadores domésticos remunerados em moeda ou espécie (MACHADO, OLIVEIRA, ANTIGO, 2008).

- ❖ **O que se procura:** conhecer a renda pessoal do respondente na época em que abandonou o curso técnico e estabelecer relação com a evasão.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

⁸² Profissão liberal é aquela que requer instrução de nível superior que habilite o indivíduo a trabalhar por conta própria, como medicina, odontologia, advocacia etc. (HOUAISS, 2001).

QUESTÃO 31

Com que finalidade você trabalhava durante o curso técnico do PROEJA?

Razões para trabalhar		1. Sim	2. Não
31.1	Para ajudar meus pais nas despesas com a casa		
31.2	Para sustentar minha família		
31.3	Para ser independente (ter meu sustento, ganhar meu próprio dinheiro)		
31.4	Para custear minhas despesas com a realização do curso técnico		
31.5	Para adquirir experiência		
31.6	Porque me realizo no trabalho		
31.7	Outro motivo. Qual?		

- ❖ **O que se procura:** conhecer as razões do respondente para ter trabalhado durante o curso técnico do PROEJA.
- ❖ **A resposta:** para cada um dos itens apresentados, marcar um X em uma opção (sim ou não).

QUESTÃO 32

A CASA EM QUE VOCÊ MORAVA quando fazia o curso técnico do PROEJA era:

- | | |
|---------------|--|
| 1 () Própria | 4 () Ocupada |
| 2 () Alugada | 5 () Habitação Coletiva (república, pensionato, hotel etc.) |
| 3 () Cedida | 6 () Outra: _____ |

- ❖ **O que se procura:** conhecer o tipo de habitação do respondente durante a realização do curso técnico do PROEJA.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso marque a opção “outra”, o respondente deverá escrever o tipo de casa que residia na época do curso técnico.

QUESTÃO 33

Nessa época, quem era o principal responsável pelo SUSTENTO DA SUA FAMÍLIA?

- 1 () Eu
- 2 () Meus pais
- 3 () Meu cônjuge
- 4 () Meus avós
- 5 () Meus filhos
- 6 () Meus irmãos
- 7 () Outra: _____

- ❖ **Conceito:** cônjuge - marido ou esposa.
- ❖ **O que se procura:** identificar o principal responsável pelo sustento (moradia, alimentação, etc.) da família do respondente durante o período em que ele cursava o PROEJA.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

QUESTÃO 34

Qual era a escolaridade de seus pais NA ÉPOCA em que você freqüentava o curso? Marque um X em cada coluna.

Nível de Ensino		Pai	Mãe
1	Nunca estudou		
2	Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª série)		
3	Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª série)		
4	Ensino Médio incompleto		
5	Ensino Médio completo		
6	Ensino Técnico incompleto		
7	Ensino Técnico completo		
8	Ensino Superior incompleto		
9	Ensino Superior completo		
10	Pós-Graduação		
11	Não se aplica: pai(s) falecido(s)		
12	Não sei		

- ❖ **O que se procura:** conhecer a escolaridade dos pais do respondente na época em que ele frequentava o curso técnico.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em cada coluna. Se o pai ou a mãe do respondente for falecido, ele deverá marcar a opção “não se aplica”. Caso não saiba a escolaridade dos pais, o respondente deverá marcar a opção “não sei”.

QUESTÃO 35

Por quanto tempo você ficou sem estudar entre a conclusão do Ensino Fundamental e o início do curso técnico do PROEJA?

1 () Por _____ ano(s); _____ mês(es) 2 () Não houve interrupção de estudos.

- ❖ **O que se procura:** identificar por quanto tempo o respondente ficou sem estudar entre a conclusão do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso o respondente marque a opção 1, será necessário que ele informe o tempo em ano(s) e/ou mês(es) que ele ficou sem estudar entre a conclusão do ensino fundamental e o início do curso técnico do PROEJA.

QUESTÃO 36

Indique em que tipo de escola você estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Marque um X em cada coluna.

Tipo de Escola		1- Ensino Fundamental (1ª a 8ª série)	2- Ensino Médio (2º grau)
36.1	Somente em escola pública		
36.2	Somente em escola particular		
36.3	Maior parte em escola pública		
36.4	Maior parte em escola particular		

- ❖ **O que se procura:** identificar o tipo de escola (pública e/ou particular) que o respondente freqüentou no ensino fundamental e médio.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em cada coluna.

QUESTÃO 37

DURANTE O CURSO do PROEJA, você recebia alguma assistência financeira (bolsa de estudos, bolsa de incentivo à pesquisa etc.)?

1 () Sim. Qual? _____ 2 () Não

- ❖ **O que se procura:** identificar se o respondente recebeu, durante o curso técnico do PROEJA, algum tipo de assistência financeira.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções. Caso o respondente marque a opção 1, será necessário que ele escreva o tipo de assistência financeira que recebeu durante o curso técnico.

QUESTÃO 38

Nos itens abaixo, relacione os bens e as características de sua moradia NA ATUALIDADE. Marque um X para cada item.

38.1. Na casa em que você mora tem quantos banheiros?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.2. Na casa em que você mora tem quantas salas?

1 () Uma 2 () Duas 3 () Três ou mais 4 () Não tem

38.3. Na casa em que você mora tem quantos quartos?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.4. Na casa em que você mora tem quantas televisões?

1 () Uma 2 () Duas ou mais 3 () Não tem

38.5. Na casa em que você mora tem quantos aparelhos de DVD?

1 () Um 2 () Dois ou mais 3 () Não tem

38.6. Na casa em que você mora tem máquina de lavar roupa?

1 () Sim 2 () Não

38.7. Na casa em que você mora tem quantos aparelhos de som?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.8. Na casa em que você mora tem quantas geladeiras?

1 () Uma 2 () Duas ou mais 3 () Não tem

38.9. Na casa em que você mora tem freezer?

1 () Sim 2 () Não

38.10. Na casa em que você mora tem telefone fixo?

1 () Sim 2 () Não

38.11. Na casa em que você mora tem quantos telefones celulares?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.12. Na casa em que você mora tem quantos computadores?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.13. Na casa em que você mora tem quantos carros?

1 () Um 2 () Dois 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

38.14. Na casa em que você mora tem quantas motos?

1 () Uma 2 () Duas 3 () Três 4 () Quatro ou mais 5 () Não tem

- ❖ **O que se procura:** conhecer indicativos da condição sócio-econômica atual do respondente, considerando-se a infra-estrutura de sua residência e a posse de determinados bens (aparelhagem doméstica e veículos).
- ❖ **A resposta:** para cada um dos itens apresentados, marcar um X em apenas uma opção.

QUESTÃO 39

Considerando TODAS as questões apresentadas anteriormente, ou mesmo outras situações não abordadas, você tem alguma observação? Salientamos que suas observações são de grande importância para esta pesquisa.

- ❖ **O que se procura:** identificar questões relacionadas à evasão que não tenham sido contempladas no questionário.
- ❖ **A resposta:** escrever por extenso as observações que considerar importantes

QUESTÃO 40

Você tem interesse em conhecer os resultados desta pesquisa?

1 () Sim 2 () Não

- ❖ **Conceito: resultados da pesquisa** - a pesquisa tem a duração de quatro anos e possui várias fases, sendo esta a primeira delas. Ela é realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Os resultados serão divulgados ao término dos estudos e serão disponibilizados nas três instituições.
- ❖ **O que se procura:** identificar os participantes que têm interesse em conhecer os resultados da pesquisa para divulgação posterior dos resultados.
- ❖ **A resposta:** marcar um X em apenas uma das opções.

4. Referências

- BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Centro Especializado de Desenvolvimento Infantil, 2008
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2002.
- BRASIL. Decreto n. 3.276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 dez. 1999.
- BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2005.
- BRASIL. Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jan. 1998.
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 set. 2008.
- CARVALHOSA, Susana Fonseca de; LIMA, Luísa; MATOS, Margarida Gaspar de. Bullying: a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 19, n. 4, p.523-537, out. 2001.
- FOWLER, Floyd J. **Improving survey questions: design and evaluation**. California: Thousand Oaks, 1995.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Glossário do Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2009.
- INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES (INSEE). **Définitions et méthodes**. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/methodes/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.
- MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; ANTIGO, Mariângela. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, maio/ago. 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: MEC, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Fies**. Brasília: MEC, 2011a. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Implantação de salas de recursos multifuncionais**. Brasília: MEC, 2011b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=595>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O PROUNI**. Brasília: MEC, 2011c. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.
- SIMÕES, Solange; PEREIRA, Maria Aparecida Machado. A arte e a ciência de fazer perguntas: aspectos cognitivos da metodologia de survey e a construção do questionário. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 241-261.
- SOROBAN adaptado. Disponível em: <<http://www.soroban.org/adaptado.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Braille virtual**. Disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br/pt/index.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ANEXO B – MANUAL DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS



MANUAL DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS
DA PESQUISA “EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS”

2011**Pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais”****COORDENAÇÃO GERAL**

Rosemary Dore Heijmans (UFMG)

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Daisy Moreira Cunha (UFMG)

João Bosco Laudares (CEFET-MG)

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira (PUC Minas)

GESTÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Paula Elizabeth Nogueira Sales

EQUIPE TÉCNICA Alexandre

Gomes Soares Arlana Campos

Faria Martins Priscila

Rezende Moreira Tatiana

Lage de Castro

EQUIPE DE APOIO

James Soares

Júlio de Carvalho Máximo

Lucas Lafetá

Miriã Suellen Xavier

Sebastião Tolentino de Freitas

CONSULTORIA

Roberto Fini (Pesquisa Quantitativa)

Darly Fernando Andrade (Estatística)

Dante Gapiuna de Almeida (Tecnologia de Informação)

MANUAL DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Texto adaptado de Aguiar e Simões (2001)

Adaptação/Produção

Paula Elizabeth Nogueira Sales

APOIO

C A P E S

1. Introdução

Este manual contém orientações referentes à aplicação dos questionários da pesquisa “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais” (FaE/UFMG), vinculada ao Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP). Ele foi elaborado tendo como referência uma versão adaptada⁸³ do Manual do Entrevistador, desenvolvido pelo *Survey Research Center do Institute for Social Research* da Universidade de Michigan, com vistas a padronizar os procedimentos utilizados na condução de *surveys*⁸⁴.

O presente manual apresenta dicas diversas que subsidiam o trabalho de aplicação dos questionários aos alunos evadidos da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. O aplicador é a única pessoa que terá contato direto com os evadidos, sendo a ligação entre esses e a coordenação da pesquisa, pois é quem reporta as informações obtidas, as atitudes do respondente e as circunstâncias da aplicação dos questionários.

O trabalho do aplicador consiste na coleta completa e apurada de dados. Para tanto, deve-se:

- a) Fazer com que o respondente se sinta confortável para responder as questões propostas de forma franca e completa.
- b) Conhecer bem o questionário e as orientações do manual para ser capaz de aplicá-lo adequadamente, coletando e registrando todas as informações necessárias.
- c) Transferir as informações registradas à coordenação da pesquisa de modo que possam ser entendidas e interpretadas corretamente.

Se não houvesse aplicadores, também não haveria *surveys*. O aplicador é um elemento fundamental da pesquisa, pois a qualidade dos dados coletados depende, em grande extensão, de sua habilidade nos procedimentos acima mencionados.

⁸³ Trata-se de uma versão adaptada pela Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que integra o Programa Observatório Internacional Comparado (Social Hubble), desenvolvido pela UFMG juntamente com a Universidade de Michigan.

⁸⁴ *Survey* é um método de pesquisa quantitativo, que visa à obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento, normalmente um questionário. Como principais características do método de pesquisa *survey*, pode-se citar: (1) produz descrições quantitativas de uma população; (2) faz uso de um instrumento pré-definido (FREITAS *et al.*, 2000).

2. Questões Éticas

Como aplicador(a), você está submetido(a) a certas obrigações éticas, tais como:

- a) **Confidencialidade** – Você deverá assegurar ao respondente que as respostas são estritamente confidenciais. Se necessário, explique que, na divulgação dos resultados da pesquisa, os dados não serão apresentados de forma individualizada, mas sim, de forma agrupada, isto é, através de percentuais de respostas comuns. Você não poderá partilhar as respostas do respondente com ninguém, exceto com a coordenação da pesquisa.
- b) **Não use a situação de aplicação de questionário para obter ganhos pessoais** – Não use o momento de aplicação para divulgar ou defender suas próprias convicções políticas, sociais ou religiosas.
- c) **Não dê conselhos ao respondente** – Não dê conselhos ou orientações ao respondente sobre quaisquer tipos de problemas por ele mencionados durante a aplicação do questionário.
- d) **Não peça nenhum tipo de ajuda ou favor ao respondente**
- e) **Mantenha a distância profissional entre você e o respondente** – Isto não impede que você aceite um cafezinho durante aplicação do questionário, mas você não poderá iniciar ou aceitar convites para contatos sociais fora da pesquisa.

Tenha sempre presente que você é um representante da UFMG e, como tal, não poderá adotar atitudes que possam comprometer a instituição ou você mesmo, em sua integridade física, moral e emocional.

3. Como Conseguir a Participação de um Respondente

3.1. O Contato Inicial Via Telefone

O contato inicial com o aluno evadido, que deverá ser via telefone, é de grande importância, tendo em vista que o processo de aplicação do questionário depende em grande parte desse primeiro contato. Nessa ocasião, o aplicador deve se apresentar a ele e informá-lo sobre os objetivos e a importância da pesquisa. Veja sugestão de modelo de apresentação abaixo:

Meu nome é (Nome do Aplicador), sou integrante de uma pesquisa da UFMG, que trata da trajetória escolar e profissional de alunos que abandonaram o curso técnico em Instituições Federais de Ensino em Minas Gerais. Gostaria de contar com um pouco de seu tempo e de sua atenção para responder a um questionário sobre esse tema. Para tanto, podemos marcar um encontro em local, data e horário que sejam convenientes para você. Suas respostas a este questionário são muito importantes para o sucesso da pesquisa e certamente contribuirão para a melhoria dos cursos técnicos.

O importante é que você se sinta confortável em sua apresentação. Para tanto, refaça o modelo usando suas próprias palavras e treine com a ajuda de um amigo ou de outro aplicador, lembrando-se sempre de:

- ❖ **Ressaltar quem você é e para qual instituição trabalha**

Você é um aplicador profissional que trabalha para uma instituição respeitável.

- ❖ **Apresentar o tema da pesquisa de forma objetiva**

Tenha em mente que as melhores introduções são breves.

- ❖ **Enfatizar a importância do projeto**

Enfatize a importância do projeto dizendo algo como:

Nosso estudo é importante porque será disponibilizado para a comunidade acadêmica, instituições de educação profissional e para o público em geral, podendo subsidiar a formulação de políticas públicas e a criação de estratégias de melhoria da qualidade do ensino técnico.

- ❖ **Identificar se a pessoa contatada está dentro dos critérios de evasão da pesquisa**

No primeiro contato com o aluno evadido, via telefone, você deve confirmar se o mesmo se enquadra no conceito de evadido considerado pela pesquisa. Deve-se considerar aluno evadido do curso técnico aquele que se matriculou e frequentou o mínimo de 25% do período letivo (aproximadamente dois meses), mas deixou o curso sem obter o diploma de técnico por não concluir alguma(s) das etapas obrigatórias do curso: disciplina(s); estágio; relatório de estágio. São considerados alunos evadidos da etapa de estágio somente aqueles que após três anos da conclusão das disciplinas do curso técnico não voltaram para a instituição para a realização do

estágio. Se você identificar que a pessoa contatada não se adéqua a esses critérios, explique que ela não tem o perfil para a pesquisa e agradeça por sua atenção.

❖ **Combinar o melhor horário para a aplicação**

a) Deixe acertado o dia, o horário e o local da aplicação. Considere o local de preferência do respondente, que pode ser a instituição de ensino, o local de trabalho, a casa do respondente ou outro local apropriado. Não marque o encontro em horário ou local que possam comprometer a sua segurança. Por exemplo, se o evadido mora em um bairro perigoso, não marque o encontro na casa dele, mas em um local seguro, como a instituição de ensino. Combine um horário em que, provavelmente, ocorrerá o mínimo de interrupções.

b) Havendo dificuldades para o respondente, ouça o que ele diz e compartilhe o problema com ele, dizendo:

Eu entendo que você tem estado ocupado, mas nós necessitamos conversar com todas as pessoas, incluindo as muito ocupadas, para que suas opiniões sejam representadas na pesquisa. Nós podemos fazer a aplicação quando for de sua conveniência, e, se necessário, dividi-la em duas partes.

❖ **Não se desanimar com a primeira recusa**

a) A maioria das recusas é circunstancial.

b) As pessoas tendem mais a dizer simplesmente “Não” do que “Agora não”.

c) Não force: encerre o contato antes de obter uma recusa definitiva, de modo que as portas fiquem abertas para outras tentativas.

d) Se necessário, peça a ajuda da coordenação da pesquisa.

e) Nunca demonstre irritação ou descontentamento com uma recusa ou comportamento agressivo do selecionado. Mantenha-se calmo e procure agir com naturalidade. Lembre-se de que, mais tarde, você ou outro aplicador deverá tentar convencê-lo a participar da pesquisa. Para isso, é importante que você registre na **Folha de Controle de Contato**: o dia e o horário do contato; as razões da recusa e a atitude do selecionado ao recusar; o que você fez para tentar convencê-lo; qualquer outro fato ocorrido que possa ser útil para quem for fazer o novo contato.

Se necessário, o aplicador também poderá fornecer os seguintes esclarecimentos adicionais:

❖ **Como a pessoa foi selecionada para a pesquisa**

Dentre os estudantes egressos evadidos de cursos técnicos das instituições federais de ensino de Minas Gerais, foram selecionadas, através de sorteio (amostra aleatória), diferentes pessoas para responder ao questionário da pesquisa.

❖ **Como as informações serão usadas**

As informações coletadas neste estudo serão usadas por pesquisadores em educação, interessados em conhecer a experiência no curso técnico do respondente, as suas razões para abandonar o curso técnico e a sua situação atual de estudo e trabalho.

❖ **Confidencialidade**

As informações coletadas são codificadas em números e lançadas em um programa de computador, para que sejam posteriormente analisadas. Os resultados da pesquisa são divulgados de forma agrupada e não de forma individual. Além disso, a folha com o nome, o endereço e o telefone do respondente fica separada do questionário com as respostas.

❖ **Duração da aplicação**

Informe o tempo médio para a aplicação do questionário apenas se for perguntado. O tempo médio de resposta aos questionários do ensino regular é de 30 minutos e do PROEJA é de 20 minutos. Já o questionário do ensino superior, leva cerca de 10 minutos para ser respondido.

3.2. A Preparação Para a Aplicação

- a) Estude o material da pesquisa.
- b) Esclareça suas dúvidas com a equipe de coordenação da pesquisa.
- c) Cumprir rigorosamente os procedimentos de sorteio dos alunos evadidos.
- d) Leve todo o material de que você vai necessitar devidamente organizado, incluindo caneta, crachá, documento de identidade, folheto, carta da coordenação, ficha de observações e Manual de Questão por Questão (MQQ).
- e) Vista-se de forma apropriada.
- f) Confirme a ida antes de sair para o encontro.
- g) Seja otimista!

4. Como Proceder com Relação à Aplicação dos Questionários

4.1. A Apresentação Face a Face

- a) Apresente-se ao respondente.
- b) Entregue a ele a carta de apresentação elaborada pela coordenação da pesquisa.
- c) Se necessário, reforce de forma objetiva algum ou alguns dos esclarecimentos mencionados no item 3.1 deste manual.
- d) Entregue o folheto de apresentação com as informações sobre a pesquisa.
- e) Entregue o **Termo de Consentimento**, que deverá ser lido e assinado por todos que aceitarem responder o questionário. Se o respondente for menor de 18 anos, será necessário o consentimento de um de seus pais ou responsável, que também deverá assinar o Termo.
- f) Pergunte ao evadido do curso técnico regular se ele entrou no **curso superior** após abandonar o curso técnico. Em caso de resposta afirmativa, informe a ele que será necessário responder ao **questionário complementar** sobre sua trajetória na educação superior. Assim que ele confirmar

que entrou no curso superior, prepare o questionário do ensino superior que será respondido, preenchendo o campo “QUESTIONÁRIO Nº _____” com o mesmo nº do questionário do ensino regular a ser respondido por este respondente. **Atenção:** o questionário complementar deve ser respondido apenas por evadidos do ensino regular, **não** devendo ser respondido por evadidos do PROEJA.

- g) Explique ao respondente que o questionário é **auto-aplicável**, ou seja, deve ser lido e preenchido pelo próprio respondente e que, em caso de dúvida, ele deve perguntar ao aplicador. Este deve dar explicações objetivas, tomando cuidado para não influenciar o respondente na escolha da resposta. Não o ajude a responder nenhuma questão; a resposta deverá ser apenas dele.
- h) Leia para o respondente as seguintes instruções contidas na primeira página do questionário: (1) leia atentamente as questões; (2) marque apenas uma resposta por questão, a não ser que no título da questão seja orientado a marcar mais de uma resposta; (3) preencha o questionário à caneta e não deixe nenhuma questão sem resposta; (4) caso tenha alguma dúvida ou necessite de informações, comunique-se com o aplicador; (5) neste questionário, considera-se aluno que ABANDONOU o Curso Técnico aquele que deixou o curso sem obter o diploma de técnico por não concluir alguma(s) das etapas obrigatórias do curso: matéria(s); realização de estágio; relatório de estágio; (6) caso esteja cursando ou tenha concluído algum curso de Nível Superior após ter abandonado o curso técnico, solicita-se que responda a um questionário complementar.
- i) Informe ao respondente que algumas opções de resposta contém a instrução “ir para a questão x”. Sempre que ele assinalar uma opção com essa instrução, ele deverá ir direto para a questão contida na instrução, pulando algumas questões que não são pertinentes a sua experiência ou situação. Por exemplo, se o respondente responder que não está trabalhando atualmente, ele deverá pular as questões seguintes que tratam do trabalho atual.
- j) Esclareça ao respondente que em algumas questões do questionário principal e complementar haverá a opção de resposta “**Não se Aplica**” e no questionário do PROEJA a opção “**Não foi o Caso**”, que deverão ser assinaladas quando a questão apresentada não tiver relação com a situação ou contexto vivenciado pelo respondente na época do curso técnico. Dê a ele alguns exemplos. Exemplo 1: em uma questão sobre gravidez, o respondente (homem) e a respondente que não engravidou no período do curso técnico deverão marcar a opção “não se aplica”. Exemplo 2: em uma questão sobre serviço militar, a respondente (mulher) e o respondente que não prestou serviço militar na época do curso técnico deverão marcar a opção “não se aplica”. Exemplo 3: em uma questão sobre falta de infra-estrutura física (sala de aula, biblioteca, laboratório etc.) adequada, o evadido do PROEJA, que considera que a infra-estrutura da escola onde frequentou o curso técnico era adequada, deverá marcar a opção “não foi o caso”.
- k) Pergunte ao respondente se ele abandonou mais de um curso técnico em uma Instituição Federal de Ensino. Em caso de resposta afirmativa, oriente-o a considerar nas suas respostas o último curso abandonado.
- l) Para aquele que irá responder o questionário complementar, pergunte se ele realizou ou realiza mais de um curso superior após o curso técnico. Em caso de resposta afirmativa, dê a ele a seguinte instrução: considere para as suas respostas o primeiro curso superior realizado após o abandono do curso técnico. Por exemplo, se você começou o curso de Engenharia Elétrica, mas

mudou para o curso de Direito, considere o primeiro curso (Engenharia Elétrica). Se você fez ou faz dois cursos superiores ao mesmo tempo, considere para suas respostas aquele que é o mais importante para você.

4.2. Técnicas Gerais de Aplicação dos Questionários

- a) **Seja cortês** – Proceda de forma amistosa, demonstrando interesse e respeito pelo respondente.
- b) **Permaneça neutro** – Não deixe o respondente perceber o que você sente/pensa acerca de nenhuma das opiniões/comentários feitos por ele. Isto pode afetar seriamente a confiabilidade da resposta, pois ele poderá alterá-la com o objetivo de responder aquilo que ele acredita que você gostaria que ele respondesse.
- c) **Não debata o tema do questionário com o respondente ou outra pessoa presente** – Não demonstre suas opiniões e sentimentos em relação às respostas. Mantenha a objetividade.
- d) **Remarcando a aplicação** – O respondente pode se ver obrigado a interromper o preenchimento do questionário devido a um compromisso anterior ou pela chegada de uma visita inesperada. Procure deixar bem acertado um novo horário para terminar de responder o questionário. Isto será mais fácil se você tiver conseguido uma boa relação com o respondente.
- e) **Não se envolva em discussões** – Você poderá aplicar o questionário a pessoas em situações desagradáveis ou que respondam de forma grosseira. Tente ser simpático e sensível e procure não se envolver, tendo sempre em mente o objetivo da aplicação.
- f) **Situações emocionais** – Você poderá aplicar questionários a pessoas em situações tristes ou difíceis, que podem se sentir perturbado com as questões/respostas. Seja sensível e demonstre empatia, mas evite muito envolvimento. Se necessário, sugira um pequeno intervalo para a pessoa tomar água ou um cafezinho para se recompor emocionalmente. Em situações mais difíceis, pergunte ao respondente se gostaria de continuar o questionário em outra hora ou dia.

4.3. Finalizando a Aplicação dos Questionários

A primeira coisa que você deve fazer depois do término da aplicação é conferir todo o questionário para ter certeza de que todas as questões estão preenchidas e que as respostas estão legíveis, completas e em condições de serem entendidas. Lembre-se de que outras pessoas terão de ler os questionários. Caso o respondente cometa algum erro/engano ao marcar uma opção de resposta, solicitar que **circule** a alternativa correta. Se você perceber que alguma questão não foi respondida, pergunte ao respondente se ele se esqueceu de respondê-la. Em caso de resposta afirmativa, peça a ele que a responda. Se ele disser que não quis respondê-la, respeite seu direito de não responder. Isto não significa que você deverá incentivar o respondente a não responder qualquer questão do questionário.

Se o respondente respondeu o questionário complementar, verifique se este foi preenchido com o mesmo n° do questionário do ensino regular. Antes de conferir o questionário, é importante o aplicador

informar ao respondente que ele irá apenas folhear o questionário (e não lê-lo) para verificar se o mesmo foi preenchido corretamente, evitando que o respondente se sinta constrangido por achar que suas respostas estão sendo lidas/analizadas pelo aplicador.

Agradeça ao final da aplicação. Você poderá permanecer alguns minutos conversando com o respondente sobre o questionário, já que algumas pessoas poderão fazer perguntas e comentários acerca do questionário respondido.

Informe o respondente que um supervisor da pesquisa poderá contatá-lo para confirmar ou completar alguns dados e verificar se o trabalho foi feito corretamente.

4.4. Após a Aplicação dos Questionários

- a) Logo após a aplicação de cada questionário, preencha a ficha de observações do aplicador. Não faça isso na presença do respondente.
- b) Na medida em que os dados dos questionários forem coletados, favor lançá-los no sistema (questionário eletrônico), conforme instruções contidas no vídeo disponibilizado. **Todas** as respostas contidas nos questionários deverão ser lançadas no sistema, inclusive os dados pessoais do respondente. Preste atenção ao prazo estipulado pela coordenação para o lançamento dos dados.
- c) Os questionários aplicados deverão ser entregues em mãos ou via correio para a coordenação da pesquisa, conforme prazo estabelecido para a entrega dos questionários físicos (em papel).

5. O Formato dos Questionários

No questionário há dois tipos básicos de questões: a) Questões Abertas; b) Questões Fechadas.

a) As Questões Abertas

As questões abertas são utilizadas quando se deseja que o respondente expresse opiniões mais completas. *Surveys* freqüentemente utilizam perguntas abertas para dar ao respondente a oportunidade de pensar sobre os tópicos e expressar seus sentimentos e opiniões sobre o assunto tratado. Veja a seguir um exemplo de questão aberta subsequente a uma questão fechada, contemplada no questionário do ensino regular:

EXEMPLO 1: Se você tivesse oportunidade de voltar no tempo, teria tomado a mesma decisão de abandonar o curso técnico?

1 () Sim 2 () Não

Justifique sua resposta: _____

b) As Questões Fechadas

Nas questões fechadas, as categorias de respostas são parte da questão e o respondente destaca e seleciona as categorias. De acordo com Selltiz *et al.* (1971), uma questão fechada é aquela em que as respostas estão limitadas às alternativas apresentadas. Estas podem ser apenas “Sim” ou

“Não”, mas também podem permitir a indicação de vários graus de influência ou concordância, ou podem consistir em uma série de respostas, dentre as quais a pessoa escolhe uma, como a mais próxima de sua posição. As questões a seguir são exemplos de questões fechadas, contidas, respectivamente, no questionário do Proeja, no questionário do ensino superior e no questionário do ensino regular:

EXEMPLO 2: DURANTE O CURSO do PROEJA, você:

- 1 () Apenas trabalhava 2 () Trabalhava e estudava 3 () Apenas estudava (Ir para a questão 32)

EXEMPLO 3: Como você pagava ou paga seu curso superior? Se necessário, marque mais de uma opção.

- 1 () O curso era ou é gratuito
 2 () Recursos próprios
 3 () Recursos familiares
 4 () FIES: Fundo de Financiamento do Ensino Superior
 5 () Outro tipo de financiamento estudantil
 6 () Bolsa do PROUNI - Programa Universidade para Todos
 7 () Outra opção. Qual? _____

EXEMPLO 4: Dentre os FATORES PRESENTES EM SUA TRAJETÓRIA NO CURSO TÉCNICO, indique com um X, nas questões 17 a 22, o quanto cada um INFLUENCIOU sua decisão de abandonar o curso. Se o fator NÃO FIZER PARTE DE SUA TRAJETÓRIA, marque a opção NÃO SE APLICA.

Discriminação	Grau de influência sobre minha decisão de abandonar					
	1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente	77 Não se aplica
19.1 Sofri <i>bullying</i> (constrangimento, intimidação, agressão física e/ou verbal)						
19.2 Sofri discriminação de cor/raça						
19.3 Sofri discriminação de sexo						
19.4 Sofri discriminação de religião						
19.5 Sofri discriminação por ser deficiente (físico, auditivo, visual etc.)						
19.6 Outro. Qual?						

As questões exemplificadas representam os principais tipos de questões contempladas nos questionários da pesquisa. Vale destacar os seguintes formatos: questão fechada e aberta, na qual a questão inicialmente fechada é completada com uma questão aberta (exemplo 1); questão fechada, na qual o respondente pode marcar apenas uma opção de resposta (exemplo 2); questão fechada, na qual o respondente pode marcar uma ou mais opções de resposta (exemplo 3); questão fechada no formato de quadro, na qual o respondente deve marcar apenas uma opção de resposta para cada linha do quadro (exemplo 4). Para mais detalhes de como cada questão deve ser respondida, consulte o MQQ.

6. Esclarecendo Perguntas e Respostas

Sendo uma técnica bem estruturada, o *survey* utiliza procedimentos padronizados para garantir o compartilhamento de significados entre pesquisador e respondente e, assim, assegurar a comparabilidade das respostas dadas pelos diferentes aplicadores, diante de questionamentos dos respondentes.

Algumas vezes, o respondente poderá pedir informações adicionais para responder alguma questão, como definições do significado do enunciado ou definição do significado das opções de resposta. Nesses casos, refira-se ao MQQ, onde você encontrará os esclarecimentos que podem ser dados ao respondente. Quando o respondente solicitar alguma definição de conceito que não apareça no MQQ, usar a expressão “*Qualquer que seja o significado que isto tenha para você*”. Em seguida, pergunte: “*O que isso (conceito) significa para você?*”. Anote a resposta na ficha de observações do aplicador.

Para evitar interrupções e perda do ritmo, estude com muita atenção o MQQ antes de iniciar a aplicação dos questionários.

7. Referências

AGUIAR, Neuma; SIMÕES, Solange (coord.). **Manual do entrevistador**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1971.

ANEXO C – QUADRO DE CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

PESQUISA “EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS DO PROEJA NA REDE FEDERAL DE MINAS GERAIS”

Categorias	Subcategorias	Questões
Perfil do Aluno Evadido	Idade	1
	Sexo	2
	Cor/raça	3
	Estado civil	4
	Filhos	5
Abandono do Curso Técnico	Características da escola e/ou curso abandonado	6, 7, 8, 9, 10, 11
	Saída do curso, da escola ou do sistema de ensino	12
	Saída para o ensino superior ou para o mercado de trabalho	12
	Intenção de retorno ou efetivo retorno ao curso técnico	13
	Motivos individuais para o abandono	14.1 e 14.5, 15.1 a 15.6, 16.1 e 16.2, 16.4 a 16.7, 17.1 a 17.10, 18.3 a 18.6.
	Motivos contextuais para o abandono	17.2 a 17.4, 19.1 a 19.5, 20.4, 21.10, 22.1, 22.2, 23.1 a 23.10, 24.1 a 24.4
Escolha do Curso Técnico	Motivos individuais para a escolha do curso técnico	25.1, 25.2, 25.4, 26.2, 27.1, 29.1, 29.4
	Motivos contextuais para a escolha do curso técnico	25.3, 25.5, 25.6, 26.1, 26.3 a 26.7, 27.2, 27.3, 28.1 a 28.4, 29.2, 29.3
Situação Socioeconômica	Escolaridade dos pais	30
	Renda familiar	31, 32
	Núcleo familiar	33, 34
	Renda pessoal	35
	Bens e moradia	36
Trabalho e Percorso Educacional Anterior e Posterior ao Curso Técnico	Atividade profissional após o abandono	37, 38
	Atividade profissional atual	39-44
	Escolaridade atual	45
	Motivos individuais para não ingresso no ensino superior	46.1, 46.2, 47.1, 47.3 a 47.5, 48.1, 48.3, 48.6, 48.7
	Motivos contextuais para não ingresso no ensino superior	46.3, 47.2, 48.2, 48.4, 48.5
	Percorso escolar anterior ao curso técnico	49
	Auto-avaliação da decisão de abandonar o curso	50
Deficiência e Abandono	Tipo de deficiência	51, 52
	Atendimentos educacionais especializados	53
Ingresso no Ensino Superior	Características da instituição e/ou curso superior	57, 58, 59, 60, 62-65
	Relações entre curso superior e formação técnica	66
	Influências do ensino técnico na educação superior	67, 68
	Motivos individuais para a escolha do curso superior	69.1, 69.2, 69.4, 70.1, 70.3, 71.1 a 71.3
	Motivos contextuais para a escolha do curso superior	69.3, 69.5 a 69.7, 70.2, 71.4, 71.5, 72.1 a 72.4, 73.1 a 73.5
	Curso superior em andamento ou conclusão/abandono do curso	61, 74

ANEXO D – PARECER COMITÊ DE ÉTICA DA UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

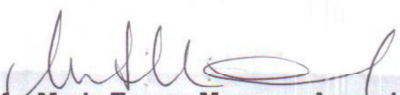
Parecer nº. ETIC 0076.0.203.000-11

Interessado(a): Profa. Rosemary Dore Haijmans
Departamento de Ciências Aplicadas à Educação
Faculdade de Educação - UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 26 de maio de 2011, após atendidas as solicitações de diligência, o projeto de pesquisa intitulado **"Evasão escolar nos cursos de integração da educação profissional com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos na Rede Federal de Minas Gerais"** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.


Profa. Maria Teresa Marques Amaral
Coordenadora do COEP-UFMG